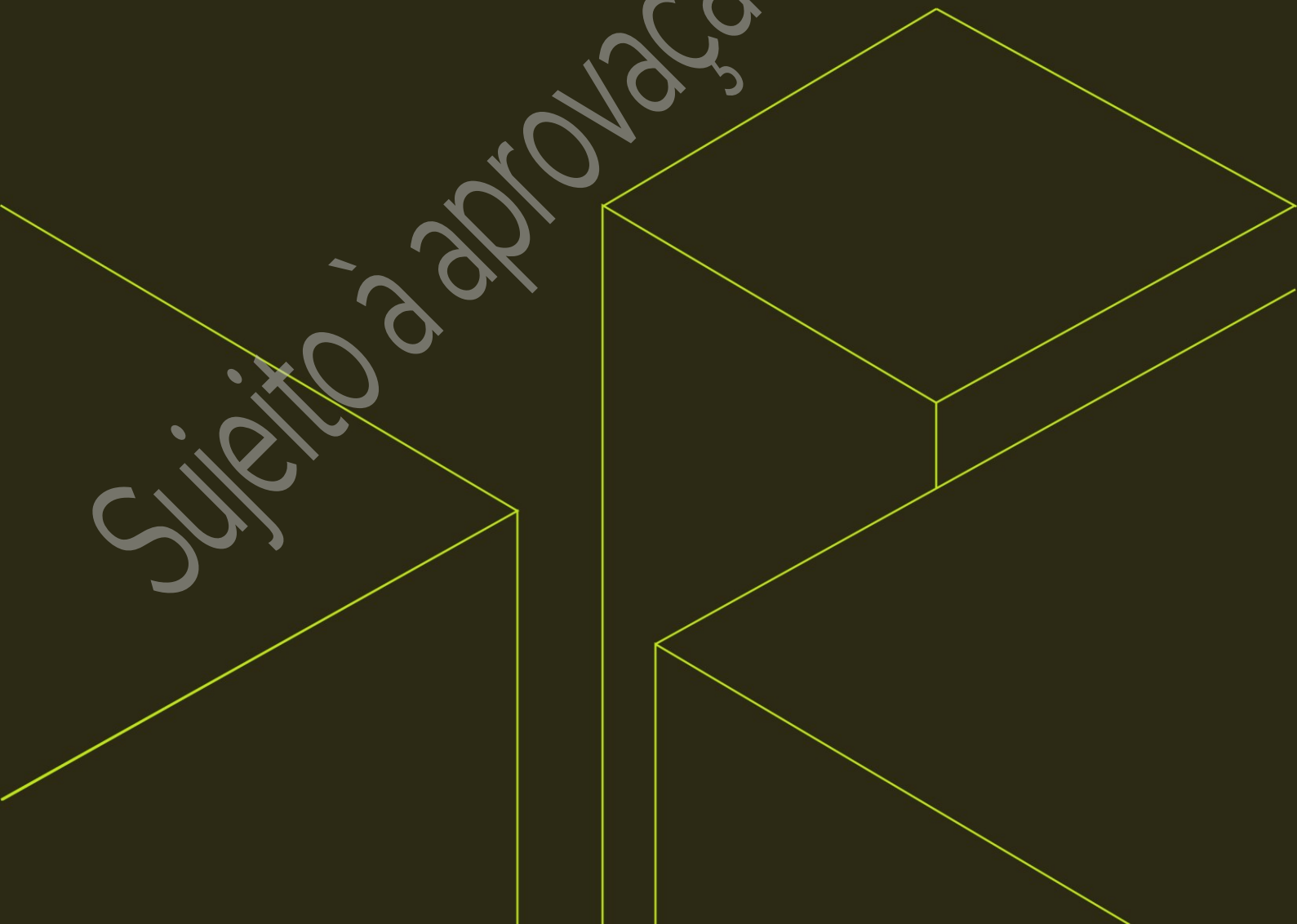
base CLEARING

Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação

Sujeito à aprovação regulatória



base CLEARING

Registro de Versões

Versão	Data de Aprovação	Órgão Aprovador	Comunicado Circular*
1.0	22/04/2026	Diretoria Colegiada	Não aplicável.
2.0	11/09/2026	Diretoria Colegiada	Não aplicável.

* Comunicado Circular por meio do qual a alteração foi divulgada.

Sujeito à aprovação regulatória

base CLEARING

Sumário

Título I. Introdução **1**

Título II. Contas, Vínculos e Carteiras **3**

Capítulo I. Contas 3

Capítulo II. Vínculos 4

Capítulo III. Carteiras 9

Título III. Formas de Atuação da Câmara **10**

Título IV. Aceite **11**

Título V. Repasse **13**

Capítulo I. Tratamento de Violação de Regras de Repasse 15

Título VI. Alocação **17**

Capítulo I. Instrução de Alocação 17

Capítulo II. Confirmação 18

Capítulo III. Cancelamento 18

Capítulo IV. Alteração 19

Capítulo V. Operações Não Alocadas 19

Título VII. Compensação Multilateral **20**

Capítulo I. Comitente 20

Capítulo II. Participante de Negociação Pleno e Participante de Liquidação 21

Capítulo III. Membros de Compensação 21

Capítulo IV. Liquidante 22

Capítulo V. Custodiante 22

Capítulo VI. Apuração do Resultado Líquido Multilateral em Ativos 22

Capítulo VII. Autorização de Entrega ou Recebimento 23

Capítulo VIII. Alteração da Conta de Depósito 25

Capítulo IX. Alteração da Carteira no lançamento do Saldo Líquido Multilateral em Ativos 25

Título VIII. Liquidação do Saldo Líquido Multilateral **27**

Capítulo I. Procedimentos de Liquidação Multilateral 27

Capítulo II. Entrega de Ativos dos Comitentes devedores em Ativos 27

Seção I. Processamento Cíclico 27

Seção II. Processo de Identificação de Instruções Credoras Não Liquidadas 28

Capítulo III. Liquidação Financeira entre a Câmara e os Participantes 28

Seção I. Alteração do horário de funcionamento do Sistema de Transferência de Reservas (STR) 30

Capítulo IV. Efetivação da Entrega contra Pagamento 31

Capítulo V. Tratamento de Falha 31

Seção I. Falha de pagamento 31

Sujeito à aprovação regulatória

Subseção I. Mecanismo de restrição....32
Seção II. Falha de entrega de Ativos....33
Subseção I. Caracterização das Falhas de Entrega....35
Subseção II. Falhas causadas por terceiros....35
Subseção III. Falhas de natureza operacional....35
Subseção IV. Falhas de natureza não operacional....35
Subseção V. Multas por Falhas de Entrega de ativos....36
Subseção VI. Multa Mínima....36
Subseção VII. Multa Adicional....36
Subseção VIII. Pedidos de Reconsideração de Multa....37
Seção III. Recompra Base....38
Seção IV. Reversão Financeira....39
Título IX. Liquidação Antecipada Facultativa....41
Título X. Liquidação Bruta....43
Título XI. Controle de Posições....45
Capítulo I. Consulta....47
Seção I. Formas de Consulta....47
Capítulo II. Transferência....47
Capítulo III. Cobertura....49
Seção I. Procedimentos de Cobertura, Retirada, Cancelamento e Movimentação de Ativos....50
Subseção I. Procedimento para Cobertura:....50
Subseção II. Procedimento para retirada de cobertura....51
Subseção III. Procedimento para cancelamento de requisição de cobertura....51
Subseção IV. Procedimento para movimentação de Ativos na Central Depositária....51
Título XII. Empréstimo de Ativos....52
Capítulo I. Modalidade Privada de Empréstimo de Ativos....52
Seção I. Procedimentos do Doador....53
Seção II. Procedimentos do Tomador....53
Seção III. Indicação de Participante Carrying....54
Seção IV. Direcionamento de Custódia....54
Capítulo II. Modalidade Pública de Empréstimo de Ativos....55
Seção I. Oferta Doadora....56
Subseção I. Procedimentos para Inserção da Oferta Doadora....56
Seção II. Oferta Tomadora....56
Seção III. Indicação de Participante Doador Carrying....57
Seção IV. Constituição de Contrato de Empréstimo de Ativos....58

Sujeito à aprovação regulatória

Seção V. Cancelamento de Contrato 58
Capítulo III. Cancelamento de Oferta 59
Capítulo IV. Alteração de Contrato 59
Capítulo V. Renovação de Contrato 60
Capítulo VI. Liquidação Antecipada de Contrato 62
Capítulo VII. Cancelamento de solicitação de Alteração ou Renovação de Contrato 63
Capítulo VIII. Cancelamento de solicitação de Liquidação Antecipada de Contrato 63
Capítulo IX. Liquidação de Posição Coberta 64
Capítulo X. Informativos sobre as Posições 64
Capítulo XI. Tratamento de Eventos Corporativos nas Ofertas de Empréstimo de Ativos 65
Capítulo XII. Suspensão do Ativo 65
Capítulo XIII. Tratamento de Falhas de Entrega de Ativos com Ofertas de Empréstimo de Ativos 65
Título XIII. Tratamento de Eventos Corporativos 67
Capítulo I. Tratamento de Eventos Corporativos para Posições de Empréstimo de Ativos de Renda Variável 68
Seção I. Eventos corporativos em recursos financeiros 68
Seção II. Eventos corporativos em Ativos sem alteração do Ativo-objeto 68
Seção III. Eventos Corporativos em Ativos com Alteração do Ativo-objeto 69
Seção IV. Eventos corporativos com geração automática de direitos na Central Depositária – Direitos de Subscrição 72
Seção V. Eventos corporativos voluntários 75
Subseção I. Oferta Pública de Aquisição (OPA) de Ativos 75
Subseção II. Oferta prioritária de distribuição de Ativos 75
Capítulo II. Tratamento de Eventos Corporativos para Posições de Falha de Entrega 79
Seção I. Eventos corporativos em recursos financeiros 79
Seção II. Eventos corporativos em Ativos sem alteração do Ativo-objeto 80
Seção III. Eventos corporativos em Ativos com alteração do Ativo-objeto 81
Seção IV. Eventos corporativos com geração de direitos 83
Seção V. Eventos corporativos voluntários 83
Título XIV. Rol de Comitentes Inadimplentes 84
Título XV. Custos e Encargos 87
Capítulo I. Divulgação dos Resultados de Custos e Encargos 87
Título XVI. Plano de Recuperação 88
Capítulo I. Postergação da Janela de Liquidação 88
Capítulo II. Falha da Infraestrutura Tecnológica da Câmara, da Central Depositária e/ou do Sistema de Transferência de Reservas (STR) 88
Seção I. Alocação de Operações 89
Seção II. Controle de Posição 89
Subseção I. Liquidação antecipada e renovação de contrato 89

Sujeito à aprovação regulatória

Subseção II. Vencimento de contrato 89
Subseção III. Eventos corporativos 89
Seção III. Processo de Liquidação 90
Subseção I. Autorização de entrega ou recebimento de Ativos 90
Subseção II. Liquidação de posições 90
Título XVII. Feriado Extraordinário 91
Capítulo I. Alocação de Operações 91
Capítulo II. Controle de posição 91
Capítulo III. Processo de Liquidação 92
Capítulo IV. Contratação de Empréstimo de Ativos 92
Título XVIII. Disposições Gerais 93
Anexo I – Grades de Horários 94
Capítulo I. Renda Variável 94
Capítulo II. Liquidação pelo Saldo Líquido Multilateral 97
Capítulo III. Empréstimo de Ativos 98
Anexo II - Empréstimo de Ativos 101
Capítulo I. Contrato de Empréstimo de Ativos – Negociação Privada 101
Capítulo II. Contrato de Empréstimo de Ativos – Negociação Pública com Liquidação em D+0 106
Capítulo III. Contrato de Empréstimo de Ativos – Negociação Pública com Liquidação em D+1 110
Anexo III – Conteúdo Mínimo do Instrumento de Repasse 114

Sujeito à aprovação regulatória

Título I. Introdução

Item I. Este Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação tem por objeto dispor sobre os processos e os procedimentos relacionados com as atividades realizadas pela Câmara de Compensação e Liquidação e por seus Participantes, em relação às Operações no Mercado de Bolsa administrado pela Base Exchange e no mercado de Empréstimo de Ativos administrados pela Base Clearing.

Item II. Complementam este Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação:

(i) Regulamento de Pós-Negociação;

(ii) Manual de Admissão de Participantes;

(iii) Manual de Risco;

(iv) Catálogo de Arquivos e Mensagens;

(v) Glossário; e

(vi) Comunicados Circulares e outros Comunicados Externos em vigor.

Item III. A troca de informação entre os Participantes e a Base Clearing poderá ocorrer por meio dos sistemas da Câmara, arquivos ou mensagens, conforme formato previsto no Catálogo de Arquivos e Mensagens.

Item IV. Os termos de uso comum do mercado financeiro e de capitais, os termos de natureza jurídica, econômica ou termos técnicos de qualquer outra natureza empregados neste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação e não constantes do Glossário foram utilizados com os significados comumente aceitos no Brasil.

Item V. Aos termos em letra maiúscula, em suas formas no singular e no plural, e às siglas utilizadas neste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação, aplicam-se as definições e os significados constantes do Glossário, o qual é um documento independente dos demais normativos da Base.

Item VI. Na hipótese de ambiguidade entre as disposições contidas neste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação e os demais normativos da Base não relacionados à Câmara, prevalecerá o normativo mais específico, considerando a matéria objeto da ambiguidade.

Item VII. Na hipótese de ambiguidade com normativos relacionados à Câmara, prevalecerá o Regulamento de Pós-Negociação.

Sujeito à aprovação regulatória

Item VIII. Na hipótese de ambiguidade entre este Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação e o Manual de Risco, prevalecerá este Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação quanto aos procedimentos operacionais da Câmara, ressalvadas as matérias exceto aqueles relativas à administração de risco das Operações, para as quais prevalecerá o Manual de Risco.

Item IX. Os normativos e demais documentos operacionais da Central Depositária são considerados partes integrantes e complementares deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação, naquilo que venham a impactar e/ou complementar as regras relativas às atividades da Base Clearing como Câmara de Compensação e Liquidação e as demais disposições integrantes do Ordenamento Base.

Sujeito à aprovação regulatória

Título II. Contas, Vínculos e Carteiras

Item I. A Base Clearing oferece estrutura de Contas, Vínculos e Carteiras para uso dos Participantes Autorizados.

Capítulo I. Contas

Item I. As Contas são classificadas em duas categorias principais: (i) definitivas e (ii) transitórias, que abrangem os diversos tipos de Conta conforme definições a seguir:

Item II. As Contas definitivas são:

(i) Normal: Conta de Comitente final, ou Conta própria dos Participantes. Serão criadas pelos Participantes de Negociação Plenos, Participantes de Liquidação, os Custodiantes e os Membros de Compensação;

(ii) Erro: Recebe Operações não alocadas em nome dos Comitentes dentro do prazo determinado pela Câmara. Nessa Conta, as Operações de compra e venda do mesmo Ativo não são compensadas para fins do processo de Liquidação. Serão criadas automaticamente para os Participantes de Negociação Plenos e os Participantes de Liquidação; e

(iii) Erro Operacional: Recebe Operações decorrentes de erro operacional. Nessa Conta, as Operações de compra e venda do mesmo Ativo são compensadas para fins de Liquidação. Serão criadas automaticamente para os Participantes de Negociação Plenos e Participantes de Liquidação.

Item III. As Contas transitórias são:

(i) Intermediária INR: Agrupa Operações de Comitentes não residentes e permite a Alocação na Conta de cada Comitente, seguindo os prazos e critérios da Câmara;

(ii) *Brokerage*: Possibilita o Repasse entre dois Participantes de Negociação Plenos ou entre um Participante de Negociação Pleno e um Participante de Liquidação sem que o Participante Origem precise identificar o Comitente final da Operação. A Conta *Brokerage* no Participante Origem e no Participante Destino devem ser de titularidade do Participante Destino. O Participante Destino identifica a Conta do Comitente após aceitar o Repasse;

(iii) Captura: Recebe Operações sem Conta atribuída no Ambiente de Negociação. Serão criadas automaticamente para os Participantes de Negociação Plenos;

Sujeito à aprovação regulatória

(iv) Máster: Agrupa Contas de Comitentes com Vínculo específico entre si (gestão comum ou representação pelo mesmo intermediário internacional). Pode ser utilizada por Participante de Negociação Pleno, Participante de Liquidação ou Participante de Negociação;

(v) Admincon: Utilizada por Participantes de Negociação Plenos ou Participantes de Liquidação para Operações de Ordens administradas concorrentes no mercado à vista de renda variável. É criada pelo Participante sob sua própria titularidade; e

(vi) Formador de mercado: Conta de titularidade do Participante de Negociação Pleno ou Participante de Liquidação, utilizada para Operações de Formadores de Mercado. As regras de Alocação seguem prazos específicos semelhantes às Contas Captura.

Item IV. Cada Conta pode assumir diferentes status:

(i) Ativa: Apta a receber Alocações, Posições e/ou movimentações;

(ii) Suspensa parcial: Permite apenas Operações para redução de Posição;

(iii) Suspensa: Situação temporária definida pela Base Clearing, que impede qualquer movimentação;

(iv) Em inativação: Situação temporária em que a Câmara verifica a existência de Posições. Se não houver, a Conta é inativada; caso contrário, retorna à situação anterior; e

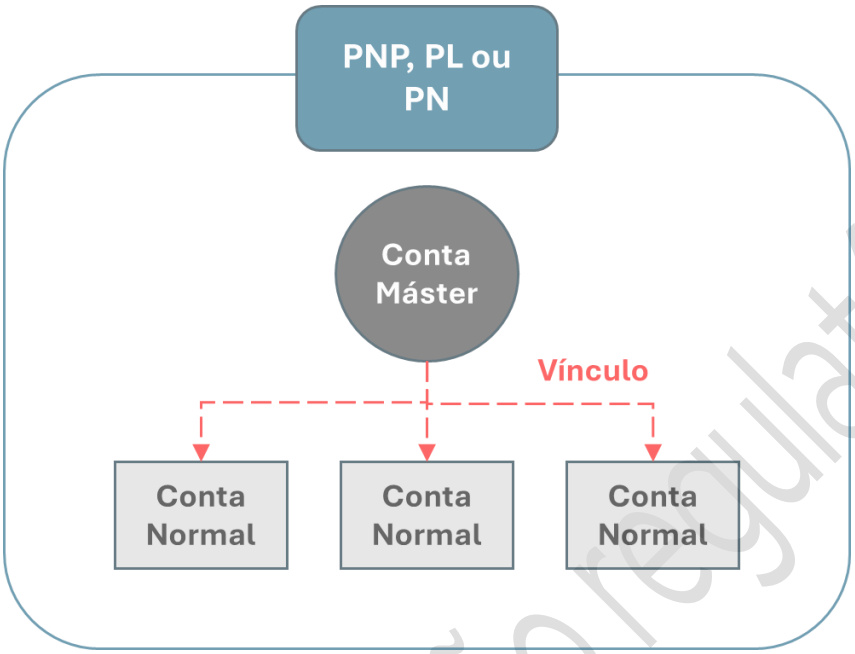
(v) Inativa: Desativada pelo Participante, sem possibilidade de receber Alocação, Posição ou movimentação.

Capítulo II. Vínculos

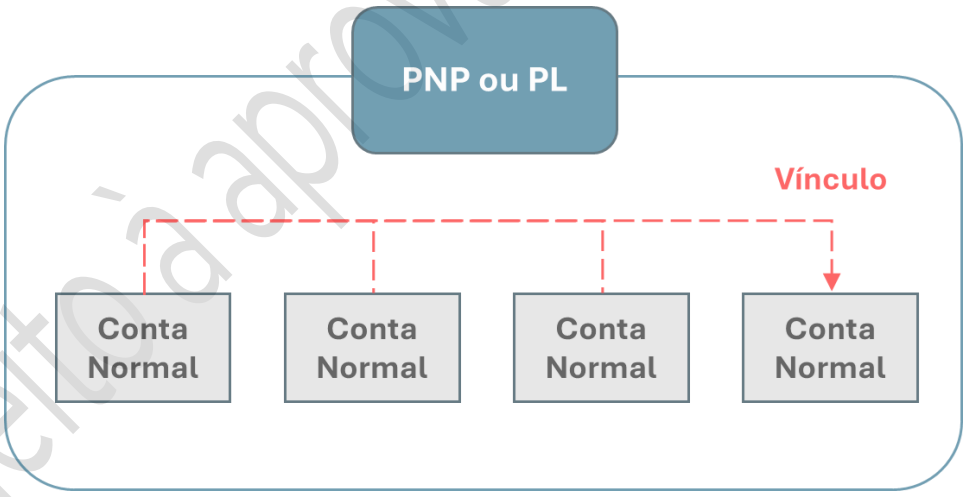
Item I. Para facilitar os processos de pós-negociação e reconhecer as relações entre Participantes e Comitentes, as Contas na Câmara podem ser vinculadas. Cada Vínculo tem uma finalidade específica e pode ser atribuído no momento de abertura da Conta ou posteriormente. Os tipos de Vínculo incluem:

(i) Máster: Vincula uma Conta Máster a Contas de Comitentes com gestão comum ou representação pelo mesmo intermediário internacional. Garante que Operações alocadas à Conta Máster sejam distribuídas apenas entre as Contas vinculadas;

Sujeito à aprovação regulatória



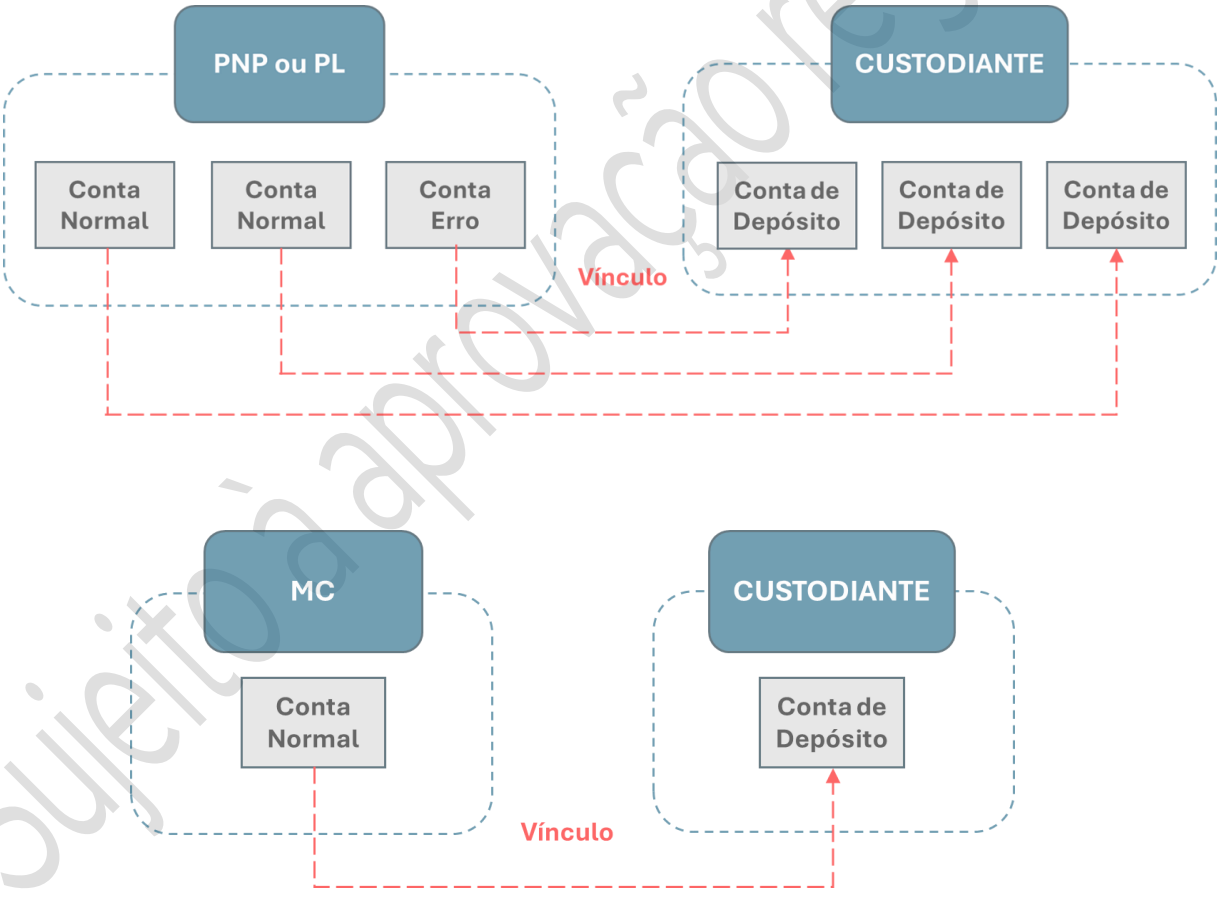
(ii) Consolidação de margem: Vincula Contas da mesma titularidade cadastradas sob o mesmo Participante de Negociação Pleno ou Participante de Liquidação, para centralizar a Chamada de Margem (exigência de Garantias) sobre as Operações realizadas em uma única Conta do Comitente;



(iii) Custodiante : Vincula a Conta de Comitente cadastrada sob um Participante de Negociação Pleno ou Participante de Liquidação a outra Conta de mesma titularidade sob um Custodiante, para direcionamento automático no processo de Alocação das Operações. O Custodiante poderá autorizar ou rejeitar o direcionamento conforme os prazos estabelecidos pela Base Clearing. Quando o Membro de Compensação, o Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação não tem

Sujeito à aprovação regulatória

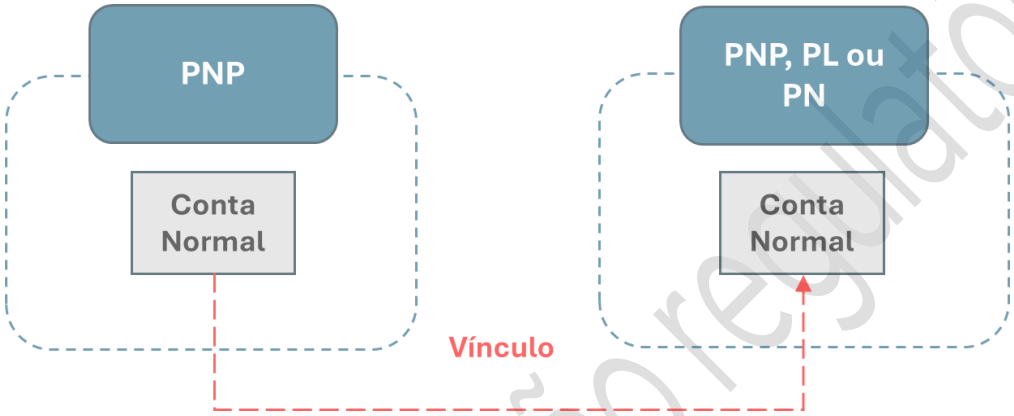
autorização de acesso na categoria de Custodiante, ele deverá indicar um Custodiante e uma Conta de Depósito de titularidade própria sob esse Custodiante, para eventual entrega ou recebimento de Operações alocadas em Contas definitivas específicas de titularidade própria. Mais especificamente, as origens dos Vínculos serão: (i) Conta Erro sob o Participante de Negociação Pleno ou sob o Participante de Liquidação, (ii) Conta Erro Operacional sob o Participante de Negociação Pleno ou sob o Participante de Liquidação, e (iii) Conta Normal, com finalidade específica de restrição de entrega de ativos, sob o Membro de Compensação, o Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação. Os destinos de Vínculo serão, em todos os casos, a Conta de Depósito indicada. O Custodiante indicado não pode recusar a entrega ou recebimento de Ativos dessas contas durante a Liquidação;



(iv) Por conta e ordem: Vínculo entre uma Conta cadastrada sob um Participante de Negociação Pleno, que executa a Ordem, sem a identificação do Comitente, com outra Conta de mesma titularidade, sob um

Sujeito à aprovação regulatória

Participante de Negociação Pleno, um Participante de Liquidação ou um Participante de Negociação. O Participante de Negociação Pleno que executa a Ordem é responsável pela Liquidação das Operações, enquanto o Participante que recebe a Ordem do Comitente é responsável pelo Cadastro dos mesmos junto à Base. Esse Vínculo identifica o Comitente final nos processos de pós-negociação, sem transferir responsabilidades de Liquidação ou risco entre os Participantes;



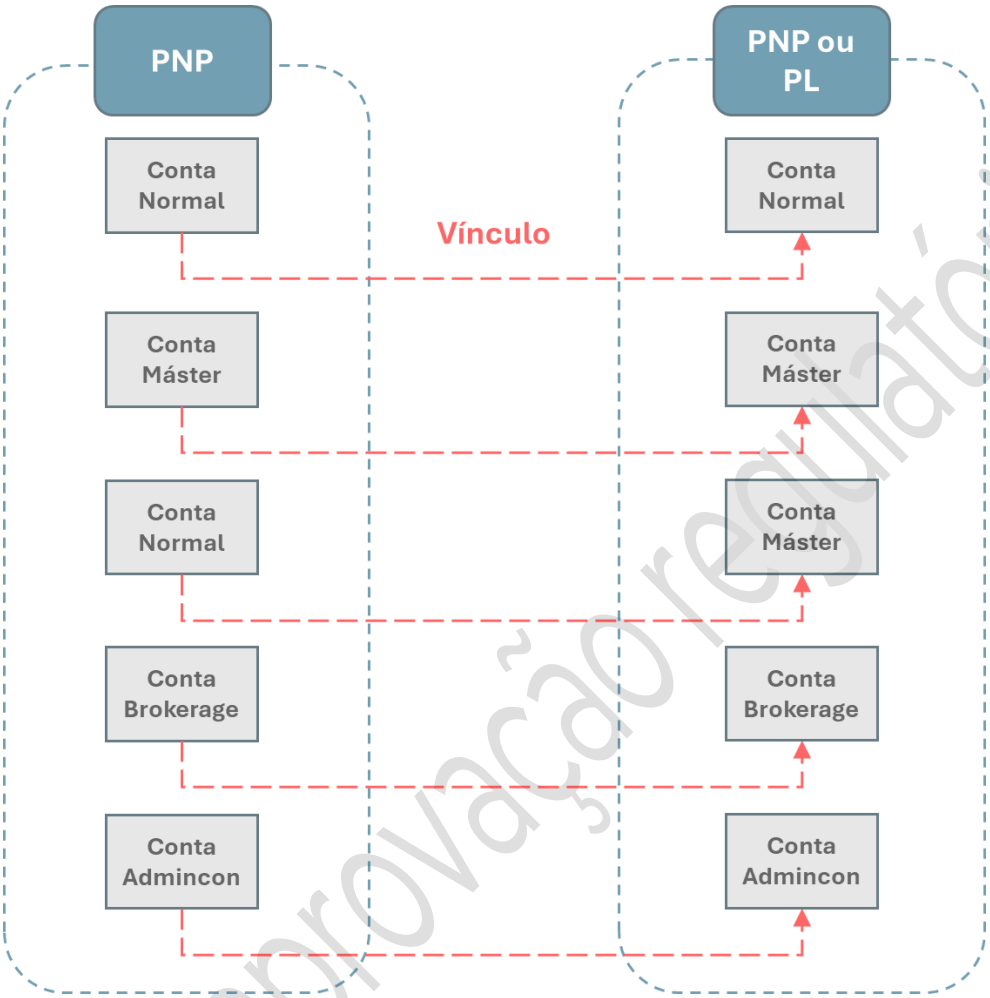
(v) Repasse: Vínculo entre Contas de mesma titularidade, registradas sob diferentes Participantes de Negociação Plenos ou Participantes de Liquidação. Os Vínculos de Repasse podem ser estabelecidos entre Contas *Brokerage*, Contas Normais, Contas Máster ou Contas Admincon. Além disso, é possível um Vínculo com origem em uma Conta Normal e destino em uma Conta Máster.

Item II. O Vínculo de Repasse entre duas Contas Normais, duas Contas Máster ou uma Conta Normal e uma Conta Máster permite que o titular de uma Conta execute Ordens por meio de um Participante, sendo a Liquidação feita por outro.

Item III. O Vínculo de Repasse entre Contas *Brokerage* permite que um Participante execute Ordens por ele recebidas, por meio de outros Participantes e carregue as Posições resultantes.

Item IV. O Vínculo de Repasse entre Contas Admincon possibilita que um Participante execute Ordens de um grupo de clientes, com a Liquidação realizada por outro Participante.

Sujeito à aprovação regulatória



Item V. Cada Vínculo pode assumir diferentes status:

(i) Ativo;

(ii) Inativo; ou

(iii) Em aprovação.

Item VI. No caso de vínculos de Conta Máster, a classificação "em aprovação" ocorre quando há a necessidade de validação pela Câmara antes de se tornarem ativos.

Sujeito à aprovação regulatória

Capítulo III. Carteiras

Item I. Para viabilizar os processos operacionais da Base Clearing e dos Participantes, a Central Depositária disponibiliza estrutura de Carteiras para uso exclusivo das Operações realizadas no ambiente da Base Clearing:

(i) 4101-7: Carteira livre. Destinada à custódia de ativos sem qualquer ônus, gravame ou garantia registrados, permitindo movimentação imediata, incluindo a entrega;

(ii) 4390-7: Garantias. Destinada à custódia de Ativos vinculados a Garantias depositadas pelos Participantes em favor da Câmara;

(iii) 4201-3: Cobertura de Empréstimo. Destinada à vinculação e ao bloqueio de Ativos utilizados como cobertura de contratos de Empréstimo de Ativos, assegurando o cumprimento da obrigação de devolução ao Doador. Os Ativos permanecem indisponíveis para livre movimentação enquanto vinculados ao cumprimento da obrigação;

(iv) 4409-1: Cobertura de venda. Destinada à custódia de Ativos que garantem a Liquidação das Operações de venda à vista;

(v) 4801-1: Empréstimo de Ativos. Destinada à vinculação temporária de Ativos objeto de Ofertas Doadoras de Empréstimo de Ativos ou Ofertas de Recompra Base, permanecendo vinculados até a efetivação ou o cancelamento da respectiva Oferta.

Item II. As estruturas de contas e carteiras na Central Depositária asseguram a segregação entre recursos próprios da Câmara e dos Participantes, destinadas exclusivamente ao cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do sistema de liquidação.

Sujeito à aprovação regulatória

Título III. Formas de Atuação da Câmara

Item I. A Câmara atua nas Operações registradas no Ambiente de Negociação da Base Exchange vinculado à Base Clearing com Garantia total, onde a Câmara atua como Contraparte Central para ambas as partes das Operações no mercado à vista de renda variável e no mercado de Empréstimo de Ativos.

Sujeito à aprovação regulatória

Título IV. Aceite

Item I. Para que um Negócio tenha o Aceite pela Câmara, são verificados os seguintes requisitos:

(i) Situação e Habilitação Operacional dos Participantes: Todos os Participantes envolvidos no Negócio devem estar devidamente habilitados;

(ii) Data e Horário do Negócio: O Negócio deve ocorrer dentro dos horários estabelecidos;

(iii) Instrumento: O instrumento utilizado deve ser compatível e liberado para negociação;

(iv) Conta: A Conta indicada pelo Participante de Negociação Pleno deve estar registrada nos sistemas da Base Clearing com o status de "ativa" ou com o status de "suspensão parcial", permitindo apenas Operações para redução de Posição;

Caso nenhuma Conta seja indicada no momento da transmissão da Oferta ao Ambiente de Negociação, o Negócio será alocado automaticamente na Conta Captura do Participante de Negociação Pleno.

(v) Para Negócios oriundos de Sessão Patrocinada, a Conta deve ser do tipo Conta Normal, Conta Máster ou Conta Formador de Mercado.

Item II. Caso os subitens (iv e v), do item I acima não sejam atendidos, o Negócio é aceito e alocado automaticamente para a Conta Erro do Participante de Negociação Pleno.

Item III. Caso os subitens (i), (ii) e (iii), do item I acima, não sejam atendidos, o Negócio não será aceito pela Câmara, que comunicará o Ambiente de Negociação para as devidas providências.

Item IV. Quando um Negócio for cancelado, seja no Ambiente de Negociação ou no Sistema de Empréstimo de Ativos, conforme os regulamentos e procedimentos aplicáveis, a Câmara notificará os Participantes de Negociação Plenos ou os Participantes de Liquidação responsáveis sobre o cancelamento.

Item V. Quando do cancelamento de um Negócio, todas as Operações a ele associadas, ainda que já tenham sido alocadas ou repassadas, serão automaticamente canceladas, sendo todos os Participantes envolvidos devidamente informados.

Item VI. O horário limite para Aceite de Negócios pela Câmara está previsto no **Anexo I** deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação. A Câmara, por motivos prudenciais ou operacionais,

Sujeito a aprovação regulatória

poderá antecipar ou postergar esse horário, a seu exclusivo critério. Caso haja alteração, os Participantes serão previamente notificados, exceto quando a postergação não afetar os processos desses Participantes.

Item VII. O Aceite das Operações será confirmado aos Participantes, por meio dos sistemas da Câmara, no mesmo dia em que os Negócios forem transmitidos à Câmara, após o processamento e validação das informações recebidas, ressalvada a hipótese de acionamento do PCN, tratada no Título XVI, Capítulo II, deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

Item VIII. Após o Aceite de um Negócio pela Câmara, as Operações, ainda que não liquidadas, tornam-se irrevogáveis e irretratáveis, não podendo ser revogadas pelos Participantes envolvidos.

Item IX. Sem prejuízo do disposto no Item anterior, o cancelamento ou a correção de Negócio já aceito pela Câmara constitui medida excepcional, não afastando a regra de sua irrevogabilidade e irretratabilidade. Tal solicitação somente poderá ser admitida em situações devidamente justificadas, como erro material ou operacional comprovado, ou nas hipóteses previstas nos normativos aplicáveis, e estará sujeita à análise e autorização expressa da Câmara. A Câmara poderá, a seu exclusivo critério, indeferir a solicitação, especialmente quando houver impactos sobre o processo de Compensação e Liquidação, sobre a gestão de riscos ou sobre a integridade e o regular funcionamento do mercado.

Sujeito à aprovação regulatória

Título V. Repasse

Item I. O Repasse de Operações é o procedimento pelo qual o Participante Origem transfere a responsabilidade pela administração de risco e pela Liquidação para o Participante Destino, que deve confirmar o recebimento. Esse procedimento é realizado por meio do processo de Alocação e depende da existência prévia de um vínculo de Repasse no Sistema de Cadastro da Base.

Item II. O Participante Origem é o Participante de Negociação Pleno responsável pela Alocação da Operação em Conta que possua Vínculo de Repasse previamente estabelecido.

Item III. O Participante Destino é o Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação que recebe a Operação via Repasse realizado pelo Participante Origem. O Participante Destino passa a ser considerado pela Câmara como responsável pela Operação para fins de Compensação, Liquidação e administração de risco, competindo-lhe:

(i) Alocar a Operação quando a Conta destino do Repasse for uma Conta Máster, Conta Admincon ou Conta *Brokerage*;

(ii) Realizar o controle da Posição e administração de risco sob sua responsabilidade; e

(iii) Cumprir as obrigações decorrentes da Compensação e da Liquidação realizadas pela Câmara.

Item IV. O Participante Origem permite que a Câmara utilize e transmita ao Participante Destino as informações do Ambiente de Negociação relacionadas à Operação repassada.

Item V. Os tipos de Repasse aceitos pela Câmara são:

(i) *Brokerage*: Este tipo de Repasse ocorre quando o Participante Destino emite a Ordem diretamente para o Participante Origem, para cumprimento e subsequente devolução das Operações. O Participante Origem e o Participante Destino envolvidos no Repasse do tipo *Brokerage* devem estar vinculados por contrato, que estabelece os direitos e os deveres de cada parte. Tal contrato envolve apenas os referidos Participantes, sendo dever do Participante Destino manter seu Comitente informado de que as Ordens por ele emitidas podem ser cumpridas, nos Ambientes de Negociação, por outros Participantes; e

Sujeito à aprovação regulatória

(ii) *Tripartite*: Este tipo de Repasse é realizado por Ordem emitida pelo Comitente ou pelo intermediário que o represente diretamente para o Participante Origem, para posterior Repasse da Operação ao Participante Destino. Os Participantes envolvidos no Repasse do tipo *tripartite* (Comitente ou intermediário que o represente, Participante Origem e Participante Destino) devem estar vinculados por contrato que estabeleça os direitos e os deveres de cada parte.

Item VI. Os contratos de Repasse *brokerage* e *tripartite* devem apresentar o conteúdo mínimo estabelecido no **Anexo III** deste Manual.

Item VII. O processo de Repasse envolve 3 (três) etapas:

(i) Indicação de Conta com Vínculo de Repasse: A indicação do Repasse pode ser feita das seguintes formas:

(a) No Ambiente de Negociação: o Participante Origem insere, na Oferta, o código da Conta com Vínculo de Repasse para uma Conta do Participante Destino;

(b) No Ambiente de Pós-Negociação: por meio de Alocação da Operação em uma Conta com Vínculo de Repasse, transferindo do Participante Origem para o Participante Destino, dentro dos prazos estabelecidos pela Câmara, conforme previsto no **Anexo I**.

(ii) Confirmação/rejeição do Repasse: o Participante Destino deverá confirmar ou rejeitar o Repasse da Operação dentro dos prazos e horários estabelecidos no **Anexo I**, observadas as seguintes condições:

(a) Não poderão ser rejeitados os Repasses de Operações originadas de Sessão Patrocinada de Comitentes ou Formador de Mercado, exceto se houver decisão da Câmara, baseada em justificativa apresentada pelos Participantes envolvidos;

(b) A Câmara poderá, a seu exclusivo critério, rejeitar o Repasse dessas Operações, após avaliação de risco;

(c) Caso não ocorra manifestação de aceitação ou rejeição do Repasse dentro do prazo estipulado, o Repasse será considerado automaticamente aceito, sendo essa aceitação tácita registrada no sistema da Câmara e informada ao Participante Destino;

(d) Caso o Repasse seja enviado pelo Participante Origem fora do prazo estipulado pela Câmara no Anexo I, e o Participante Destino não se manifeste quanto à aceitação ou rejeição, o Repasse será

Sujeito à aprovação regulatória

considerado automaticamente rejeitado, sendo a rejeição tácita registrada no sistema da Câmara e informada ao Participante Origem;

(e) Em caso de rejeição do Repasse pelo Participante Destino ou pela Câmara, a Operação retornará para a Conta Erro do Participante Origem, que permanecerá responsável por sua Liquidação.

(iii) Alocação: Após a confirmação do Repasse pelo Participante Destino, ele torna-se responsável pela Alocação da Operação.

Capítulo I. Tratamento de Violação de Regras de Repasse

Item I. O envio, a indicação ou a rejeição de Repasse fora dos prazos estabelecidos no **Anexo I** deste Manual, bem como a alteração de titularidade de Comitente no âmbito do Repasse, são considerados violação das regras de Repasse.

Item II. Os eventos que caracterizam envio ou rejeição de Repasse fora do prazo incluem:

(i) Indicação do Repasse após o prazo de 20 minutos contados da realização do Negócio, exceto nos casos de Contas com Vínculo de Repasse a partir da alocação de Conta Admincon, cujo prazo está previsto no **Anexo I** deste manual;

(ii) Solicitação de rejeição do Repasse após o prazo de 40 minutos contados da realização do Negócio, quando a indicação do Repasse tiver ocorrido nos primeiros 20 minutos do Negócio, exceto nos casos de Contas com Vínculo de Repasse a partir da Alocação de Conta Admincon, cujo prazo está previsto no **Anexo I** deste manual; e

(iii) Solicitação de rejeição do Repasse após o prazo de 40 minutos contados da indicação do Repasse, nos casos de Contas com Vínculo de Repasse a partir da Alocação de Conta Admincon e na situação em que o Repasse foi indicado fora de horário e aceito pelo Participante Destino.

Item III. Nos casos (ii) e (iii) acima, uma vez que o Repasse tenha sido aceito, expressa ou tacitamente, o Participante Origem tem 40 (quarenta) minutos para aceitar ou recusar a solicitação de rejeição do Participante Destino. Caso não haja manifestação do Participante Origem, o Repasse permanecerá eficaz e a responsabilidade pela Operação permanece no Participante Destino.

Item IV. Os eventos que configuram alteração de titularidade do Comitente no processo de Repasse são:

Sujeito à aprovação regulatória

(i) Inclusão de Alocação de Operação alocada na Conta Erro, para uma Conta Origem de Repasse, no caso de Operação previamente alocada em conta de titularidade diferente da Conta Origem de Repasse; e

(ii) Inclusão de Alocação de Operação alocada na Conta Erro, para uma Conta Origem de Repasse, no caso de Operação previamente indicada para Repasse em Conta de titularidade diferente da Conta Origem de Repasse.

Item V. Os Repasses realizados com violação de regra deverão ser justificados eletronicamente pelo Participante responsável, com a indicação do respectivo motivo.

Item VI. A violação decorrente de alteração de titularidade será analisada pela Câmara, a qual irá deliberar sobre a efetividade da alteração, podendo rejeitar o Repasse, conforme avaliação de risco.

Item VII. A Câmara enviará diariamente aos Participantes arquivo eletrônico contendo os Repasses identificados com violação de regra e, periodicamente, encaminhará ao Diretor de Relações com o Mercado relatório consolidado das ocorrências, solicitando providências para mitigação de recorrências.

Item VIII. As violações serão encaminhadas periodicamente ao Departamento de Autorregulação para fins de supervisão e eventual aplicação de medidas corretivas.

Item IX. A Câmara poderá, conforme avaliação de risco, rejeitar Repasse cuja Alocação tenha sido alterada ou cancelada em desacordo com as regras estabelecidas neste Manual.

Sujeito à aprovação regulatória

Título VI. Alocação

Item I. Os Participantes de Negociação Plenos e os Participantes de Liquidação, estes quando atuam como recebedores de Repasse, são responsáveis pelo processo de Alocação, no qual o Comitente de cada Operação é identificado, juntamente com as demais informações necessárias para viabilizar o processo de Compensação e Liquidação.

Item II. O processo de Alocação é composto pelas etapas de (i) instrução e (ii) confirmação, e constitui autorização expressa e irrevogável à Câmara para realizar a movimentação dos Ativos na Central Depositária, visando à conclusão da Liquidação.

Item III. Configuram violação de regras de Alocação:

(i) Alocações realizadas em desacordo com os horários limites informados no **Anexo I**; e

(ii) Alocações que caracterizem troca de titularidade.

Item IV. A Câmara enviará diariamente aos Participantes arquivo eletrônico contendo as Alocações identificadas com violação de regra e, periodicamente, encaminhará ao Diretor de Relações com o Mercado relatório consolidado das ocorrências, solicitando providências para mitigação de recorrências.

Item V. As violações serão encaminhadas periodicamente ao Departamento de Autorregulação para fins de supervisão e eventual aplicação de medidas corretivas.

Capítulo I. Instrução de Alocação

Item I. No processo de Alocação, os Participantes deverão fornecer à Câmara as seguintes informações:

(i) Conta: a Conta de titularidade do Comitente, previamente cadastrada pelo Participante de Negociação Pleno, pelo Participante de Liquidação ou pelo Participante de Negociação;

(ii) Quantidade de Ativos: a quantidade de Ativos a ser alocada; e

(iii) Informações para Liquidação: Outras informações, quando necessárias, como o direcionamento de entrega e recebimento dos Ativos, o Custodiante, a Carteira a ser utilizada.

Item II. O direcionamento de entrega e recebimento de Ativos, para fins de liquidação, será realizado conforme dados do vínculo previamente registrado no Sistema de Cadastro da Base ou poderá ser informado no momento da Alocação.

Sujeito à aprovação regulatória

Item III O Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação pode indicar uma Carteira para a entrega ou o recebimento de Ativos. Contudo, não é permitida a indicação das seguintes Carteiras:

(i) Carteira de cobertura de Empréstimo de Ativos (4201-3) para Operações de venda no mercado à vista de renda variável; e

(ii) Carteira de cobertura de venda (4409-1) para Operações de compra no mercado à vista de renda variável.

Capítulo II. Confirmação

Item I. Após o fornecimento das instruções necessárias para o processo de Alocação, a Base comunica aos Participantes envolvidos na Operação (i) a conclusão do processo, ou (ii) a ocorrência de erros ou violações.

Item II. Operações alocadas para Conta com a situação "suspensa parcialmente" poderão ser aceitas pela Câmara, desde que seja para redução de saldo da Conta de Posição na Câmara.

Capítulo III. Cancelamento

Item I. O cancelamento de Alocação de uma Operação ocorre quando o Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação solicita à Câmara a exclusão da instrução de Alocação já realizada, observadas as condições e limitações previstas neste Manual.

Item II. O cancelamento da Alocação somente será permitido caso a Operação não tenha sido objeto de Repasse, nova Alocação, inclusão em processo de Compensação ou qualquer outro evento subsequente que dependa da Alocação original. Na existência de tais eventos, o cancelamento ficará condicionado à análise prévia dos mesmos.

Item III. Efetivado o cancelamento, a Câmara direcionará automaticamente a Operação para a Conta Erro do Participante solicitante, exceto quando a Operação estiver alocada em uma Conta vinculada a uma Conta Máster, e nesse caso, a Operação é alocada para essa Conta Máster.

Item IV. Não é permitido o cancelamento de Alocação para Operações de Empréstimo compulsório.

Item V. A solicitação de cancelamento de Alocação está sujeita à análise e autorização da Câmara, que verificará os critérios de risco, posições e demais exigências estabelecidas no Manual de Risco.

Sujeito à aprovação regulatória

Capítulo IV. Alteração

Item I. A alteração de Alocação consiste no cancelamento da Alocação anterior e a solicitação de uma nova Alocação.

Item II. Alterações de Alocação com mudança de titularidade são consideradas violações de regra e são permitidas somente em casos de erros operacionais, que devem ser justificadas pelo Participante de Negociação Pleno ou Participante de Liquidação.

Item III. A violação de regra decorrente de alteração de titularidade será analisada pela Câmara, a qual irá deliberar sobre a efetividade da alteração, podendo rejeitá-la conforme avaliação de risco.

Item IV. Excepcionalmente, é possível alterar a Alocação entre Comitentes vinculados à mesma Conta Máster sem justificativa, desde que ocorra na mesma data da Operação.

Capítulo V. Operações Não Alocadas

Item I. As Operações que permanecerem alocadas em Contas transitórias após o término do prazo limite de Alocação serão automaticamente alocadas para a Conta Erro do Participante de Negociação Pleno ou do Participante de Liquidação.

Sujeito à aprovação regulatória

Título VII. Compensação Multilateral

Item I. A Compensação apura os direitos e obrigações dos Membros de Compensação, dos Participantes de Negociação Plenos, dos Participantes de Liquidação e dos Comitentes. A Compensação Multilateral consolida direitos e obrigações em Ativos e em moeda corrente nacional entre os Participantes, por data de Liquidação, resultando em posições líquidas apuradas nos níveis de Conta e Carteira, consolidadas no nível do Participante e, para fins de Liquidação, no nível dos Membros de Compensação perante a Câmara.

Item II. A Câmara atua como Contraparte Central perante os Membros de Compensação para fins de Liquidação dos Negócios realizados no Ambiente de Negociação e no Sistema de Empréstimo de Ativos.

Item III. O Saldo Líquido Multilateral em moeda corrente nacional e em Ativos é o valor final que um Participante deve liquidar, calculado com base nas suas posições após a Compensação, sendo o acesso aos respectivos saldos via sistemas da Base ou mensagens eletrônicas e arquivos.

Capítulo I. Comitente

Item I. O Saldo Líquido Multilateral em moeda corrente nacional do Comitente considera as posições mantidas por ele sob diferentes estruturas:

(i) Participante de Negociação, Participante de Negociação Pleno e Membro de Compensação;

(ii) Participante de Negociação Pleno e Membro de Compensação;

(iii) Participante de Liquidação e Membro de Compensação.

Item II. O Saldo Líquido Multilateral em moeda corrente nacional do Comitente inclui os seguintes lançamentos relacionados ao mercado de renda variável:

(i) Taxas de Empréstimo de Ativos;

(ii) Eventos Corporativos em dinheiro sobre posições de Empréstimo de Ativos;

(iii) Valor de Liquidação referente à Liquidação antecipada de posições em Empréstimo de Ativos;

(iv) Pagamentos e recebimentos referentes a Operações no mercado à vista;

(v) Movimentações de Garantia em recursos financeiros;

(vi) Valores referentes a eventos de Ativos depositados como Garantia;

Sujeito à aprovação regulatória

(vii) Custos e encargos; e

(viii) Multas.

Item III. O valor referente à Chamada de Margem de Garantia é considerado como um lançamento devedor. No entanto, esse valor é excluído do saldo líquido em moeda corrente caso o Comitente deposite montante equivalente em Ativos, até o horário definido no **Anexo I** deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação e conforme critérios descritos no Manual de Risco.

Capítulo II. Participante de Negociação Pleno e Participante de Liquidação

Item I. O Saldo Líquido Multilateral em moeda corrente nacional do Participante de Negociação Pleno ou do Participante de Liquidação é composto por:

(i) O Saldo Líquido Multilateral em moeda corrente nacional dos Comitentes que liquidam por meio dele;

(ii) O valor das Garantias em recursos financeiros movimentadas pelo Participante, conforme as regras estabelecidas no Regulamento de Pós-Negociação e no Manual de Risco; e

(iii) Custos, encargos e multas, conforme previsto no Regulamento de Pós-Negociação, neste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação e no Manual de Risco.

Item II. O Saldo Líquido Multilateral em moeda corrente nacional dos Participantes de Negociação Pleno considera inclusive os Comitentes sob responsabilidade de Participantes de Negociação de sua Cadeia de Liquidação, conforme estabelecido no Regulamento de Pós-Negociação e no Manual de Risco.

Capítulo III. Membros de Compensação

Item I. O Saldo Líquido Multilateral em moeda corrente nacional do Membro de Compensação é composto por:

(i) Os Saldos Líquidos Multilaterais dos Participante de Negociação Pleno e dos Participantes de Liquidação que liquidam por meio dele;

(ii) O valor das movimentações de Garantia em recursos financeiros do Membro de Compensação, conforme o Regulamento de Pós-Negociação e o Manual de Risco; e

(iii) Custos, encargos e multas, conforme estabelecido no Regulamento de Pós-Negociação, neste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação e no Manual de Risco.

Sujeito à aprovação regulatória

Item II. Um Membro de Compensação é considerado credor da Câmara quando seu Saldo Líquido Multilateral em moeda corrente nacional é positivo e devedor quando o saldo é negativo. Em ambos os casos, seus saldos são liquidados diretamente com a Câmara por intermédio de seus Liquidantes.

Capítulo IV. Liquidante

Item I. Os Liquidantes não poderão realizar a compensação do Saldo Líquido Multilateral em moeda corrente nacional dos Membros de Compensação que contratam seus serviços.

Capítulo V. Custodiante

Item I. O Custodiante é responsável pela autorização de entrega ou recebimento e pela guarda dos Ativos em processo de Liquidação, garantindo o correto direcionamento do débito e crédito em Ativos, decorrentes da apuração realizada no processo de Compensação.

Capítulo VI. Apuração do Resultado Líquido Multilateral em Ativos

Item I. A Câmara apura, por data de Liquidação, o resultado líquido multilateral em Ativos, compensando posições registradas sob o mesmo Participante de Negociação Pleno ou Participante de Liquidação, o mesmo Custodiante, e a mesma Conta de Depósito, observadas as regras específicas de Compensação aplicáveis a cada Carteira.

Item II. A apuração do resultado líquido multilateral em Ativos abrange:

(i) Posições do mercado à vista;

(ii) Contratação de Empréstimo oriundos da Modalidade Pública com Liquidação em D+0 ou D+1;

(iii) Liquidação antecipada de contratos de Empréstimo de Ativos; e

(iv) Vencimento de contratos de Empréstimo de Ativos.

Item III. Cada Instrução de Liquidação em Ativos que integre o resultado da Compensação, gera o correspondente lançamento no Saldo Líquido Multilateral em Ativos.

Item IV. As regras de Compensação de débitos e créditos por Carteira são as seguintes:

Código da Carteira	Instrução de liquidação na carteira:	Compensa débito com demais instruções?	Compensa crédito com demais instruções?

Sujeito à aprovação regulatória

4101-7	Carteira livre	Sim	Sim
4201-3	Carteira utilizada para fins de cobertura de Empréstimo de Ativos	Não	Não
4390-7	Carteira utilizada para aporte de Garantias de Participantes a favor da Câmara	Sim	Não
4409-1	Carteira utilizada para fins de cobertura de venda à vista	Não	Não
4801-1	Carteira utilizada para fins de ofertas de Empréstimo de Ativos	Não	Não

Item V. Para as Carteiras que não possuam característica de Compensação entre débitos e créditos, a apuração do resultado líquido em Ativos não realiza Compensação entre posições de natureza oposta, sendo gerado lançamento independente no Saldo Líquido Multilateral em Ativos, com o agrupamento apenas das Posições da mesma natureza (débito ou crédito) e da respectiva Carteira.

Item VI. Para as Carteiras que permitem Compensação, o sistema calcula, por Carteira, a quantidade líquida de Ativos a ser entregue ou recebida, gerando os correspondentes lançamentos no Saldo Líquido Multilateral em Ativos. A Compensação ocorre exclusivamente entre Posições da mesma Carteira que permita tal mecanismo, não havendo Compensação entre Carteiras distintas. Quando existirem Posições na Carteira livre (4101-7), esta será utilizada como Carteira padrão para fins de apuração, em razão de sua característica de permitir compensação integral entre débitos e créditos, conforme disposto neste Capítulo.

Capítulo VII. Autorização de Entrega ou Recebimento

Item I. A entrega ou recebimento de Ativos deve ser feita diretamente em uma Conta de Depósito na Central Depositária, sob a responsabilidade de um Custodiante. Caso não seja indicado, o Custodiante do Participante de Negociação Pleno ou do Participante de Liquidação será o responsável.

Item II. A entrega ou recebimento de Ativos pode ser feita por um Custodiante diferente do responsável pela Liquidação, desde que:

(i) O Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação tenha indicado isso no processo de Alocação das Operações; ou

(ii) A Conta de Posição para a qual a Operação foi alocada tenha um Vínculo de Custodiante já registrado no Sistema de Cadastro, o qual indique a correspondente Conta de Depósito sob responsabilidade desse Custodiante.

Item III. A entrega efetiva para a Conta de Depósito indicada depende da autorização expressa do Custodiante responsável.

Sujeito a aprovação regulatória

Item IV. O Custodiante pode autorizar ou rejeitar a entrega ou o recebimento dos Ativos até o prazo indicado no **Anexo I** deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

Item V. Caso o Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação faça uma realocação de Operações que impacte um Saldo Líquido Multilateral em Ativos já autorizado, serão observados os seguintes procedimentos:

(i) Caso a realocação da Operação gere uma instrução de débito, a autorização será cancelada completamente, mesmo que a quantidade seja alterada, limitada à quantidade efetivamente autorizada pelo Custodiante;

(ii) Caso a realocação da Operação gere uma instrução de crédito, a autorização será ajustada automaticamente para as novas quantidades.

Item VI. A autorização realizada pelo Custodiante nos termos do item acima é expressa e irrevogável perante a Câmara para realizar a movimentação dos Ativos, visando a conclusão da Liquidação.

Item VII. Em casos excepcionais, o Custodiante pode, com autorização da Câmara, aprovar ou rejeitar a entrega ou o recebimento dos Ativos no prazo estabelecido no **Anexo I** deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

Item VIII. A autorização de entrega ou recebimento é a permissão expressa do Custodiante para que uma quantidade de Ativos seja debitada ou creditada na Conta de Depósito do Comitente sob sua responsabilidade, durante o processo de Liquidação.

Item IX. Mesmo quando a entrega ou recebimento de Ativos depende da autorização do Custodiante, o Membro de Compensação, o Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação permanecem responsáveis pela Liquidação da Operação.

Item X. Se o Custodiante rejeitar a entrega ou recebimento, são seguidos os seguintes procedimentos:

(i) Se o Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação também for autorizado como Custodiante, a entrega ou recebimento será feito em sua Conta de Depósito;

(ii) Se o Participante não for autorizado como Custodiante, a Posição será direcionada para uma Conta Erro. Essa Conta, por meio de um vínculo de Custodiante mandatório previamente registrado no Sistema de Cadastro da Base, indicará a Conta de Depósito para a entrega ou recebimento de Ativos. O Custodiante vinculado não pode rejeitar essa entrega ou recebimento.

Sujeito à aprovação regulatória

Item XI. Caso o Custodiante não se manifeste até o fim do período de autorização:

(i) O crédito de Ativos será considerado autorizado;

(ii) O débito de Ativos será considerado recusado.

Item XII. Para Operações liquidadas a partir da Carteira de cobertura de venda, a autorização de entrega ocorre quando o Custodiante transfere os Ativos para a Carteira mencionada, caracterizando a disponibilização irrevogável para fins de Liquidação.

Item XIII. A Conta de Liquidação de Ativos da Câmara na Central Depositária não poderá apresentar saldo negativo em nenhum momento e deverá, ao final do dia, apresentar saldo zero, mediante transferência dos saldos remanescentes para contas de restrição ou outras contas elegíveis, conforme as regras da Central Depositária.

Item XIV. A Câmara poderá utilizar conta de restrição de Ativos na Central Depositária para a manutenção de Ativos vinculados aos processos de liquidação ou de administração de risco, inclusive no âmbito de mecanismos de restrição de entrega.

Capítulo VIII. Alteração da Conta de Depósito

Item I. O Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação pode solicitar a alteração da Conta de Depósito indicada para Operações no prazo estabelecido no **Anexo I** deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação, desde que o Saldo Líquido Multilateral em Ativos ainda não tenha sido autorizado pelo Custodiante.

Item II. A nova Conta de Depósito deve ter a mesma titularidade da Conta originalmente indicada no período de Alocação.

Capítulo IX. Alteração da Carteira no lançamento do Saldo Líquido Multilateral em Ativos

Item I. O Custodiante pode alterar a Carteira indicada no lançamento do Saldo Líquido Multilateral em Ativos.

Item II. Se o Custodiante responsável pela entrega ou recebimento dos Ativos não for o Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação, a alteração só pode ser feita se o lançamento já tiver sido autorizada.

Item III. As alterações, sejam totais ou parciais, só podem ser feitas entre Carteiras que aceitam Compensação.

Sujeito à aprovação regulatória

Item IV. A alteração pode ser feita no prazo estabelecido no **Anexo I** deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

Sujeito à aprovação regulatória

Título VIII. Liquidação do Saldo Líquido Multilateral

Capítulo I. Procedimentos de Liquidação Multilateral

Item I. A Liquidação consiste no processo de extinção de obrigações remanescentes após o processo de Compensação Multilateral, em até 2 (dois) Dias Úteis, sendo composta das seguintes etapas:

(i) Entrega de Ativos dos Comitentes devedores à Câmara;

(ii) Pagamento dos devedores líquidos em recursos financeiros à Câmara;

(iii) Entrega de Ativos aos credores em Ativos e pagamento aos credores líquidos em recursos financeiros.

Item II. A Liquidação Multilateral entre a Câmara e seus Membros de Compensação ocorre diariamente, em Dia Útil, observada a grade de horários específica conforme **Anexo I**.

Item III. Para efeito de Liquidação Multilateral, considera-se Dia Útil o dia em que há negociação no mercado de renda variável ou contratação nos mercados de Empréstimo de Ativos.

Capítulo II. Entrega de Ativos dos Comitentes devedores em Ativos

Seção I. Processamento Cíclico

Item I. O processamento cíclico de entrega de Ativos é usado pela Câmara para realizar sucessivas solicitações de transferência de Ativos da Conta de Depósito do Comitente Devedor para a Conta de Liquidação de Ativos da Câmara, de forma a viabilizar o processo de Liquidação do Saldo Líquido Multilateral em Ativos devedor, incluindo os saldos decorrentes da Liquidação Antecipada Facultativa.

Item II. Em cada rodada do processamento cíclico, efetua-se o seguinte processo:

(i) Identificam-se os saldos devedores ainda não liquidados totalmente;

(ii) Para cada Saldo Líquido Multilateral em Ativos, a Câmara procede com a entrega de Ativos que estejam depositados na Conta de Depósito e carteira assinaladas;

(iii) A Câmara atualiza cada Saldo Líquido Multilateral em Ativos, classificando-o como "Não Liquidado", "Parcialmente Liquidado", ou "Liquidado".

Sujeito à aprovação regulatória

Item III. Após o último processamento cíclico, para cada lançamento do Saldo Líquido Multilateral em Ativos que não tiver sido liquidado completamente, são selecionadas individualmente as Instruções de Liquidação em Ativos devedoras intrínsecas a serem categorizadas como "Não Liquidadas" ou "Parcialmente Liquidadas", até que a quantidade seja suficiente. As demais são classificadas como "Liquidadas".

Seção II. Processo de Identificação de Instruções Credoras Não Liquidadas

Item I. O algoritmo de identificação de Instruções de Liquidação em Ativos credoras não liquidadas é utilizado durante o processo de entrega de Ativos e tem por objetivo definir quais instruções credoras deixarão de receber Ativos em decorrência de Falhas de Entrega, buscando minimizar o número de Comitentes impactados e preservar a previsibilidade do processo, observados os seguintes critérios:

(i) São consideradas exclusivamente as instruções credoras que envolvam o mesmo Ativo e a mesma data de Liquidação da instrução de débito com Falha;

(ii) São priorizadas as instruções credoras do mesmo Participante de Negociação Pleno ou Participante de Liquidação e do mesmo Custodiante da instrução de débito com Falha, listadas em ordem decrescente de quantidade;

(iii) Na sequência, as Instruções credoras do mesmo Participante de Negociação Pleno ou Participante de Liquidação da instrução de débito com Falha, também em ordem decrescente de quantidade;

(iv) Posteriormente, as Instruções credoras do mesmo Membro de Compensação e do mesmo Custodiante da instrução de débito com Falha, em ordem decrescente de quantidade;

(v) Por fim, as Instruções credoras do mesmo Membro de Compensação da instrução de débito com Falha, igualmente em ordem decrescente de quantidade.

Item II. Se esses critérios não forem suficientes para determinar quais instruções credoras deixarão de receber Ativos, a Câmara aplicará uma seleção final, também em ordem decrescente de quantidade, para definir as instruções credoras que não serão liquidadas.

Capítulo III. Liquidação Financeira entre a Câmara e os Participantes

Item I. Essa etapa é realizada por meio da Liquidação dos Membros de Compensação por meio de transferências no Sistema de Transferência de Reservas (STR) do BACEN.

Sujeito à aprovação regulatória

Item II. A Liquidação Multilateral entre a Câmara e o Membro de Compensação ocorre por meio da movimentação financeira entre a Conta de Liquidação da Câmara e as Contas Reservas Bancárias ou Contas de Liquidação dos Liquidantes, usando o Sistema de Transferência de Reservas (STR) do BACEN. As comunicações entre a Câmara, os Liquidantes e o BACEN são feitas por meio de Mensagens LDL, conforme **Anexo I**.

Sujeito à aprovação regulatória

Item III. A Liquidação envolve:

(i) Pagamentos dos devedores à Câmara, inclusive aqueles decorrentes de Liquidação Antecipada Facultativa, que irão compor o Saldo Líquido Multilateral em moeda corrente apurado para a respectiva data de Liquidação, que podem ser realizados no prazo estabelecido no **Anexo I** deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação, e incluem:

(a) Os Membros de Compensação devem transferir os recursos de seus saldos devedores junto aos Liquidantes;

(b) Os Liquidantes enviam as transferências de crédito para a Câmara.

Item IV. A Liquidação financeira decorrente de Operações liquidadas por meio da Liquidação Antecipada Facultativa integrará o processo regular de apuração do Saldo Líquido Multilateral da respectiva data (D+1), observando os mesmos procedimentos operacionais aplicáveis às Liquidações financeiras realizadas no âmbito da Câmara.

(i) As obrigações financeiras correspondentes às Posições compradoras compatibilizadas serão incluídas na apuração do Saldo Líquido Multilateral de D+1, podendo resultar em posição devedora ou credora do Participante perante a Câmara;

(ii) Os saldos remanescentes que não forem objeto de liquidação antecipada em D+1 permanecerão sujeitos ao ciclo regular, com liquidação em D+2.

Item V. Antes da Janela de Liquidação da Câmara, a Liquidação financeira entre os Participantes deve ocorrer na ordem estabelecida no **Anexo I** deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

Seção I. Alteração do horário de funcionamento do Sistema de Transferência de Reservas (STR)

Item I. Em casos de fatos extraordinários, o BACEN pode declarar uma mudança excepcional no horário de funcionamento do Sistema de Transferência de Reservas (STR). Se isso afetar os processos de Liquidação, a Câmara poderá ajustar seus horários de Liquidação e os processos relacionados.

Item II. Se o horário de fechamento do Sistema de Transferência de Reservas (STR) for estendido para após as 23h59 da sessão, os Liquidantes devem assegurar capacidade operacional para processar a Liquidação referente à data ainda em vigor.

Sujeito à aprovação regulatória

Capítulo IV. Efetivação da Entrega contra Pagamento

Item I. O pagamento da Câmara aos credores ocorre de forma simultânea, final e irrevogável e contempla as etapas de:

(i) Débito de Ativos: A Câmara debita sua Conta de Liquidação de Ativos na Central Depositária e credita a Conta de Depósito do Comitente credor;

(ii) Débito financeiro: A Câmara debita sua Conta de Liquidação no Sistema de Transferência de Reservas (STR) e credita os valores aos Membros de Compensação credores por meio dos seus Liquidantes.

Capítulo V. Tratamento de Falha

Seção I. Falha de pagamento

Item I. Na inobservância dos prazos estabelecidos para os procedimentos da Liquidação dos Membros de Compensação, a Câmara aciona os mecanismos de tratamento de Falhas em recursos financeiros, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Manual de Risco, que incluem:

(i) O mecanismo de restrição;

(ii) O mecanismo de liquidez;

(iii) A execução de Garantias; e

(iv) O encerramento de Posições a liquidar.

Item II. Falhas de Liquidação em recursos financeiros acarretam a aplicação de multas. O valor da multa por atraso no pagamento do Saldo Líquido Multilateral em moeda corrente nacional é um percentual do valor financeiro do atraso e varia conforme o tempo de regularização, sendo limitado por valores mínimos e máximos.

Item III. A tabela a seguir descreve os percentuais e os valores aplicados a título de multa:

	Tempo de regularização		
	Até 15 minutos	De 15 minutos a 3 horas	A partir de 3 horas
Percentual de multa	0,5%	0,75%	1%
Valor mínimo de multa	R$5.000,00	R$7.500,00	R$10.000,00

Sujeito à aprovação regulatória

Valor máximo de multa	R$50.000,00	R$100.000,00	R$200.000,00

Item IV. Os percentuais previstos na tabela são dobrados a cada reincidência de atraso de pagamento pelo Membro de Compensação. Após 12 (doze) meses consecutivos sem a observação de ocorrência de atrasos, os percentuais retornam para os valores originais da tabela.

Item V. O horário considerado para determinação do tempo de regularização do Membro de Compensação perante a Câmara é o horário em que os recursos financeiros forem creditados na Conta de Liquidação da Câmara no Sistema de Transferência de Reservas (STR), constante na mensagem de resposta do BACEN.

Item VI. As multas por atraso de pagamento serão cobradas por meio de lançamento no Saldo Líquido Multilateral em moeda corrente nacional do Membro de Compensação responsável no dia seguinte da Falha.

Subseção I. Mecanismo de restrição

Item I. O mecanismo de restrição permite:

(i) À Câmara, restringir a entrega de Ativos para Comitentes vinculados à Cadeia de Responsabilidades de um Membro de Compensação que não tenha feito o pagamento total;

(ii) Ao Membro de Compensação, solicitar restrição à entrega de Ativos para os Comitentes vinculados ao Participante de Negociação Pleno ou ao Participante de Liquidação que não tenha honrado seu pagamento;

(iii) Ao Participante de Negociação Pleno ou Participante de Liquidação, solicitar a restrição da entrega de Ativos para um Comitente que não tenha realizado o pagamento;

(iv) Ao Custodiante, solicitar restrição de entrega de Ativos para um Comitente que não tenha realizado o pagamento.

Item II. As solicitações de restrição, bem como as de cancelamento da restrição poderão ser realizadas pelos Membros de Compensação, Participantes de Negociação Plenos, Participantes de Liquidação e Custodiantes, por meio dos sistemas da Câmara, observados os prazos estabelecidos no **Anexo I** deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

Item III. Caso a restrição seja cancelada, o Ativo é entregue na Conta de Depósito definida no processo de Alocação. Caso contrário, o Ativo é entregue em uma Conta pertencente à Câmara, ao Membro de Compensação, ao Participante de Negociação Pleno, ao Participante de Liquidação ou ao Custodiante, nessa ordem, se houver múltiplas restrições.

Sujeito à aprovação regulatória

Seção II. Falha de entrega de Ativos

Item I. Caso um Saldo Líquido Multilateral em Ativos, decorrente de Operações do mercado à vista ou de obrigações de entrega vinculadas a contratos de Empréstimo de Ativos que não tenha sido integralmente liquidado pelos processamentos cíclicos, a Câmara adota as seguintes providências, a depender do tipo de Posição associada ao lançamento:

(i) Pré-Falha de Entrega (D+0 da Falha de Entrega):

(a) A Base Clearing realiza a busca pelas Ofertas Públicas Doadoras com liquidação em D+0, priorizando as Ofertas com menores taxas, e tenta tomar a quantidade total relativa à posição da falha em um ou mais Empréstimos compulsórios em nome do Comitente devedor;

(b) Se a quantidade obtida via Empréstimo compulsório for total, o processo é concluído;

(c) Caso contrário, aplica multa na quantidade residual ao Comitente devedor e a Câmara aciona a Rolagem para o dia seguinte da quantidade de Ativos não entregue, resultando na:

i. Criação de uma Posição de Falha para o Comitente devedor da quantidade residual; e

ii. Criação de uma Posição de Falha de crédito da quantidade residual correspondente para o Comitente credor impactado.

(ii) D+1 da Falha de Entrega:

(a) A Câmara verifica se há quantidade suficiente na Conta do Comitente devedor;

(b) Se a entrega da quantidade total ocorrer, o processo é concluído;

(c) Caso não ocorra a entrega total, a Base Clearing busca pelas Ofertas Públicas Doadoras com liquidação em D+0 elegíveis e tenta tomar a quantidade total relativa à posição de falha em um ou mais Empréstimos compulsórios em nome do Comitente devedor;

(d) Se a quantidade obtida via Empréstimo compulsório for total, o processo é concluído;

(e) Caso não ocorra a entrega total, a Câmara aciona a Recompra Base para adquirir os Ativos. Se a entrega da quantidade total ocorrer, o processo é concluído;

Sujeito a aprovação regulatória

(f) Caso não ocorra, a Câmara aciona o processo de Reversão Financeira da quantidade residual, concluindo assim o processo de Tratamento de Falha de Entrega de Ativos.

Item II. O processo de tratamento da Falha de Entrega será concluído, no máximo, até D+1 contado da data originalmente prevista para a Liquidação da obrigação, mediante regularização da entrega, contratação de Empréstimo compulsório, realização de Recompra Base ou aplicação de Reversão Financeira.

Item III. O Comitente faltoso não será penalizado quando a sua Falha decorrer exclusivamente de uma falta de entrega originada por terceiro.

Item IV. Na ocorrência de Falha de Entrega de Ativos não solucionada pela tentativa de Empréstimo Compulsório, a Câmara registrará a correspondente Posição de Falha, permanecendo a obrigação de entrega dos Ativos pelo Participante responsável, assim como o direito de recebimento dos Ativos pelo Participante impactado com Liquidação na janela de Liquidação de Ativos do dia seguinte.

Item V. Não haverá incidência de multa mínima ou adicional sobre a quantidade de Ativos regularizada mediante Empréstimo Compulsório, hipótese em que os custos correspondentes ficam a cargo do Comitente faltoso e decorrem exclusivamente das condições contratuais do Empréstimo Compulsório contratado. Havendo regularização apenas parcial por essa via, a multa mínima e a multa adicional incidirão exclusivamente sobre a quantidade residual não coberta pelo Empréstimo Compulsório.

Item VI. Adicionalmente, com o objetivo de preservar a neutralidade econômica da Câmara e mitigar exposições decorrentes da Falha de Entrega oriundas Posições de Empréstimo, será efetuado lançamento a débito no Saldo Líquido Multilateral em moeda corrente nacional dos Participantes responsáveis pelos Tomadores de Empréstimo faltosos, assim como o crédito no Saldo Líquido Multilateral em moeda corrente nacional dos Participantes responsáveis pelos Doadores de Empréstimo impactados, a liquidar na data da caracterização da Falha de Entrega, correspondente ao valor dos Ativos não entregues.

Item VII. O valor referido será apurado para a quantidade de Ativos não entregues pelo último preço de fechamento do Ativo.

Item VIII. Caso o tratamento de Falha de Entrega ou o Participante faltoso regularizem a obrigação de entrega dos Ativos referenciados nos Itens V e VI, o valor lançado a débito ou a crédito como mecanismo adicional será estornado pela Câmara, a liquidar pelo Saldo Líquido Multilateral em moeda nacional dos Participantes responsáveis na data da regularização.

Sujeito à aprovação regulatória

Item IX. Em casos excepcionais, a Câmara poderá adotar procedimentos especiais, diferentes daqueles indicados acima, para tratamento de Saldo Líquido Multilateral em Ativos que não tenha sido integralmente liquidado pelos processamentos cíclicos mediante autorização prévia do BACEN.

Subseção I. Caracterização das Falhas de Entrega

Item I. A Câmara classifica as Falhas de Entrega em três categorias:

(i) Falhas causadas por terceiros;

(ii) Falhas de natureza operacional; e

(iii) Falhas de natureza não operacional.

Subseção II. Falhas causadas por terceiros

Item I. As Falhas causadas por terceiros são caracterizadas quando o devedor em Ativos faltante na entrega possui um direito de recebimento do Ativo, cuja Liquidação no tempo regulamentar viabilizaria a Liquidação do débito. Nessa hipótese, o Comitente cuja Falha decorra exclusivamente da falha de entrega anterior não será penalizado.

Subseção III. Falhas de natureza operacional

Item I. As seguintes situações são consideradas Falhas de natureza operacional, desde que comprovadas com as informações adequadas:

(i) Entregas atrasadas: Falhas regularizadas até a manhã de D+1 da Falha, durante o horário de entrega da Câmara;

(ii) Erro de Alocação: Quando os Ativos são alocados para uma Conta errada, com comprovação do erro e da destinação correta.

Subseção IV. Falhas de natureza não operacional

Item I. Todas as Falhas de Entrega que não forem caracterizadas conforme as regras anteriormente definidas, serão automaticamente classificadas como de natureza não operacional, não sendo passiveis de pedidos de reconsideração de multa pela Câmara.

Sujeito a aprovação regulatória

Subseção V. Multas por Falhas de Entrega de ativos

Item I. As multas por Falhas de Entrega de Ativos são classificadas como multa mínima ou multa adicional, incidentes sobre o valor da Falha, correspondente ao valor apurado para a quantidade de Ativos não entregues, deduzida a parcela eventualmente regularizada mediante Empréstimo Compulsório.

Subseção VI. Multa Mínima

Item I. Nas Falhas de Entrega de natureza operacional e não operacional, será aplicada, cumulativamente, multa mínima de 0,5% (meio por cento) sobre Falhas de Entrega em D+0 da Falha e multa mínima de 0,5% (meio por cento) sobre Falhas de Entrega em D+1 da Falha, independentemente da existência de pedido de reconsideração ou de sua avaliação por parte da Câmara.

Data da falha	Caracterização	Valor da multa mínima (% do valor da falha)
D+0	Falha em D+2 da Operação	0,5% limitado a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
D+1	Falhas em D+3 da Operação	0,5% limitado a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Item II. As multas serão cobradas por meio de lançamento no Saldo Líquido Multilateral em moeda corrente nacional do Membro de Compensação responsável, conforme cadeia de responsabilidade do Comitente faltoso. As multas mínimas referentes a Falhas de Entrega em D+0 e D+1 da Falha serão cobradas nas Janelas de Liquidação do dia útil seguinte ao encerramento da Posição de Falha.

Subseção VII. Multa Adicional

Item I. Para Falhas caracterizadas como de natureza não operacional, além da multa mínima prevista, serão aplicadas multas adicionais às Falhas de Entrega de Ativos.

Item II. Os valores das multas adicionais aplicados, cumulativamente entre D+0 e D+1 da Falha em caso de Falhas de Entrega de Ativos são apresentados na tabela a seguir:

Data da falha	Caracterização	Valor da multa adicional (% do valor da falha)
D+0	Falhas em D+2 da Operação	0,5%
D+1	Falhas em D+3 da Operação	4,5%

Sujeito a aprovação regulatória

Item III. Em acréscimo à multa adicional, independentemente de a Falha ter sido regularizada em D+0 ou em D+1 da Falha, será cobrada multa de reincidência de 5% (cinco por cento) sobre o valor da falha, caso o investidor faltoso tenha incorrido em falha de entrega não operacional nos 6 (seis) meses anteriores, ainda que por intermédio de Participante diferente, no ambiente da Base Clearing.

Subseção VIII. Pedidos de Reconsideração de Multa

Item I. Os pedidos de reconsideração de multa aplicam-se apenas para as multas adicionais sobre Falhas de Entrega em D+0 e D+1 da Falha e à multa de recorrência. Multas mínimas não podem ser reconsideradas pela Câmara.

Item II. O Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação responsável solicitar a classificação da Falha como operacional e a reconsideração da multa adicional correspondente, por meio de justificativa registrada até D+3 da Falha, indicando que a Falha foi de natureza operacional e apresentando explicação da situação que causou a Falha.

Item III. Se o Comitente Faltoso regularizar, até a manhã de D+1 da Falha, parte ou a totalidade da quantidade de Ativos que gerou a Falha em D+0, a multa mínima de D+1 incidirá apenas sobre a quantidade ainda não entregue. Essa regularização, total ou parcial, não caracteriza, por si só, a Falha como operacional

Item IV. Se a justificativa não for apresentada até D+3 da Falha, ou não for aceita pela Câmara, a Falha será tratada como não operacional, e a multa adicional correspondente será cobrada no dia útil seguinte ao encerramento da Posição de Falha.

Item V. A justificativa deve ser acompanhada das informações e evidências complementares solicitadas pela Câmara, que avaliará o caso até D+5 da Falha. Declarações incorretas ou incompletas serão desconsideradas. Caso a justificativa seja aceita, ou caso a Câmara não conclua a avaliação até esse prazo, a Falha será classificada como operacional, não sendo cobrada a multa adicional correspondente à quantidade justificada.

Item VI. Caso o pedido de reconsideração de multa adicional de D+1 seja aceito e essa multa tenha originado ou atualizado o registro de reincidência do Comitente, o registro de reincidência será revertido para a última ocorrência válida anterior.

Item VII. Os Participantes podem acessar os valores das multas e as respectivas justificativas no sistema da Câmara ou por meio de mensagens ou arquivos disponibilizados pela Câmara.

Sujeito à aprovação regulatória

Seção III. Recompra Base

Item I. A Recompra Base é um mecanismo utilizado pela Câmara para adquirir Ativos oriundos do processo de tratamento de Falha de Entrega, que ocorre quando os Ativos não são entregues dentro do ciclo de Compensação.

Item II. No encerramento das Janelas de Liquidação, caso o Ativo não seja entregue e o respectivo mecanismo de Empréstimo compulsório não seja bem-sucedido na sua integralidade, a Base Clearing inicia a Recompra Base.

Item III. A Recompra Base ocorre conforme as seguintes etapas:

(i) A Base Clearing comunicará o mercado da intenção de realizar o processo de Recompra Base, divulgando o Ativo, a quantidade e o horário limite para participação;

(ii) Os Comitentes interessados em participar deverão necessariamente possuir o Ativo em Carteira Livre e, ao inserir a Oferta, a Base Clearing realizará a sua transferência para a Carteira específica destinada ao controle do processo, tornando o Ativo indisponível para livre movimentação até a conclusão ou cancelamento da respectiva Oferta;

(iii) Além de saldo suficiente em Custódia, para as Ofertas serem Aceitas elas precisam respeitar o túnel de preço da Base Clearing, conforme definido no Manual de Risco;

(iv) A cada Oferta recebida, a Base Clearing procederá com o ordenamento de acordo com o critério de preço, priorizando-se aquelas com valores mais baixos, em uma ordem crescente (do menor para o maior). No caso de Ofertas com o mesmo preço, a prioridade será dada de acordo com o horário de submissão;

(v) O preço da Recompra Base será único, de forma a maximizar a execução das Ofertas e otimizar o processo de aquisição;

(vi) Se a Base Clearing não conseguir recomprar todos os Ativos necessários para cobrir a Falha de Entrega, as quantidades remanescentes da Falha de Entrega serão tratadas pelo procedimento de Reversão Financeira;

(vii) Após a conclusão do processo de Recompra Base, os Ativos bloqueados de Ofertas não executadas serão automaticamente devolvidos para a Carteira livre dos Comitentes.

Sujeito à aprovação regulatória

Item IV. Como resultado da Recompra Base, a Câmara retorna ao processo de Liquidação, promovendo a entrega dos Ativos adquiridos e encerrando definitivamente a Falha de Entrega.

Item V. Para todos os efeitos, a Liquidação dos Negócios resultantes da Recompra Base serão liquidados por meio de lançamentos do Saldo Líquido Multilateral em moeda corrente nacional, em D+0:

(i) Para o Comitente faltoso, um crédito de Ativo e débito financeiro;

(ii) Para o Comitente vendedor, um crédito financeiro e um débito em Ativo, que é imediatamente liquidado (quantidade previamente disponibilizada na Carteira utilizada para operacionalizar este processo).

Item VI. O Comitente faltoso ficará impedido de enviar Ofertas relacionadas ao processo de Recompra Base envolvendo o Ativo-objeto, a fim de preservar a integridade do mecanismo.

Item VII. Ao final, o Participante que inicialmente falhou na entrega se torna o comprador dos Ativos, pagando o preço estabelecido no processo de Recompra Base.

Item VIII. Todos os valores financeiros decorrentes da Recompra Base, inclusive custos, diferença de preço e demais encargos, serão identificados no nível do Comitente faltoso e liquidados por meio de lançamento no Saldo Líquido Multilateral em moeda corrente nacional do respectivo Membro de Compensação responsável pela Falha de Entrega, na data de Liquidação da Recompra Base.

Item IX. Caso a Falha de Entrega do Ativo por parte do Comitente faltoso seja decorrente de uma Falha prévia de entrega por outro Comitente, todos os custos relacionados à Operação de Recompra Base serão de responsabilidade daquele que deu origem à Falha inicial. O Comitente faltoso não será penalizado quando a sua Falha decorrer exclusivamente de uma Falha de Entrega originada por terceiro, sendo este terceiro o responsável pelo pagamento dos custos relacionados.

Seção IV. Reversão Financeira

Item I. A Reversão Financeira é o procedimento utilizado pela Câmara para garantir a Liquidação das Operações nos casos em que os procedimentos de tratamento de falha detalhados neste Manual não sejam suficientes para regularizar a falha, onde a Operação original é cancelada e aplica-se valores financeiros aos envolvidos, como mecanismo para evitar a falha de entrega.

Item II. O preço a ser considerada na reversão é o maior valor dentre: Preço negociado pelo devedor, preço negociado pelo credor, e o último preço de fechamento do Ativo.

Sujeito à aprovação regulatória

Item III. O Comitente comprador que não recebeu os Ativos será compensado financeiramente pelo valor de mercado correspondente.

Item IV. O Comitente faltoso sofrerá um débito financeiro pelo valor do ativo não entregue, acrescido de multas ou penalidades aplicáveis.

Item V. Os resultados financeiros são liquidados pelo Saldo Líquido Multilateral.

Sujeito à aprovação regulatória

Título IX. Liquidação Antecipada Facultativa

Item I. A Liquidação Antecipada Facultativa não altera o tratamento de Falhas previstos no Ordenamento Base, consistindo em mecanismo opcional que antecipa a data de liquidação de determinadas posições elegíveis, observado que a Compensação das Posições elegíveis segue processo multilateral específico, descrito no Item IV abaixo. Com exceção dos procedimentos descritos no Manual de Risco, permanecem inalteradas todas as demais regras operacionais.

Item II. A Liquidação Antecipada consiste na apuração de Posições elegíveis para liquidação de renda variável em D+1.

Item III. A adesão do Participante ao Ordenamento Base compreende sua participação na Liquidação Antecipada Facultativa, observados os critérios, requisitos, limites e demais procedimentos estabelecidos pela Câmara.

O Participante poderá indicar os Comitentes que não participarão da Liquidação Antecipada Facultativa, nos prazos, condições e procedimentos estabelecidos neste Manual.

Item IV. A Liquidação Antecipada Facultativa permite a antecipação, para o dia útil seguinte à data de negociação do Ativo (D+1) da Liquidação de Ativos e da respectiva Liquidação Financeira desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

(i) Ausência de indicação do Comitente como não elegível à Liquidação Antecipada Facultativa, pelo Participante de Negociação Pleno ou Participante de Liquidação;

(ii) Transferência dos Ativos para a Carteira de Cobertura de Venda (4409-1) e respectiva Alocação da Operação até o horário limite previsto no **Anexo I**;

(iii) Inexistência de Eventos Corporativos relacionados ao Ativo que produzam efeitos nos ciclos de liquidação em D+1 ou D+2;

(iv) Existência de contraparte com posições elegíveis à Liquidação Antecipada Facultativa, em quantidade suficiente para viabilizar a antecipação total ou parcial;

(v) Atendimento aos critérios de seleção e priorização definidos pela Câmara. Na apuração das Posições elegíveis, a Câmara busca maximizar a quantidade de Operações antecipadas, priorizando, sempre que possível, o casamento entre Posições de um mesmo Participante de Negociação Pleno ou Participante de Liquidação. A aplicação desses critérios poderá resultar na antecipação parcial da quantidade da Operação;

(vi) Ausência de Suspensão do Ativo;

(vii) Ausência de restrição cadastral ou operacional aplicável ao Comitente titular da Posição.

Sujeito à aprovação regulatória

Parágrafo único. Os resultados financeiros decorrentes de Operações de *day trade* serão considerados na Liquidação Antecipada Facultativa até o limite de liquidez disponibilizado pela Câmara para esse mecanismo, conforme metodologia estabelecida no Manual de Risco.

Para fins deste Item, consideram-se Operações de *day trade* as Operações de compra e venda de um mesmo Ativo, realizadas no próprio dia (D+0), pelo mesmo Comitente e por intermédio do mesmo Participante de Negociação Pleno ou Participante de Liquidação, sem movimentação de Ativos.

Item V. Encerrada a janela de Alocação, conforme **Anexo I**, a Câmara realizará o processo de apuração multilateral entre Posições credoras e devedoras elegíveis à Liquidação Antecipada Facultativa, considerando as Operações objeto de Liquidação antecipada em caráter definitivo, de modo a refletir integralmente os efeitos desse procedimento conforme disposto no Manual de Risco.

Item VI. O Participante responsável pelos Comitentes devedores em recursos financeiros, deverá honrar com as obrigações financeiras assumidas dentro do prazo estabelecido, sujeito aos procedimentos descritos no Ordenamento Base relativos à Falha de pagamento.

Item VII. As Operações que não atendam aos critérios de elegibilidade, bem como as Operações elegíveis que não encontrem contraparte para fins de Liquidação Antecipada Facultativa, permanecerão sujeitas ao Ciclo de Liquidação regular em D+2, conforme estabelecido no Ordenamento Base.

Item VIII. Os horários, janelas operacionais e demais etapas do ciclo de Liquidação Antecipada Facultativa estão detalhados no Anexo I deste Manual.

Sujeito à aprovação regulatória

Título X. Liquidação Bruta

Item I. A Câmara oferece serviços de Liquidação Bruta para Negócios realizados no Sistema de Empréstimo de Ativos, atuando como Contraparte Central.

Item II. Os Negócios de Empréstimo de Ativos contratados via Modalidade Privada são objeto de Liquidação Bruta, sendo sua Liquidação operacionalizada pela Câmara. No vencimento do contrato de Empréstimo, a Liquidação da devolução dos Ativos e a correspondente liquidação financeira ocorrerão por meio de Compensação e Liquidação pelo Saldo Líquido Multilateral.

Item III. São passíveis de Liquidação Bruta pela Câmara as Operações:

(i) De Empréstimo de Ativos (na Modalidade Privada); e

(ii) Aquelas determinadas pela CVM, pelo BACEN ou pelo Poder Judiciário.

Item IV. A Liquidação Bruta ocorre mediante a coordenação, pela Câmara, das transferências de Ativos na respectiva Central Depositária, após a formalização, no Sistema de Empréstimo de Ativos, do contrato devidamente acordado entre o doador e o tomador, observados os critérios de risco e garantias aplicáveis.

Item V. A Liquidação Bruta de Ativos depositados na Central Depositária segue as etapas abaixo:

i. O PNP ou o PL responsável pelo Comitente Doador disponibiliza o Ativo na Carteira 4801-1 concomitantemente ao envio da Oferta privada;

ii. O PNP ou o PL responsável pelo Comitente Tomador, aceita a Oferta enviada pelo Comitente Doador;

iii. A Câmara aceita o Negócio e verifica a existência das Garantias necessárias para aprovar a formalização do contrato;

iv. Caso todos os requisitos de risco sejam atendidos, a Câmara transfere o Ativo para sua Conta de Liquidação de Ativos na Central Depositária e em seguida transfere para a Conta de Depósito do Comitente Tomador;

v. Na ausência da totalidade das Garantias exigidas ao Tomador, a transferência dos Ativos para a Conta do Comitente Tomador, ocorrerá com bloqueio na Carteira de cobertura de empréstimo (4201-3), permanecendo os Ativos indisponíveis até a regularização das Garantias.

Sujeito à aprovação regulatória

Sujeito à aprovação regulatória

Título XI. Controle de Posições

Item I. O controle de Posições é uma ferramenta essencial que permite aos Participantes de Negociação Plenos, Participantes de Liquidação e Membros de Compensação monitorar e gerenciar seus direitos e obrigações perante a Câmara.

Item II. Os principais tipos de Posições são:

(i) Posição de mercado à vista: Posições de renda variável e em processo de Liquidação;

(ii) Posição de Falha de Entrega: Posições resultantes de Falhas na Entrega de Ativos;

(iii) Posição de Recompra: Posições resultantes do tratamento de Falha de Entrega de Ativos;

(iv) Posição de Empréstimo de Ativos: Inclui contratos em aberto e em processo de Liquidação de Empréstimo de Ativos;

(v) Garantias depositadas: Identificação de Ativos e suas respectivas quantidades depositadas como Garantia para finalidades sensíveis ao Risco Intradiário.

Item III. As Posições são atualizadas a cada evento que impacte os direitos e obrigações dos Participantes, incluindo:

(i) Novas Operações aceitas pela Câmara;

(ii) Cancelamento de Operações aceitas pela Câmara;

(iii) Repasse e Alocação de Operações;

(iv) Transferência de Posições;

(v) Atualização de preços;

(vi) Vencimento de posições de Empréstimo de Ativos;

(vii) Liquidação de Operações por entrega do Ativos;

(viii) Liquidação antecipada de Empréstimo de Ativos;

(ix) Renovação e alteração de contratos de Empréstimo de Ativos;

(x) Solicitação de cobertura ou retirada de cobertura de posições para Empréstimo de Ativos;

Sujeito à aprovação regulatória

(xi) Eventos Corporativos relacionados ao Empréstimo de Ativos e Falhas de Entrega;

(xii) Falhas no cumprimento de obrigações, incluindo Liquidação;

(xiii) Outros eventos definidos pela Câmara; e

(xiv) Liquidação Antecipada Facultativa.

Sujeito à aprovação regulatória

Capítulo I. Consulta

Item I. A consulta de Posição é o processo que disponibiliza aos Participantes informações detalhadas sobre:

(i) A composição das Posições dos Participantes e Comitentes; e

(ii) A prévia dos resultados financeiros a serem liquidados no próximo Ciclo de Liquidação, que podem ser ajustados até o final do dia, conforme eventos que impactem as Posições.

Item II. As Posições são exibidas com informações detalhadas sobre o Custodiante, Conta de Depósito, Carteira e demais atributos da Posição.

Seção I. Formas de Consulta

Item I. Participante de Negociação Pleno, Participante de Liquidação, Custodiante e Membro de Compensação têm permissão para realizar consultas detalhadas de Posição por Conta.

Item II. Os Custodiantes têm acesso a informações de Posições no mercado à vista, incluindo Falhas de Entrega e Empréstimos de Ativos, desde que tenham sido indicados pelo Participante de Negociação Pleno ou pelo Participante de Liquidação.

Item III. Os Membros de Compensação não têm acesso aos dados cadastrais dos Comitentes.

Item IV. O horário limite para consulta de Participante de Negociação Pleno, Participante de Liquidação, Membro de Compensação ou Custodiante é até o horário estabelecido no **Anexo I** deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

Item V. A Câmara, por motivos prudenciais ou operacionais, pode antecipar ou postergar o horário-limite para a consulta de Posição. Se houver alteração no horário, a Câmara comunicará previamente os Participantes envolvidos, exceto se a postergação não impactar os processos dos Participantes.

Capítulo II. Transferência

Item I. A transferência de Posição é o processo utilizado para mover direitos e obrigações entre Contas do mesmo Participante de Negociação Pleno e/ou Participante de Liquidação, ou entre diferentes Contas de diferentes Participante de Negociação Pleno e/ou Participante de Liquidação. Esse procedimento é exclusivo para Posições relacionadas a Empréstimos de Ativos.

Item II. A solicitação de transferência de Posições é feita pelo Participante de Negociação Pleno ou Participante de Liquidação, a pedido do Comitente que detém as Posições.

Sujeito à aprovação regulatória

Item III. Os envolvidos no processo de transferência são:

(i) Participante Origem: Responsável pelas Posições a serem transferidas;

(ii) Participante Destino: Responsável por receber as Posições transferidas.

Item IV. Se o Participante Origem e o Participante Destino forem o mesmo, a transferência ocorre internamente.

Item V. Existem dois tipos de transferências de Posição:

(i) Com alteração de Comitente: Envolve a mudança do Comitente, sendo necessária a aprovação da Câmara e a apresentação de documentos comprobatórios, como reorganização societária (cisão, fusão, incorporação ou transformação) e correção de registros incorretos, como Alocação equivocada;

(ii) Sem alteração de Comitente: A Posição pode ser transferida para outra Conta sob a mesma titularidade no mesmo Participante de Negociação Pleno e/ou Participante de Liquidação ou para uma Conta sob a mesma titularidade em outro Participante de Negociação Pleno e/ou Participante de Liquidação.

Item VI. A Base Clearing, a seu exclusivo critério, poderá admitir transferência de Posição com alteração de Comitente em tratativas de Comitentes Inadimplentes.

Item VII. A transferência de Garantias pode ser realizada em conjunto com a transferência de Posição, mediante solicitação do Participante de Negociação Pleno ou Participante de Liquidação envolvido, ficando sujeita à análise e aprovação da Base Clearing, nos termos dos critérios estabelecidos no Manual de Risco.

Item VIII. Ao transferir uma Posição de Empréstimo de Ativos, o Participante Origem poderá alterar a indicação do Participante e da Conta executora da Operação a ser transferida, desde que:

(i) A alteração ocorra entre Contas da mesma titularidade; e
(ii) O Participante Origem seja o executor da Operação na origem.

Após a transferência, o sistema da Câmara definirá automaticamente o Participante e a Conta destino como novo Participante e Conta executora da Operação.

Item IX. Nas transferências de Posições cobertas, aplicam-se os seguintes procedimentos, sujeitos à análise de risco:

(i) Se não houver mudança de titularidade e o Custodiante for o mesmo, o contrato permanece coberto;

Sujeito à aprovação regulatória

(ii) Com mudança de titularidade, a cobertura não é transferida automaticamente, e a Posição torna-se sem cobertura, encerrando o contrato anterior.

Item X. Não são passíveis de transferência os contratos de Empréstimo de Ativos:

(i) Na data do vencimento; ou

(ii) Que estejam em processo de Liquidação, renovação ou alteração.

Item XI. O cancelamento de uma transferência pode ocorrer de duas formas:

(i) Antes da conclusão; ou

(ii) Após a conclusão, por meio eletrônico e sujeito à análise da Câmara.

Item XII. As solicitações de transferência podem ser feitas até o prazo estabelecido no **Anexo I** deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

Item XIII. Para transferências que envolvam troca de titularidade, os documentos comprobatórios devem ser enviados à Câmara até o prazo estabelecido no **Anexo I** deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

Item XIV. A Câmara pode, por motivos operacionais ou prudenciais, antecipar ou postergar o horário-limite, e comunicará previamente os Participantes sobre qualquer alteração que possa impactar seus processos.

Capítulo III. Cobertura

Item I. Os tipos de Posições passíveis de cobertura incluem:

(i) Posição vendida no mercado à vista de renda variável; e

(ii) Posição tomadora em contrato de Empréstimo de Ativos.

Item II. A cobertura pode ser constituída via Alocação ou por requisição ao controle de posições da Câmara.

Item III. O Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação deve bloquear o Ativo da venda para assegurar sua entrega na Liquidação. As etapas para operacionalizar a cobertura compreendem:

(i) O Custodiante transfere o Ativo para a Carteira de cobertura de venda (4409-1); e

Sujeito à aprovação regulatória

(ii) O Participante aloca a Operação de venda na Carteira de cobertura de venda (4409-1), seguindo regras e prazos estabelecidos no **Anexo I**.

Item IV. A Câmara, no momento da Alocação, verifica se há saldo suficiente na Carteira. Caso positivo, a cobertura é efetivada e o cumprimento da entrega dos Ativos na Liquidação está garantido. Caso contrário, a Câmara recusa a Alocação na Carteira e a Operação de venda permanece sem cobertura.

Item V. No caso da cobertura para Posições de Empréstimo de Ativos, o Participante é responsável por alocar a Operação Tomadora na Carteira de Cobertura de Empréstimo, seguindo as regras e prazos estabelecidos no **Anexo I**.

Item VI. No caso da cobertura ser constituída por Ativos originalmente alocados na Carteira de Garantias, a requisição de cobertura está sujeita aos critérios estabelecidos no Manual de Risco.

Seção I. Procedimentos de Cobertura, Retirada, Cancelamento e Movimentação de Ativos

Item I. Esses procedimentos são aplicáveis a posições de Empréstimo de Ativos.

Subseção I. Procedimento para Cobertura:

Item I. O Participante informa:

(i) A Conta na Câmara;

(ii) O tipo de Posição; e

(iii) O Ativo da Posição.

Item II. Em complemento:

(i) O Participante pode indicar a Carteira onde o saldo será verificado. Caso contrário, o sistema seleciona automaticamente a Carteira livre (4101-7);

(ii) Se o Participante não for o Custodiante, este deverá aprovar o direcionamento no mesmo dia;

(iii) Cobertura com Ativos na Carteira de Garantias (4390-7) segue critérios de aprovação da Base Clearing, de acordo com as regras de retirada de Garantias, descritas no Manual de Risco.

Item III. Se todas as aprovações forem realizadas e houver saldo, o sistema efetua a movimentação e bloqueio do Ativo.

Sujeito à aprovação regulatória

Subseção II. Procedimento para retirada de cobertura

Item I. O Participante informa:

(i) A Conta na Câmara;

(ii) O tipo de Posição;

(iii) O Ativo; e

(iv) o Participante deve indicar a Carteira de destino para o saldo liberado.

Item II. Os pedidos de retirada de cobertura dependem de autorização pela Base Clearing e estão sujeitas a avaliação de risco

Subseção III. Procedimento para cancelamento de requisição de cobertura

Item I. Se a cobertura ainda não estiver aprovada, o Participante pode solicitar o cancelamento via sistema ou mensagens eletrônicas. Após a efetivação não é possível.

Subseção IV. Procedimento para movimentação de Ativos na Central Depositária

Item I. Uma vez que a Posição está coberta, os Ativos ficam bloqueados na Central Depositária. Para movimentá-los, o Custodiante deve solicitar ao Participante que retire a cobertura antes de realizar qualquer movimentação.

Sujeito à aprovação regulatória

Título XII. Empréstimo de Ativos

Item I. A contratação de Empréstimo de Ativos de renda variável envolve inserção, autorização, cancelamento e consulta de Ofertas pelos Participantes de Negociação Plenos, Participantes de Liquidação e Custodiantes, cujo processo se encerra com a constituição do contrato de Empréstimo de Ativos no ambiente da Câmara, momento a partir do qual é criada a Posição perante a Câmara.

Item II. As formas de contratação do empréstimo de ativos seguem as modalidades abaixo:

(i) Privada com Liquidação em D+0; e

(ii) Pública com Liquidação em D+0, quando observado o horário limite previsto no **Anexo I** deste Manual ou D+1, conforme aplicável.

Item III. O registro da Oferta e a contratação de Empréstimo de Ativos estão sujeitos à avaliação dos critérios de risco aplicáveis à geração e manutenção da Posição de Empréstimo de Ativos, incluindo, mas não se limitando, à análise de limite de concentração de Posição em aberto e à verificação da suficiência de Garantias associadas ao Comitente Tomador, conforme o Manual de Risco.

O não atendimento às exigências de Garantias não impede a geração do contrato de Empréstimo de Ativos, podendo ensejar o tratamento operacional da Posição, inclusive mediante manutenção dos Ativos em Carteira de cobertura de empréstimo, conforme regras estabelecidas no Manual de Risco.

Item IV. A lista de Ativos elegíveis para Operações de Empréstimo está disponível no Site da Base.

Capítulo I. Modalidade Privada de Empréstimo de Ativos

Item I. É permitido aos Participantes de Negociação Plenos e ao Participantes de Liquidação a inserção de Ofertas e fechamento de negócios na Modalidade Privada de Empréstimo de Ativos de renda variável.

Item II. O negócio é feito por meio de uma Oferta Doadora, que pode ser do tipo:

(i) Direta: O Participante insere a Oferta com os dados do Comitente Tomador e do Comitente Doador, ambos sob sua responsabilidade;

(ii) Direcionada: O Participante responsável pelo Comitente Doador, insere a Oferta, indicando o Participante responsável pelo Comitente Tomador. O Participante responsável pelo Comitente Tomador deve confirmar a Operação.

Sujeito a aprovação regulatória

Item III. Na contratação de Empréstimo de Ativos, o Participante poderá restringir, via sistema, os Comitentes sob sua responsabilidade que podem atuar como Comitentes Tomadores.

Item IV. Após o fechamento do Negócio e constituição do contrato de Empréstimo de Ativos pela Câmara, a entrega dos Ativos do Comitente Doador ao Comitente Tomador ocorre pela Liquidação Bruta, coordenada pela Câmara, em D+0. A Liquidação do contrato, no vencimento ou em caso de Liquidação antecipada, ocorre pelo Saldo Líquido Multilateral.

Item V. A minuta do contrato de Empréstimo de Ativos contendo as informações a serem disponibilizadas sobre as características das Ofertas e a sua confirmação estão apresentadas no **Anexo II** deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

Seção I. Procedimentos do Doador

Item I. O Participante responsável pelo Comitente Doador disponibiliza seus Ativos para Empréstimo, em troca de uma remuneração através do envio de uma Oferta enviada pelo seu Participante, indicando os seguintes atributos:

(i) Conta Normal, que pode ter Vínculo de Repasse, de Custodiante ou por conta e ordem;

(ii) Indicação da Carteira livre (4101-7), a Carteira de Empréstimo de Ativos (4801-1) ou a Carteira de Garantias (4390- 7) para o débito dos Ativos; e

(iii) Se a Carteira de Garantias (4390-7) for usada, a Oferta deve ser reversível ao Comitente Doador.

Item II. Uma vez aceita e autorizada pelo Custodiante, a Câmara transfere os Ativos para a Carteira de Empréstimo de Ativos (4801-1), onde os Ativos ficam bloqueados para movimentação. Se a Carteira indicada não tiver saldo suficiente no momento da aceitação, a Câmara rejeita a Oferta automaticamente.

Item III. A autorização deste item será exigida apenas quando o Custodiante responsável pela Conta de Depósito for distinto do Participante que realizou a inserção da Oferta, sendo automaticamente atendida quando o próprio Participante atuar como Custodiante.

Seção II. Procedimentos do Tomador

Item I. Ao receber a Oferta, o Participante responsável pelo Comitente Tomador, confirma a contratação do Empréstimo de Ativos no Sistema de Empréstimo de Ativos. Para isso, deve:

(i) Indicar uma Conta Normal, que pode ter Vínculo de Custodiante, Vínculo por conta e ordem, Vínculo de Repasse, Conta Erro ou Conta Erro Operacional; e

Sujeito à aprovação regulatória

(ii) Escolher entre as Carteiras permitidas: Carteira livre (4101-7), Carteira de Garantias (4390-7) ou Carteira de Cobertura de Empréstimo (4201-3).

Item II. O Participante de Negociação Pleno e Participantes de Liquidação inserem as Ofertas via Sistema de Empréstimo de Ativos.

Parágrafo único. Após a geração da Operação, caso não sejam atendidos os critérios de risco para manutenção da Posição pelo Tomador, apurados pelo sistema de risco, a Câmara efetiva a Operação e mantem os Ativos na Carteira de Cobertura de Empréstimo (4201-3), conforme regras do Manual de Risco.

Seção III. Indicação de Participante Carrying

Item I. A indicação de Participante carrying é o processo pelo qual o Participante responsável pela inserção ou confirmação de uma Oferta transfere a outro Participante de Negociação Pleno ou Participante de Liquidação, a responsabilidade junto à Câmara, pela Liquidação e gerenciamento de risco da Posição de Empréstimo.

Item II. Esse processo é realizado por meio de uma Oferta utilizando uma Conta Normal, com Vínculo de Repasse. O Participante executor é quem insere a Oferta Doadora ou confirma a constituição do contrato. O Participante carrying será o Participante Destino indicado no Vínculo de Repasse.

Item III. A partir do aceite da Oferta, o Participante carrying tem 40 (quarenta) minutos para rejeitar o Repasse. Se rejeitado, o Registro da Operação é cancelado pela Câmara, não sendo constituída a Posição de Empréstimo de Ativos. Caso não haja manifestação dentro desse prazo, a Câmara considera a aceitação automática, com indicação para a Carteira livre (4101- 7). Se houver Vínculo de Custodiante, o Custodiante e a Conta de depósito serão atribuídos automaticamente, na ausência deste vínculo, a Câmara considera o próprio Participante carrying como Custodiante. Caso não sejam atendidos os critérios de risco para manutenção da Posição pelo Tomador, apurados pelo sistema de Risco, a Câmara efetiva a operação e mantem os Ativos na Carteira de Cobertura de Empréstimo (4201-3), conforme regras do Manual de Risco.

Seção IV. Direcionamento de Custódia

Item I. O Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação, responsável por inserir a Oferta Doadora ou pela confirmação de seu negócio, com as informações do Comitente Tomador e do Comitente Doador, pode direcionar a entrega ou o recebimento de Ativos a outro Custodiante, seguindo as seguintes regras:

(i) Caso o Participante responsável pela Oferta (ou o Participante carrying, se houver Repasse) não direcione a entrega ou recebimento de Ativos a um Custodiante no momento da constituição do

Sujeito à aprovação regulatória

contato , a Câmara verificará se existe Vínculo de Custodiante na Conta do Comitente. Se existir, o Custodiante e a Conta de Depósito serão atribuídos automaticamente. Caso contrário, o Custodiante será o próprio Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação, e a Conta do Comitente será registrada para fins de entrega ou recebimento de Ativos;

(ii) Se o Participante responsável pela Oferta direcionar a entrega de Ativos a outro Custodiante, os dados do Custodiante e a Conta de Depósito do Comitente serão registrados na Oferta e ficarão sujeitos à aprovação do Custodiante direcionado. Caso o Custodiante rejeite a Oferta, ela será cancelada.

Capítulo II. Modalidade Pública de Empréstimo de Ativos

Item I. Neste tipo de negociação, os Participantes de Negociação Plenos e os Participantes de Liquidação, podem inserir Ofertas.

Item II. As Ofertas serão divulgadas publicamente, de modo que os demais Participantes aptos a este tipo de negociação podem consultar e agredir tais Ofertas. Tais Ofertas, se elegíveis, também poderão ser fechadas automaticamente pelo Sistema de Empréstimo de Ativos, momento em que é gerada a Operação e registrado o respectivo contrato de Empréstimo de Ativos pela Câmara, que prioriza as Ofertas com as menores taxas para Comitentes Tomadores e maiores para Comitentes Doadores. Em caso de empate, a prioridade será da Oferta registrada primeiro.

Item III. Os Participantes podem restringir quais Comitentes sob sua responsabilidade podem atuar como Tomadores.

Item IV. O contrato de negociação pública tem sua Liquidação pelo Saldo Líquido Multilateral em em D+0, desde que a constituição do contrato ocorra até o horário limite previsto no **Anexo I**, ou em D+1, conforme a forma de contratação.

Item V. A Liquidação do contrato no vencimento ou quando da solicitação de Liquidação antecipada ocorre pelo Saldo Líquido Multilateral.

Item VI. Os contratos gerados são padronizados em termos de carência, vencimento e reversibilidade, conforme disponível no Site da Base.

Item VII. As minutas dos contratos de Empréstimo de Ativos contendo as informações a serem disponibilizadas sobre as características da Oferta e Negócio estão apresentadas no **Anexo II** deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação, as quais constarão do Catálogo de Mensagerias.

Sujeito à aprovação regulatória

Seção I. Oferta Doadora

Item I. A Oferta Doadora consiste na Operação em que o Participante Doador disponibiliza os Ativos dos quais é titular para Empréstimo a um Participante Tomador que, em contrapartida, remunera o Doador pelo período em que teve o ativo sob sua titularidade.

Subseção I. Procedimentos para Inserção da Oferta Doadora

Item I. No caso de Oferta Doadora, é necessária a indicação de:

(i) Conta Normal: a qual pode ter Vínculo de Repasse, Vínculo de Custodiante ou Vínculo por conta e ordem;

(ii) Carteira: escolher entre a Carteira livre (4101-7), a Carteira de Empréstimo de Ativos (4801-1) ou a Carteira de Garantias (4390-7).;

(iii) Se a Carteira de Garantias for usada, a Oferta deve ser reversível ao Participante Doador;

(iv) O sistema verifica o saldo da Carteira no momento da aceitação. Se não houver saldo suficiente, a Oferta é cancelada automaticamente.

Item II. A partir do momento do Aceite da Oferta, após a autorização do Custodiante, a Base Clearing realiza o bloqueio dos Ativos indicado na Oferta Doadora, observado que não é permitida a movimentação desses Ativos após o bloqueio, somente em caso de cancelamento da Oferta.

Item III. A autorização deste item será exigida apenas quando o Custodiante responsável pela Conta de Depósito for distinto do Participante que realizou a inserção da Oferta, sendo automaticamente atendida quando o próprio Participante atuar como Custodiante.

Seção II. Oferta Tomadora

Item I. Na Oferta Tomadora, o Comitente Tomador, por intermédio do seu Participante confirma sua intenção de tomar emprestado determinado Ativo, remunerando o Comitente Doador.

Item II. Ao inserir uma Oferta Tomadora, é necessário indicar uma Conta Normal, que pode:

(i) ter Vínculo de Repasse;

(ii) ter Vínculo por conta e ordem;

Sujeito à aprovação regulatória

(iii) ser Conta Erro; ou

(iv) ser Conta Erro Operacional.

Item III. No Sistema de Empréstimo de Ativos, são permitidos três tipos de Ofertas Tomadoras:

(i) Oferta Limitada: Deve ser executada por uma taxa limite ou melhor, ou seja, a execução ocorre apenas se for com uma taxa menor ou igual à estabelecida;

(ii) Oferta Padrão: Deve ser executada com uma taxa fixa estabelecida, sem possibilidade de execução a uma taxa diferente;

(iii) Oferta a Mercado: Deve ser executada imediatamente pela melhor taxa disponível até que a quantidade total solicitada na oferta seja atendida.

Seção III. Indicação de Participante Doador Carrying

Item I. A indicação de Participante Doador carrying é o procedimento pelo qual o Participante encarregado por inserir a Oferta Doadora transfere a outro Participante de Negociação Pleno ou Participante de Liquidação, a responsabilidade pela Liquidação e pela Gestão de Risco da operação perante a Base Clearing.

Item II. A indicação será operacionalizada por meio da inserção de uma Oferta Doadora, utilizando uma Conta Normal com Vínculo de Repasse.

Item III. Os Participantes terão as seguintes responsabilidades:

(i) Participante executor: é o Participante de Negociação Pleno que insere a Oferta Doadora;

(ii) Participante carrying: é o Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação indicado como Participante Destino no Vínculo de Repasse.

Item IV. O Participante carrying tem 40 minutos para aceitar ou rejeitar o Repasse. Se rejeitado, o processo de contratação é cancelado.

Item V. Na hipótese de não manifestação pelo Participante carrying, a Base Clearing considerará a aceitação automática e, portanto, caso exista um Vínculo de Custodiante, o Custodiante e a Conta de Depósito registrados no Vínculo são atribuídos automaticamente. Caso não haja tal Vínculo registrado, a Base Clearing considera o próprio Participante carrying como Custodiante.

Sujeito a aprovação regulatória

Seção IV. Constituição de Contrato de Empréstimo de Ativos

Item I. A geração de um contrato de Empréstimo de Ativos ocorrerá nas seguintes situações:

(i) Escolha pelo Participante Tomador de uma Oferta Doadora disponível no sistema;

(ii) Escolha pelo Participante Doador de uma Oferta Tomadora disponível no sistema;

(iii) Inserção de Oferta pelo Participante de Negociação Pleno ou Participante de Liquidação com os dados do Comitente Tomador e do Comitente Doador, hipótese em que ambas as partes estão sob sua responsabilidade;

(iv) Falha da Entrega de Ativos: aciona o mecanismo de Empréstimo Compulsório, por meio do qual a parte que não realizou a entrega dos Ativos assumirá a Posição de Comitente Tomador, exclusivamente para fins de viabilização da Liquidação da obrigação originalmente constituída, não caracterizando novação, substituição ou extinção da obrigação original de Liquidação perante a Câmara, observadas as regras de tratamento de Falhas previstas no Ordenamento Base;

(v) Fechamento automático entre uma Oferta Tomadora limitada e uma Oferta Doadora padrão no Sistema de Empréstimo de Ativos;

(vi) Fechamento automático entre uma Oferta Doadora limitada e uma Oferta Tomadora padrão no Sistema de Empréstimo de Ativos;

(vii) Fechamento automático entre uma Oferta Tomadora a mercado e uma Oferta Doadora padrão ou uma Oferta Doadora Limitada.

Parágrafo único. O Empréstimo Compulsório constitui mecanismo operacional destinado a assegurar a conclusão da Liquidação, permanecendo íntegra a caracterização da Falha de Entrega originalmente verificada, bem como as responsabilidades e penalidades aplicáveis ao Participante faltoso.

Item II. Para negociações elegíveis à Liquidação em D+0, o fechamento da Operação só pode ocorrer até o prazo informado no **Anexo I** deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

Seção V. Cancelamento de Contrato

Item I. Os contratos de Empréstimo de Ativos gerados por meio da negociação pública poderão ser cancelados, hipótese em que a quantidade de Ativos objeto do contrato de Empréstimo retorna à Conta de Depósito do Comitente Doador e sem efeitos para fins de Liquidação.

Sujeito à aprovação regulatória

Item II. Somente poderá ser realizada a solicitação de cancelamento na data de contratação do Empréstimo.

Item III. O Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação responsável pelo Comitente Tomador ou pelo Comitente Doador e os Custodiantes, se for o caso, deverão efetuar o envio de solicitação formal contendo os motivos que levaram ao cancelamento.

Item IV. Na hipótese de a Posição doadora objeto do cancelamento estiver servindo como aporte de Garantia, a solicitação de cancelamento deverá observar, ainda, os critérios de risco, em linha com o Manual de Risco.

Item V. A solicitação de cancelamento está sujeita à análise e à aprovação pela Base Clearing, a qual poderá exigir documentação adicional que entenda pertinente.

Item VI. Além disso, a Câmara pode cancelar a Operação se identificar situações que possam violar normas legais ou regulamentares.

Capítulo III. Cancelamento de Oferta

Item I. O Cancelamento de Oferta é o processo pelo qual o Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação pode realizar o cancelamento de suas próprias Ofertas registradas no Sistema de Empréstimo de Ativos.

Item II. Caso um Ativo deixe de ser negociado ou se torne inelegível para a contração de Empréstimos, a Base Clearing realizará o Cancelamento de Ofertas disponíveis relacionadas a esse Ativo.

Item III. Se uma Oferta Doadora é cancelada, o saldo será desbloqueado.

Item IV. A Câmara também pode cancelar Ofertas de Participantes ou Comitentes que estejam sob regime de recuperação judicial, falência ou administração especial temporária, conforme as regras vigentes.

Item V. O Cancelamento de Ofertas pode ser feito por meio do Sistema de Empréstimo de Ativos ou envio de mensagens eletrônicas, conforme os formatos estabelecidos no Catálogo de Arquivos e Mensagens.

Capítulo IV. Alteração de Contrato

Item I. A Base Clearing admite que os Participante de Negociação Pleno ou os Participantes de Liquidação responsáveis pelas posições solicitem alterações de determinados parâmetros do contrato.

Item II. A alteração do contrato está sujeita, conforme aplicável, à aprovação das Contraparte e, se forem alterações de custódia, à aprovação do Custodiante responsável pela Conta de Depósito objeto da alteração.

Sujeito à aprovação regulatória

Item III. A alteração do contrato estará sujeita, ainda, aos critérios de risco, em linha com o Manual de Risco.

Item IV. No caso de contratos oriundos da Modalidade Privada, o Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação, Tomador ou Doador do contrato de Empréstimo, pode solicitar alterações nos seguintes parâmetros:

(i) Data de carência;

(ii) Reversibilidade ao Doador; e

(iii) Reversibilidade ao Doador em caso de OPA.

Item V. O Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação, Tomador ou Doador do contrato de Empréstimo, pode solicitar as alterações abaixo, que só serão efetivadas após a aprovação do Custodiante:

(i) Do Custodiante, sendo que o novo Custodiante deverá aprovar a alteração até o horário indicado no **Anexo I** deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação, caso contrário, será automaticamente cancelada; ou

(ii) Da Conta de Depósito, desde que seja mantida a titularidade, exceto nos casos de reorganização societária.

Item VI. Alterações no Custodiante não serão permitidas caso a Posição esteja bloqueada ou coberta.

Item VII. As alterações de contrato devem ser solicitadas no Dia Útil seguinte à contratação (D+1) ou até o Dia Útil anterior ao vencimento do contrato (Dv-1), com prazo estabelecido no **Anexo I** deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

Item VIII. As seguintes trocas de Carteira são permitidas:

(i) Para o Doador: entre as Carteiras livre (4101-7), Garantias (4390-7) e Empréstimo de Ativos (4801-1);

(ii) Para o Tomador: entre as Carteiras livre (4101-7), Cobertura de Venda (4409-1) e Empréstimo de Ativos (4801-1).

Capítulo V. Renovação de Contrato

Item I. A Base Clearing admite a renovação de contratos de Empréstimo de Ativos da Modalidade Privada pelo Participante de Negociação Pleno e o Participante de Liquidação que realizou a Operação original.

Sujeito à aprovação regulatória

Item II. Para que possa ser efetivada a renovação do contrato, ela deverá ser aprovada pelo:

(i) Participante responsável pela Posição, no caso de indicação de Participante carrying na contratação;

(ii) Participante de Negociação Pleno ou Participante de Liquidação detentor da Posição de natureza oposta; e

(iii) Custodiante do Comitente Tomador e do Comitente Doador.

Item III. A renovação do contrato estará sujeita, ainda, aos critérios de risco, em linha com o Manual de Risco.

Item IV. Os contratos de Empréstimo de Ativos tomados compulsoriamente por Participante de Liquidação no curso do processo de tratamento de Falhas de Entrega não são passíveis de renovação.

Item V. Na renovação do contrato, é possível ajustar parâmetros mediante concordância das partes e observada a forma de contratação:

(i) Contratação por meio de Modalidade Privada:

  (a) Quantidade igual ou menor do contrato original;

  (b) Taxa do Empréstimo;

  (c) Data de vencimento;

  (d) Data de carência;

  (e) Reversibilidade ao Doador; e

  (f) Reversibilidade ao Doador em caso de OPA.

(ii) Contratação por meio de Modalidade Pública:

  (a) Quantidade menor ou igual à do contrato original; e

  (b) Taxa de Empréstimo.

Item VI. Em contratos decorrentes de negociação em Modalidade Pública, a nova data de vencimento será estabelecida de acordo com o padrão do contrato.

Sujeito à aprovação regulatória

Item VII. Se o contrato possuir direcionamento de entrega ou de recebimento de Ativos a um Custodiante, este também deve aprovar a solicitação de renovação.

Item VIII. A solicitação para renovação de Empréstimo de Ativos deverá ser solicitada a partir da data de carência do contrato, até 3 Dias Úteis anteriores (Dv-3) ao vencimento do contrato, respeitando o horário previsto no **Anexo I**.

Item IX. Caso tenha sido indicado Participante carrying na contratação da Operação, o referido Participante deverá observar que:

(i) Não poderá solicitar a renovação do contrato; e

(ii) Deverá aprovar ou rejeitar a solicitação de renovação até a data de solicitação, no horário indicado no **Anexo I** deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação, e caso não haja manifestação do Participante carrying até o horário-limite, a solicitação será automaticamente aprovada.

Item X. Os contratos oriundos de negociação em Modalidade Pública com quantidade em aberto e que não estiverem em processo de Liquidação serão automaticamente renovados, no dia do vencimento, com as mesmas características do contrato original e com nova data de vencimento, em linha com o padrão do contrato. O Preço de Referência do contrato será estabelecido, na data de renovação, conforme metodologia de preço disponível no Site da Base.

Item XI. A remuneração do contrato de Empréstimo de Ativos, bem como os emolumentos serão liquidados pelo Saldo Líquido Multilateral em moeda corrente nacional no Dia Útil seguinte à renovação.

Item XII. A apuração dos valores financeiros ocorrerá de forma pro rata, a partir da data de contratação, até o dia da solicitação de renovação do contrato.

Capítulo VI. Liquidação Antecipada de Contrato

Item I. A Base Clearing admite que o Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação solicite o encerramento do contrato antes do vencimento, observada as regras do contrato.

Item II. A Liquidação antecipada será agendada para o próximo Dia Útil (D+1) após a solicitação, caso seja feita pelo Tomador. Se houver envolvimento de um Custodiante, este também precisa aprovar a solicitação.

Item III. O Tomador pode solicitar a Liquidação antecipada a partir da data de carência do contrato até dois Dias Úteis antes do vencimento (Dv-2). Caso o Participante tenha o mesmo código operacional que o Custodiante, não é necessária a aprovação do agente para o processo.

Sujeito à aprovação regulatória

Item IV. Quando o pedido é feito pelo Doador, a Liquidação ocorre dois Dias Úteis após a solicitação (Ds+2), ou três Dias Úteis depois (Ds+3) se a solicitação for feita dentro do horário previsto no **Anexo I**.

Item V. A Liquidação antecipada deve ocorrer entre a data de carência e o dia em que o agendamento da Liquidação não for para uma data posterior ou igual ao vencimento.

Item VI. No dia da Liquidação, os Ativos e a remuneração do contrato, assim como os custos operacionais, são processados no sistema de Liquidação Multilateral da Câmara. Para contratos com Liquidação em D+0, os valores financeiros são calculados de forma *pro-rata* (dia a dia) desde a contratação até o dia anterior à Liquidação.

Item VII. Quando o Participante solicita a Liquidação no mesmo dia da constituição do contrato (D+0), a Liquidação será feita no Dia Útil seguinte (D+1), sem considerar a data de carência.

Item VIII. As solicitações de Liquidação antecipada devem ser feitas e aprovadas até os horários indicados no **Anexo I** deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação. Caso não sejam aprovadas até esse horário, serão automaticamente rejeitadas.

Capítulo VII. Cancelamento de solicitação de Alteração ou Renovação de Contrato

Item I. Será permitido o cancelamento de solicitação de alteração ou renovação se a solicitação apresentar todas as aprovações necessárias, sendo a sua efetivação realizada automaticamente.

Item II. Se a solicitação de alteração ou de renovação já estiver efetivada, o cancelamento não será mais possível.

Capítulo VIII. Cancelamento de solicitação de Liquidação Antecipada de Contrato

Item I. O Participante de Negociação Pleno e o Participante de Liquidação podem solicitar o cancelamento de sua solicitação de Liquidação antecipada pelo Tomador e esta será imediatamente efetivada, desde que esteja pendente a aprovação do Custodiante, do Participante de Negociação Pleno ou do Participante de Liquidação.

Item II. Na hipótese em que a solicitação de Liquidação antecipada pelo Tomador não esteja pendente da aprovação do Custodiante, o Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação somente poderá requisitar o cancelamento da solicitação no mesmo dia em que a solicitação foi realizada.

Item III. O Custodiante também deve aprovar o cancelamento da solicitação de Liquidação antecipada.

Item IV. Posteriormente à aprovação pelo Custodiante, o cancelamento deverá ser aprovado pelo Participante de Negociação Pleno ou o Participante de Liquidação que esteja atuando na Posição de natureza oposta do contrato de Empréstimo.

Sujeito à aprovação regulatória

Item V. O cancelamento da solicitação de Liquidação antecipada pelo Doador somente poderá ser requerido até o Dia Útil anterior à data de Liquidação, devendo ser aprovado no mesmo dia, conforme horários descritos no **Anexo I** deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

Capítulo IX. Liquidação de Posição Coberta

Item I. Quando ocorre a Liquidação de uma Posição coberta de Empréstimo de Ativos, seja antecipada ou no vencimento, a Câmara segue os seguintes passos para liquidar a Posição do Tomador:

(i) Primeiramente, é gerada uma instrução de débito com a Carteira de cobertura, limitada à quantidade coberta registrada na Posição;

(ii) Para a quantidade restante (não coberta), a Câmara verifica a Carteira informada na Posição.

  (a) Se a Carteira for de cobertura de Empréstimo de Ativos, a Liquidação é feita com a Carteira livre;

  (b) Se a Carteira não for de cobertura, a Liquidação é feita com a Carteira informada na Posição.

Capítulo X. Informativos sobre as Posições

Item I. A Base Clearing envia o informe de rendimentos e o informe de reembolsos, em relação às posições de Empréstimo, diretamente aos Comitentes, tanto para pessoas jurídicas quanto para pessoas físicas, conforme periodicidade a seguir:

(i) Informe de reembolso para pessoa jurídica: contém informações referentes aos valores financeiros de Eventos Corporativos reembolsados para Doadores e é gerado e enviado trimestralmente para os Comitentes do tipo pessoa jurídica que tiveram informações no período;

(ii) Informe de reembolso para pessoa física: contém informações referentes aos valores financeiros de Eventos Corporativos reembolsados para Doadores e é gerado e enviado anualmente para os Comitentes do tipo pessoa física que tiveram informações no período;

(iii) Informe de rendimentos para pessoa jurídica: contém informações referentes aos rendimentos gerados pelas Operações de Empréstimo e é gerado e enviado trimestralmente para Comitentes do tipo pessoa jurídica que tiverem informações no período; e

(iv) Informe de rendimentos para pessoa física: contém informações referentes aos rendimentos gerados pelas Operações de Empréstimo e é gerado e enviado anualmente para Comitentes do tipo pessoa física que tiveram informações durante o ano anterior.

Sujeito à aprovação regulatória

Item II. Os informativos são enviados em formato eletrônico, com criptografia e senha pessoal, em formato impresso ou em ambos os formatos, de acordo com a opção escolhida pelo Comitente.

Capítulo XI. Tratamento de Eventos Corporativos nas Ofertas de Empréstimo de Ativos

Item I. O tratamento de Eventos Corporativos depende do tipo de evento, conforme segue:

(i) Eventos sem alteração do Ativo-objeto: A Oferta continua válida no sistema;

(ii) Eventos com alteração do Ativo-objeto: As Ofertas são atualizadas automaticamente de acordo com os novos Ativos;

(iii) Eventos sem alteração do Ativo-objeto: É calculada uma nova quantidade para a Oferta, de acordo com as regras estabelecidas pelo Emissor. Caso a quantidade resultante seja inferior à original, a quantidade é alterada. Caso a quantidade resultante seja superior à original, é mantida a original;

(iv) Eventos com alteração do Ativo-objeto: A Oferta é cancelada. Excepcionalmente para bonificação, a Oferta segue inalterada.

Item II. Para o Empréstimo com Liquidação em D+0, a atualização das Ofertas ocorre durante o processamento noturno na data de atualização do Ativo na Central Depositária. Para o Empréstimo com Liquidação em D+1, essa atualização ocorre no mesmo horário, um dia antes.

Item III. Para outros tipos de Eventos Corporativos, não há alteração na Oferta.

Capítulo XII. Suspensão do Ativo

Item I. Quando o Ativo é suspenso no Ambiente de Negociação, a Câmara suspende novas Ofertas no sistema, exceto para tratar Falhas de Entrega ou cumprir obrigações já contratadas que liquidem durante a suspensão, que será comunicada ao mercado previamente.

Capítulo XIII. Tratamento de Falhas de Entrega de Ativos com Ofertas de Empréstimo de Ativos

Item I. Ofertas Doadoras elegíveis ao tratamento de Falhas de Entrega de Ativos pela Câmara, feitas via negociação pública com Liquidação em D+0 e estar disponíveis sem pendências de aprovação.

Item II. Os critérios aplicados pela Câmara para ordenar essas Ofertas são:

Sujeito à aprovação regulatória

(i) Menor taxa disponível no Livro de Ofertas de D+0;

(ii) Maior quantidade de Ativos; e

(iii) Ordem cronológica de inclusão da Oferta.

Sujeito à aprovação regulatória

Título XIII. Tratamento de Eventos Corporativos

Item I. O sistema de controle de Posições é responsável por ajustar as Posições em aberto de acordo com cada Evento Corporativo aplicado ao Ativo das Posições mantidas nesse sistema, bem como pela identificação, pelo Registro e pela atualização dos direitos e das obrigações dos Participantes.

Item II. O tratamento a ser aplicado depende de cada tipo de Posição e dos correspondentes eventos, os quais podem ser classificados da seguinte forma:

(i) Eventos Corporativos em recursos financeiros: são considerados Eventos Corporativos em recursos financeiros as deliberações do Emissor relativas aos Ativos por ele emitidos e depositados na Central Depositária que resultam em pagamento em recursos financeiros, tais como, dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações em recursos financeiros, restituição de capital, juros, rendimentos e amortizações;

(ii) Eventos Corporativos em Ativos sem alteração do Ativo-objeto: são considerados Eventos Corporativos em Ativos sem alteração do Ativo as deliberações do Emissor relativas aos Ativos por ele emitidos e depositados na Central Depositária que resultem em alteração da quantidade de Ativos, de mesmo tipo, espécie ou classe, tais como grupamento, desdobramento e bonificação em Ativos;

(iii) Eventos Corporativos em Ativos com alteração do Ativo-objeto: são considerados Eventos Corporativos em Ativos com alteração do Ativo as deliberações do Emissor relativas aos Ativos por ele emitidos e depositados na Central Depositária que resultem em crédito de Ativos, de tipo, espécie ou classe diferente do Ativos anterior ao Evento Corporativo, tais como, fusões, cisões e incorporações;

(iv) Eventos Corporativos com geração automática de direitos na Central Depositária, tais como Direitos de Subscrição; e

(v) Eventos Corporativos voluntários: são considerados Eventos Corporativos voluntários as deliberações do Emissor relativas aos Ativos por ele emitidos e depositados na Central Depositária que proporcionam ao Comitente titular do Ativo de escolher se deseja exercer o Evento Corporativo. São exemplos desses eventos: direito de preferência, Oferta prioritária, OPA e conversão voluntária.

Item III. Para as OPAs, o tratamento descrito nesta seção aplica-se quando a liquidez do Ativo não é alterada de forma significativa.

Sujeito à aprovação regulatória

Item IV. Eventos Corporativos não contemplados e Eventos Corporativos já contemplados - cujo tratamento não preserva o valor econômico negociado – poderão ter tratamento diferenciado a ser informado previamente por Comunicado Circular emitido pela Base Clearing.

Capítulo I. Tratamento de Eventos Corporativos para Posições de Empréstimo de Ativos de Renda Variável

Item I. A atualização das Posições de contrato de Empréstimo de Ativos ocorre no processamento noturno da data de atualização do Ativo na Central Depositária.

Seção I. Eventos corporativos em recursos financeiros

Item I. Os Eventos Corporativos em recursos financeiros não alteram o preço nem a quantidade da Posição. O valor financeiro referente ao Evento Corporativo é calculado pela Câmara, considerando as informações cadastrais do Comitente Doador, como o tipo de investidor para fins de tributação. O lançamento financeiro é provisionado para a mesma data de pagamento pelo Emissor e, caso este não liquide o Evento Corporativo, o lançamento financeiro é estornado.

Item II. Os contratos realizados por meio de negociação pública com Liquidação em D+1 somente são elegíveis aos Eventos Corporativos em recursos financeiros a partir do Dia Útil seguinte à data de contratação.

Seção II. Eventos corporativos em Ativos sem alteração do Ativo-objeto

Item I. Há alteração da quantidade da Posição, seguindo os percentuais estabelecidos pelo Emissor, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathrm{QTD_{Aj}} = \mathrm{QTD} \times \mathrm{F}$$

Onde:

$\mathrm{QTD_{Aj}}$ = quantidade ajustada, arredondada ou truncada conforme divulgado pelo Emissor. Caso o Emissor não divulgue o critério, a Câmara assume o truncamento;

QTD = quantidade do contrato original; e

F = fator de ajuste, conforme divulgado pelo Emissor.

O volume do contrato permanece inalterado, porém, como a quantidade é alterada, um novo Preço de Referência do Empréstimo é calculado, conforme a seguinte fórmula:

Sujeito à aprovação regulatória

$$\text{PREÇO}_{\text{Aj}} = \text{VOL}/\text{QTD}_{\text{Aj}}$$

Onde:

PREÇO_{Aj} = novo Preço de Referência do Empréstimo;

VOL = volume do contrato; e

QTD_{Aj} = quantidade ajustada.

Item II. Caso o Emissor estabeleça o resgate do Ativo, as Posições são ajustadas para refletir o evento de resgate e o valor financeiro referente à parcela resgatada é provisionado para pagamento na mesma data estabelecida pelo Emissor. O valor financeiro da remuneração do Empréstimo referente à parcela resgatada é liquidado no Dia Útil subsequente ao evento de resgate.

Item III. Os Eventos Corporativos em Ativos que geram frações na Posição são tratados de acordo com as regras definidas pelo Emissor. O tratamento pode ser:

(i) Leilão das frações realizado pelo Emissor;

(ii) Compra das frações pelo Emissor;

(iii) Doação pelo Emissor da quantidade de Ativos necessários para compor um Ativo; ou

(iv) Cancelamento das frações sem pagamento.

Item IV. Para os itens (i) e (ii), o sistema de controle de Posições realiza o débito no Comitente Tomador e o crédito no Comitente Doador. Para os itens (iii) e (iv), não há tratamento pelo sistema de controle de Posições e as frações são canceladas.

Seção III. Eventos Corporativos em Ativos com Alteração do Ativo-objeto

Item I. O tratamento descrito nesta seção aplica-se quando o novo Ativo-objeto resultante do evento:

(i) For autorizado a negociação em Ambiente de Negociação administrado pela Base Clearing;

(ii) For passível de depósito na Central Depositária;

(iii) Possuir volatilidade suficientemente semelhante à do Ativo original, a exclusivo critério da Base Clearing; e

Sujeito à aprovação regulatória

(iv) Possuir liquidez suficientemente semelhante à do Ativo original, a exclusivo critério da Base Clearing.

Item II. Caso o novo Ativo-objeto resultante do evento não se enquadre no disposto acima, a Base Clearing pode determinar o tratamento a ser aplicado às Posições por meio de Ofício Circular.

Item III. Caso a aplicação do Evento Corporativo resulte em apenas um Ativo, uma nova Posição é gerada com quantidade calculada pela seguinte fórmula:

$$\mathrm{QTD_n} = \mathrm{QTD} \times \mathrm{F}$$

Onde:

QTD_n = quantidade do novo contrato, arredondada ou truncada conforme divulgado pelo Emissor. Caso o Emissor não divulgue o critério, a Câmara assume o truncamento;

QTD = quantidade do contrato original; e

F = fator de ajuste, conforme divulgado pelo Emissor.

Item IV. Como a quantidade é alterada e o volume do contrato permanece inalterado, um novo Preço de Referência do Empréstimo é calculado, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathrm{PREÇO_{Aj}} = \mathrm{VOL/QTD_n}$$

Onde:

$PREÇO_{Aj}$ = novo Preço de Referência do Empréstimo;

VOL = volume do contrato; e

QTD_n = quantidade do novo contrato.

Item V. Caso a aplicação do Evento Corporativo resulte em mais de um Ativo e esses sejam passíveis de contratação no Sistema de Empréstimo de Ativos, são criados tantos contratos quantos forem os Ativos gerados, com suas respectivas quantidades, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathrm{QTD_n} = \mathrm{QTD} \times \mathrm{F}$$

Onde:

Sujeito à aprovação regulatória

QTD_n = quantidade do novo contrato, arredondada ou truncada conforme divulgado pelo Emissor. Caso o Emissor não divulgue o critério, a Câmara assume o truncamento e efetua o tratamento das frações;

QTD = quantidade do contrato original; e

F = fator de ajuste, conforme divulgado pelo Emissor.

Item VI. O volume de cada novo contrato gerado é calculado conforme a seguinte fórmula:

$$\mathrm{VOL_n} = \mathrm{VOL} \times \mathrm{K}$$

Onde:

VOL_n = volume do novo contrato;

VOL = volume do contrato original; e

K = fator de ajuste, conforme divulgado pelo Emissor.

Item VII. A soma dos volumes dos contratos gerados deve ser igual ao volume do contrato original.

Item VIII. Os preços dos contratos são ajustados para refletir a nova proporção de quantidade e volume da Posição, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathrm{PREÇO_{Aj}} = \mathrm{VOL_n}/\mathrm{QTD_n}$$

Onde:

$PREÇO_{Aj}$ = novo Preço de Referência do Empréstimo;

VOL_n = volume do novo contrato; e

QTD_n = quantidade do novo contrato.

Item IX. Caso o Emissor estabeleça parcela em dinheiro, a Câmara operacionaliza a Liquidação dessa parcela pelo Saldo Líquido Multilateral em moeda corrente nacional na data de pagamento do Evento Corporativo pelo Emissor. Os contratos realizados na Modalidade Pública com Liquidação em D+1 somente são elegíveis a parcela em dinheiro a partir do Dia Útil seguinte à data de contratação.

Item X. Os Eventos Corporativos em Ativos que geram frações na Posição são tratados de acordo com as regras definidas pelo Emissor. O tratamento pode ser:

Sujeito à aprovação regulatória

(i) leilão das frações realizado pelo Emissor;

(ii) compra das frações pelo Emissor;

(iii) doação pelo Emissor da quantidade de Ativos necessários para compor um Ativo; ou

(iv) cancelamento das frações sem pagamento.

Item XI. Para os itens (i) e (ii), o sistema de controle de Posições realiza o débito no Comitente Tomador e o crédito no Comitente Doador. Para os itens (iii) e (iv), não há tratamento pelo sistema de controle de Posições e as frações são canceladas.

Seção IV. Eventos corporativos com geração automática de direitos na Central Depositária – Direitos de Subscrição

Item I. O Evento Corporativo de subscrição não altera o preço nem a quantidade do contrato de Empréstimo de Ativos original.

Item II. O processo de tratamento de subscrição para as Posições de Empréstimo de Ativos é realizado da seguinte forma:

(i) A partir da data de atualização do Ativo na Central Depositária, o sistema de controle de Posições calcula, automaticamente, a quantidade de direitos de subscrição aplicável a cada contrato de Empréstimo de Ativos e solicita a devolução do direito, em nome do Comitente Doador, para o Comitente Tomador;

(ii) No sexto Dia Útil após a data de atualização do Ativo na Central Depositária, é realizado call de fechamento para a precificação do direito de subscrição. Caso o preço não seja definido no call de fechamento, a Base Clearing calculará o preço do direito conforme as características da subscrição e metodologia divulgada em Comunicado Externo da Base Clearing. Caso julgue necessário, considerando as características da subscrição, a Base Clearing pode divulgar a metodologia de cálculo do direito por meio de Ofício Circular.

Item III. Para os contratos de Empréstimo de Cotas de Fundo de Investimento, o processo de apuração do preço do direito ocorre no terceiro Dia Útil após a data de atualização do Ativo na Central Depositária.

Item IV. Até o oitavo Dia Útil após a data de atualização do Ativo na Central Depositária, o Comitente Tomador pode efetuar a devolução do direito de subscrição para o Comitente Doador, que foi solicitado conforme **Item I,** (i) acima.

Sujeito à aprovação regulatória

Item V. Para os contratos de Empréstimo de Cotas de fundo de investimento, o processo de devolução do direito de subscrição pode ser efetuado até o quinto Dia Útil após a data de atualização do Ativo na Central Depositária.

Item VI. No nono Dia Útil após a data de atualização do Ativo na Central Depositária, é permitido ao Comitente Doador, que não recebeu os direitos de subscrição até o Dia Útil anterior, optar, por meio de seu Participante de Negociação Pleno ou de seu Participante de Liquidação, entre:

(i) o recebimento do valor financeiro referente ao direito de subscrição, conforme o **Item I,** (ii) acima; e

(ii) a criação de contrato em recibo de subscrição, sendo admitido somente quando o Ativo-objeto da subscrição for um Ativo passível de contratação no Sistema de Empréstimo de Ativos. Nesse caso, o Comitente Doador deve informar também se deseja participar de eventuais rodadas de sobras de subscrição e a opção de retratação, podendo ser não retratável, parcialmente retratável ou totalmente retratável.

Item VII. Caso o Doador opte pela criação do contrato em recibo de subscrição, tal evento ocorrerá na data de efetivação da subscrição informada pelo Emissor. Se a subscrição resultar em um Ativo que não seja passível de contratação no Sistema de Empréstimo de Ativos, o tratamento será o de recebimento do valor financeiro, a ser efetivado no Dia Útil seguinte.

(i) Desde Dia Útil seguinte à data de escolha do contrato de recibo de subscrição e até o Dia Útil anterior à data de efetivação da subscrição, é permitido ao Comitente Doador cancelar totalmente ou parcialmente a solicitação do Registro de contrato em recibo de subscrição, realizada conforme **Item VII** acima. Em caso de cancelamento do pedido de criação de contrato filhote, não haverá o tratamento financeiro descrito no **Item VII,** (i) acima;

(ii) Na data de efetivação da subscrição, o sistema da Câmara registra o contrato em recibo de subscrição com prazo de 180 (cento e oitenta) dias para os casos em que o Comitente Doador tiver efetuado essa opção descrita no **Item VII,** (ii) acima. Adicionalmente, os lançamentos financeiros referentes ao valor da subscrição são debitados do Comitente Doador e creditados ao Comitente Tomador. Mesmo que o direito de participação no processo de subscrição tenha sido gerado a partir de um contrato oriundo de tela de negociação, o registro do contrato de recibo de subscrição é sempre realizado com as características de um contrato oriundo do ambiente de registro. Tal contrato não pode ser alterado ou renovado até a homologação da subscrição;

(iii) Caso o Emissor homologue parcialmente a subscrição e ela possua cláusula de retratação, o sistema da Câmara adota o seguinte procedimento para os contratos em recibo:

Sujeito à aprovação regulatória

(a) No caso da opção pela retratação total pelo Comitente Doador referida no **Item VII,** o contrato é cancelado e o lançamento financeiro efetuado no **Item VIII,** (ii), é revertido totalmente;

(b) No caso da opção pela retratação parcial pelo Comitente Doador referida no **Item VII,** o contrato é reduzido proporcionalmente de acordo com o fator divulgado pelo Emissor, e o lançamento financeiro efetuado no **Item VIII,** (ii), é revertido parcialmente; e

(c) No caso da opção pela não retratação pelo Comitente Doador referida no **Item VII,** não há nenhuma alteração no contrato em recibo.

(iv) Na data de homologação da subscrição, os contratos em recibo são convertidos em contratos no próprio Ativo-objeto da subscrição. Esses contratos vencem em 3 (três) Dias Úteis após a homologação da subscrição.

Item VIII. Em caso de subscrições que dão direito a bônus de subscrição, se esse bônus não for passível de contratação no Sistema de Empréstimo de Ativos, ocorre a Liquidação financeira por valor a ser apurado pela Base Clearing, utilizando-se as características do bônus de subscrição e da metodologia previamente divulgada. A Liquidação financeira do bônus ocorre no Dia Útil seguinte à data de homologação da subscrição. Caso julgue necessário, considerando as características da subscrição, a Base Clearing pode divulgar a metodologia de cálculo do bônus de subscrição por meio de Ofício Circular. Se esse bônus for passível de contratação no Sistema de Empréstimo de Ativos, será criado contrato em bônus de subscrição na data de homologação da subscrição, tendo tal contrato vencimento de 3 (três) Dias Úteis após a homologação da subscrição.

Item IX. Em caso de sobras de subscrições, os Comitentes Doadores que optaram pela participação nas rodadas de sobras terão a oportunidade, a cada rodada, de aumentar a quantidade de Ativos subscritos proporcionalmente a sua participação nas rodadas anteriores. Novos lançamentos financeiros, debitando o Comitente Doador e creditando o Comitente Tomador, são efetivados. Cada nova rodada de Ativos subscritos gerará um novo contrato em recibo de subscrição. Somente são consideradas as rodadas de subscrição onde há determinação, pelo Emissor, do fator de subscrição a ser aplicado proporcionalmente à participação dos Comitentes Doadores nas rodadas anteriores.

Item X. Caso o Ativo-objeto do contrato de Empréstimo de Ativos não esteja sujeito ao processo de subscrição na Central Depositária, o processo de tratamento acima descrito não se aplica.

Item XI. O horário-limite para manutenção dos processos de tratamento de subscrição é aquele definido no **Anexo I** deste Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

Sujeito à aprovação regulatória

Item XII. A Câmara pode, por razões prudenciais ou operacionais, a seu exclusivo critério, antecipar ou postergar o encerramento do horário-limite para tratamento de subscrição no Empréstimo. A Câmara comunicará previamente os Participantes em caso de antecipação ou de postergação do encerramento. No caso de postergação, a comunicação somente será realizada caso o novo horário de encerramento possa gerar impacto nos processos dos Participantes.

Item XIII. Os contratos negociados na Modalidade Pública com Liquidação em D+1 somente são elegíveis aos Eventos Corporativos com geração automática de direitos a partir do Dia Útil seguinte à data de contratação.

Seção V. Eventos corporativos voluntários

Subseção I. Oferta Pública de Aquisição (OPA) de Ativos

Item I. Em caso de OPA de Ativos, o Comitente Doador do Empréstimo de Ativos que desejar participar da Oferta deve realizar a Liquidação antecipada de seu contrato, respeitada a característica de reversibilidade do contrato, em tempo hábil para receber o Ativo e depositá-lo na Carteira específica na Central Depositária. O Comitente Doador deve considerar nesse processo os prazos de Liquidação e possíveis Falhas de Entrega do Ativo.

Subseção II. Oferta prioritária de distribuição de Ativos

Item I. O Emissor dos Ativos determina, via comunicação ao mercado, qual o critério de elegibilidade para participação na Oferta. Esse critério estabelece no mínimo uma data de corte para determinar a Posição dos acionistas que podem participar da Oferta. Caso haja apenas uma data de corte, as Posições de Empréstimo de Ativos em aberto ao final dessa data são consideradas elegíveis para participação na Oferta por meio do sistema de controle de Posições. Caso haja mais de uma data de corte, cuja Comitente Doador tinha Posição de Empréstimo ou no próprio Ativo ao final da segunda data de corte, são consideradas elegíveis para participação na Oferta por meio do sistema de controle de Posições.

Item II. Os contratos realizados por meio de negociação pública com Liquidação em D+1 somente são elegíveis a participar de Oferta prioritária a partir do Dia Útil seguinte à data de contratação.

Item III. Para os contratos de Empréstimo de Ativos elegíveis ao tratamento de Ofertas prioritárias de distribuição de Ativos, o Comitente Doador que desejar participar da Oferta prioritária deve manifestar seu interesse no sistema de controle de Posições por meio de seu Participante de Negociação Pleno ou de seu Participante de Liquidação. Mesmo que o Ativo-objeto da Oferta seja diferente do Ativo-objeto do contrato elegível à participação na Oferta prioritária, a solicitação do Comitente Doador é realizada com base no contrato de Empréstimo que gerou o direito de participação na Oferta.

Sujeito à aprovação regulatória

Item IV. O Participante deve realizar a solicitação no período definido para a Oferta, informando a quantidade de Ativos que o Comitente Doador deseja adquirir. A quantidade máxima de Ativos que podem ser adquiridos é calculada pela multiplicação da quantidade de Ativos de cada contrato elegível pelos fatores de subscrição prioritária divulgados pelo Emissor, considerando inicialmente o fator divulgado pelo Emissor com a colocação da totalidade de Ativos da Oferta, que pode ser alterado após o processo de *bookbuilding*.

Item V. Adicionalmente, o Participante também pode informar à Câmara um preço máximo ou uma taxa mínima em caso de Oferta pública de distribuição de debêntures com Oferta prioritária.

Item VI. Para as Ofertas que envolvem contratos cujo Ativo-objeto seja uma Unit, caso o Emissor defina os percentuais de participação na Oferta somente para os Ativos que compõem a Unit, o sistema de controle de Posição calcula a quantidade de Ativos que podem ser adquiridos pelo Comitente Doador da seguinte forma:

(i) Com base nos contratos de Units elegíveis a participar da Oferta, é apurada a quantidade de cada Ativo componente da Unit;

(ii) Aplicam-se os fatores de participação na Oferta divulgados pelo Emissor sobre a quantidade de Ativos componentes da Unit;

(iii) Com base na quantidade de Ativos apurada no subitem (ii) acima, apura-se a quantidade máxima de Units que pode ser criada e solicitada pelo Comitente Doador por meio do sistema de controle de Posição; e

(iv) Se houver diferença entre a quantidade de Ativos apurada no subitem (ii) acima e a quantidade de Ativos utilizada no subitem (iii) acima, a quantidade restante de Ativos também ficará disponível para solicitação pelo Comitente Doador.

Item VII. O horário-limite para solicitar a participação no tratamento de Oferta prioritária é aquele estabelecido no **Anexo I** do Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

Item VIII. A Câmara pode, por razões prudenciais ou operacionais, a seu exclusivo critério, antecipar ou postergar o encerramento do horário-limite para tratamento de Oferta prioritária no Empréstimo. A Câmara comunicará previamente os Participantes em caso de antecipação ou de postergação do encerramento. No caso de postergação, a comunicação somente será realizada caso o novo horário de encerramento possa gerar impacto nos processos dos Participantes.

Item IX. Na situação de alteração nos fatores de subscrição prioritária, ocorrem os seguintes procedimentos:

Sujeito à aprovação regulatória

(i) Caso o fator de subscrição seja reduzido, a quantidade solicitada originalmente pelo Comitente Doador para cada contrato será limitada à quantidade de Ativos calculada pelo novo fator de subscrição;

(ii) Caso o fator de subscrição seja aumentado pelo Emissor e o período de subscrição prioritária ainda estiver em curso, as quantidades de Ativos que podem ser subscritas por contrato são atualizadas para a solicitação do Comitente Doador até o final do período de subscrição; e

(iii) Caso o fator de subscrição seja aumentado pelo Emissor e o período de subscrição prioritária já tenha sido encerrado, somente os contratos que tiverem tido a subscrição da quantidade total pelo Comitente Doador é que poderão ter a subscrição de quantidade adicional, limitada pelo novo fator de subscrição.

Item X. Quando o Ativo-objeto da Oferta for um Ativo passível de contratação no Sistema de Empréstimo de Ativos e tiver liquidez suficiente de acordo com exclusivo critério da Base Clearing, na data de Liquidação da Oferta, a Câmara gera o contrato na quantidade solicitada e realiza os lançamentos financeiros, debitando o Comitente Doador e creditando o Comitente Tomador, em valor equivalente ao produto da quantidade do contrato pelo preço da Oferta. Tal contrato tem vencimento de 3 (três) Dias Úteis, contados da data de Liquidação da Oferta.

Item XI. Quando o Ativo-objeto da Oferta não for um Ativo passível de contratação no Sistema de Empréstimo de Ativos ou não tiver liquidez suficiente de acordo com exclusivo critério da Base Clearing, o tratamento a ser dado aos Doadores elegíveis será exclusivamente financeiro. Na data de Liquidação da Oferta, a Câmara gera crédito no Comitente Doador e débito no Comitente Tomador, em valor equivalente ao produto da quantidade solicitada pelo Comitente Doador pela diferença, se positiva, entre os preços:

(i) de referência calculado pela Base Clearing a partir das características do instrumento; e

(ii) da Liquidação da Oferta prioritária. Caso julgue necessário, considerando as características da Oferta, a Base Clearing pode divulgar a metodologia de cálculo do Ativo por meio de Ofício Circular.

Item XII. Em caso de Ofertas prioritárias que dão direito a bônus de subscrição, se o bônus não for passível de contratação no Sistema de Empréstimo de Ativos ou não tiver liquidez suficiente, ocorre a Liquidação financeira por valor a ser apurado pela Base Clearing, utilizando-se as características do bônus de subscrição e a metodologia divulgada previamente. A Liquidação financeira ocorre no Dia Útil seguinte à data de Liquidação da Oferta, quando a Câmara gera crédito ao Comitente Doador e débito ao Comitente Tomador do valor financeiro equivalente ao produto do valor do bônus pela quantidade resultante da solicitação de subscrição na Oferta.

Sujeito à aprovação regulatória

Item XIII. O Comitente Doador que desejar participar de conversão voluntária de Ativos pode solicitar, por meio de seu Participante de Negociação Pleno ou de seu Participante de Liquidação, a Liquidação antecipada do contrato, desde que o contrato seja reversível ao Doador, em tempo hábil para participar da conversão de Ativos via sistema da Central Depositária. O Comitente Doador deve considerar nesse processo os prazos de Liquidação e possíveis Falhas de Entrega do Ativo.

Item XIV. Alternativamente, caso o Ativo resultante da conversão seja um Ativo passível de contratação no Sistema de Empréstimo de Ativos, o Comitente Doador poderá solicitar, por meio de seu Participante de Negociação Pleno ou de seu Participante de Liquidação, a conversão de seus contratos no sistema de controle de Posições, desde que esses contratos atendam aos critérios de elegibilidade divulgados pelo Emissor. Os Participantes responsáveis pelos Comitentes Tomadores são avisados dessa solicitação.

Item XV. São elegíveis para conversão os contratos que:

(i) Possuírem solicitação de conversão na quantidade total do contrato recebida pelo Comitente Doador dentro do prazo limite estipulado pela Câmara;

(ii) Tiverem quantidade total em aberto superior à quantidade mínima necessária para conversão do Ativo-objeto do contrato;

(iii) Possuírem vencimento posterior ao segundo Dia Útil subsequente à data de conversão das Posições;

(iv) Contratos oriundos de conversão não poderão ter solicitação de Liquidação antecipada posterior à data limite para solicitação de conversão das Posições;

(v) Contratos com solicitação de conversão não poderão ter Liquidação antecipada tomada com data de Liquidação posterior à data limite para solicitação de conversão das Posições.

Item XVI. A conversão das Posições ocorre na mesma data da conversão do Ativo na Central Depositária.

Item XVII. Na data de conversão do Ativo na Central Depositária, os contratos que foram solicitados para conversão e continuarem elegíveis são convertidos utilizando-se os fatores divulgados pelo Emissor. Os contratos de Empréstimos convertidos terão o Ativo-objeto, o preço e a quantidade alterados, mantendo-se todas as demais características do contrato.

Item XVIII. Caso haja sobras de Ativos que não puderam ser convertidos, devido ao contrato não ser múltiplo da quantidade mínima definida pelo Emissor, será criado um contrato filhote que comportará a quantidade de ações que não puderam ser convertidas. Esse contrato manterá o Preço de Referência do contrato original e todas as demais características. A soma dos volumes financeiros do contrato convertido e

Sujeito a aprovação regulatória

do contrato filhote criado para tratar a sobra de conversão deverá ser igual ao volume financeiro do contrato original.

Item XIX. Os contratos realizados por meio de negociação pública com Liquidação em D+1 somente são elegíveis à conversão voluntária a partir do Dia Útil seguinte à data de contratação.

Item XX. Os Eventos Corporativos em Ativos que geram frações na Posição são tratados de acordo com as regras definidas pelo Emissor. O tratamento pode ser:

(i) leilão das frações realizado pelo Emissor;

(ii) compra das frações pelo Emissor;

(iii) doação pelo Emissor da quantidade de Ativos necessários para compor um Ativo; ou

(iv) cancelamento das frações sem pagamento.

Item XXI. Para os subitens (i) e (ii) acima do Item XX, o sistema de controle de Posições realiza o débito no Comitente Tomador e o crédito no Comitente Doador.

Item XXII. Para os subitens (iii) e (iv) do Item XX acima, não há tratamento pelo sistema de controle de Posições e as frações são canceladas.

Item XXIII. Dependendo das características do Evento Corporativo, a Base Clearing pode determinar o tratamento a ser aplicado para as Posições de Empréstimo por meio de Ofício Circular.

Capítulo II. Tratamento de Eventos Corporativos para Posições de Falha de Entrega

Item I. No dia da data de atualização do Ativo na Central Depositária, novas Posições de Falha já ajustadas são criadas, afetando as instruções de Liquidação do próximo Dia Útil.

Seção I. Eventos corporativos em recursos financeiros

Item I. O sistema de controle de Posições calcula o valor do Evento Corporativo sobre a quantidade da Posição de Falha de Entrega e lança, no Dia Útil seguinte, crédito para o comprador e débito para o vendedor, na Janela de Liquidação Multilateral.

Sujeito a aprovação regulatória

Seção II. Eventos corporativos em Ativos sem alteração do Ativo-objeto

Item I. Há alteração da quantidade da Posição, seguindo os percentuais estabelecidos pelo Emissor, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathrm{QTD_{Aj}} = \mathrm{QTD} \times \mathrm{F}$$

Onde:

QTD_{Aj} = quantidade ajustada, arredondada ou truncada conforme divulgado pelo Emissor. Caso o Emissor não divulgue o critério, a Câmara assume o truncamento;

QTD = quantidade da Posição de Falha de Entrega; e

F = fator de ajuste, conforme divulgado pelo Emissor.

Item II. A fração resultante do cálculo da quantidade ajustada, caso aplicável, será liquidada financeiramente. A Câmara lançará um débito ao vendedor e um crédito ao comprador, equivalente ao volume financeiro da fração, na Janela de Liquidação Multilateral do dia seguinte ao leilão de venda das frações.

Item III. Um novo preço médio é calculado, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathrm{PREÇO\_MÉDIO_{Aj}} = \mathrm{VOL} \,/\, \mathrm{QTD_{AjFR}}$$

Onde:

$PREÇO\ MÉDIO\ _{Aj}$ = novo preço médio;

VOL = volume da Posição; e

QTD_{AjFR} = quantidade ajustada, considerando-se a fração truncada na terceira casa decimal.

Item IV. O volume da Posição é ajustado, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathrm{VOL_{Aj}} = \mathrm{VOL} - \mathrm{VOL_{FR}}$$

Onde:

VOL_{Aj} = novo volume ajustado;

VOL = volume da Posição; e

Sujeito à aprovação regulatória

VOL_{FR} = volume da fração, obtido por: $\mathrm{QTD_{FR}} \times \mathrm{PREÇO\_MÉDIO_{Aj}}$

Seção III. Eventos corporativos em Ativos com alteração do Ativo-objeto

Item I. O tratamento descrito nesta seção aplica-se quando o novo Ativo-objeto resultante do evento:

(i) For listado e negociado em Ambiente de Negociação administrado pela Base Exchange;

(ii) For passível de depósito na Central Depositária;

(iii) Possuir volatilidade e liquidez suficientemente semelhante à do Ativo original, a exclusivo critério da Base.

Item II. Caso a aplicação do Evento Corporativo resulte em apenas um Ativo, uma nova Posição é gerada com quantidade calculada pela seguinte fórmula:

$$\mathrm{QTD_N} = \mathrm{QTD} \times \mathrm{F}$$

Onde:

QTD_N = quantidade da nova Posição, arredondada ou truncada conforme divulgado pelo Emissor. Caso o Emissor não divulgue o critério, a Câmara assume o truncamento;

QTD = quantidade da Posição original; e

F = fator de ajuste, conforme divulgado pelo Emissor.

Item III. A fração resultante do cálculo da quantidade da nova Posição, caso aplicável, será liquidada financeiramente. A Câmara lançará um débito ao vendedor e um crédito ao comprador, equivalente ao volume financeiro da fração, na Janela de Liquidação Multilateral do dia seguinte ao leilão de venda de frações.

Item IV. Um novo preço médio é calculado, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathrm{PREÇO\_MÉDIO_{AJ}} = \mathrm{VOL} \,/\, \mathrm{QTD_{NFR}}$$

Onde:

$PREÇO\_MÉDIO_{AJ}$ = novo preço médio;

VOL = volume da Posição; e

Sujeito à aprovação regulatória

QTD_{NFR} = quantidade da nova Posição, considerando-se a fração, truncada na terceira casa decimal.

Item V. O volume da Posição é ajustado, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathrm{VOL_{Aj}} = \mathrm{VOL} - \mathrm{VOL_{FR}}$$

Onde:

VOL_{Aj} = novo volume ajustado;

VOL = volume da Posição; e

VOL_{FR} = volume da fração, obtido por: $\mathrm{QTD_{FR}} \times \mathrm{PREÇO\_MÉDIO_{Aj}}$

Item VI. Caso a aplicação do Evento Corporativo resulte em mais de um Ativo, são criadas tantas Posições quantos forem os Ativos gerados, com suas respectivas quantidades, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathrm{QTD_N} = \mathrm{QTD} \times \mathrm{F}$$

Onde:

QTD_N = quantidade da nova Posição, arredondada ou truncada conforme divulgado pelo Emissor. Caso o Emissor não divulgue o critério, a Câmara assume o truncamento;

QTD = quantidade da Posição original; e

F = fator de ajuste, conforme divulgado pelo Emissor.

Item VII. A fração resultante do cálculo da quantidade da nova Posição, caso aplicável, será liquidada financeiramente. A Câmara lançará um débito ao vendedor e um crédito ao comprador, equivalente ao volume financeiro da fração, na Janela de Liquidação Multilateral do dia seguinte.

Item VIII. O volume de cada novo contrato gerado é calculado conforme a seguinte fórmula:

$$\mathrm{VOL_N} = (\mathrm{VOL} \times \mathrm{K}) - \mathrm{VOL_{FR}}$$

Onde:

VOL_N = volume da nova Posição;

VOL = volume da Posição original;

Sujeito à aprovação regulatória

K = fator de ajuste estabelecido em função da proporção dos preços teóricos de abertura dos Ativos gerados no Dia Útil da aplicação do Evento Corporativo na negociação; e

VOL_{FR} = volume da fração, obtido por: $\mathrm{QTD_{FR}} \times \mathrm{PREÇO\_MÉDIO_{Aj}}$.

Item IX. Os preços médios são ajustados para refletir a nova proporção de quantidade e volume da Posição, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathrm{PREÇO\_MÉDIO_{Aj}} = \mathrm{VOL_N} / \mathrm{QTD_{NFR}}$$

Onde:

$\mathrm{PREÇO\_MÉDIO_{Aj}}$ = novo preço médio;

$\mathrm{VOL_N}$ = volume da nova Posição; e

$\mathrm{QTD_{NFR}}$ = quantidade da nova Posição com fração truncada na terceira casa decimal.

Item X. Caso o Emissor estabeleça parcela de pagamento em dinheiro, a Câmara operacionaliza a Liquidação dessa parcela pelo Saldo Líquido Multilateral em moeda corrente nacional.

Seção IV. Eventos corporativos com geração de direitos

Item I. Na data de atualização do Ativos na Central Depositária é criada uma Posição adicional com o direito de subscrição, na proporção determinada pelo Emissor do Ativo. A soma dos volumes das posições e os volumes das frações, caso aplicável, será igual ao volume da Posição original, sendo que a proporção dos volumes de cada Posição é estabelecida em função da proporção dos preços teóricos de abertura do Ativo e do direito de subscrição no dia da aplicação do Evento Corporativo no Ambiente de Negociação. Os preços médios de cada Posição correspondem à razão do volume pela quantidade de cada Posição.

Seção V. Eventos corporativos voluntários

Item I. Eventos Corporativos voluntários não detém tratamento específico, portanto, o tratamento será definido pela Base por meio de Ofício Circular.

Sujeito à aprovação regulatória

Título XIV. Rol de Comitentes Inadimplentes

Item I. Um Comitente é incluído no rol de Inadimplentes da Base quando não cumpre com suas obrigações financeiras em Operações realizadas junto à sua Cadeia de Responsabilidade.

Item II. A solicitação de inclusão no rol de Inadimplentes da Base deve ser feita pelo Participante de Negociação Pleno, pelo Participante de Negociação ou pelo Participante de Liquidação e a Base apenas processa essas inclusões e exclusões, mas não verifica as informações fornecidas pelo respectivo Participante.

Item III. Para incluir um Comitente no rol de Inadimplentes, o Participante de Negociação Pleno, o Participante de Negociação ou o Participante de Liquidação precisa informar à Base, por meio de seu sistema, as seguintes informações do Comitente:

(i) Nome ou razão social;

(ii) Número do documento (CPF/CNPJ);

(iii) Data em que o Comitente ficou Inadimplente;

(iv) Valor da dívida; e

(v) E-mail do Comitente.

Item IV. Além disso, o Participante de Negociação Pleno, o Participante de Negociação ou o Participante de Liquidação deve:

(i) declarar a prévia realização de cobrança do saldo devedor junto ao Comitente;

(ii) Declarar a exatidão e a veracidade das informações e autenticidade de documentos comprobatórios dos débitos e dos dados cadastrais, isentando a Base de quaisquer responsabilidades porventura decorrentes da divulgação do Comitente no rol de Inadimplentes; e

(iii) firmar o termo de obrigação de ressarcimento à Base e, conforme o caso, aos seus diretores, empregados e representantes, por quaisquer reclamações de terceiros contra eles intentadas, relacionadas à inclusão do Comitente no rol de Inadimplentes, bem como dos efeitos derivados desse evento, em especial resultantes da insuficiência, falta de atualização ou ausência de veracidade das informações e documentos necessários para a efetivação da comunicação de Inadimplência ora realizada, incluindo, mas não se limitando à indenizações, honorários advocatícios contratuais e legais de assessores escolhidos pela Base, multas, custas processuais ou outros encargos/pagamentos de

Sujeito à aprovação regulatória

qualquer natureza que a Base eventualmente tenha que suportar. Após o preenchimento correto do formulário e o envio completo da documentação necessária, a Base comunica o Comitente, por meio de correspondência eletrônica (e-mail), da pendência financeira junto ao Participante que poderá ensejar a sua inclusão no rol de Inadimplentes.

Item V. Após receber todas as informações necessárias, a Base notifica o Comitente a respeito de sua pendência financeira junto ao Participante e que poderá ensejar a sua inclusão no rol de Inadimplentes da Base.

Item VI. Se o Comitente não pagar a dívida em até 5 (cinco) Dias Úteis após ser notificado, ele será oficialmente incluído no rol de Inadimplentes da Base. Nesse caso, a Base:

(i) Informa os outros Participantes;

(ii) Insere o Comitente no rol de Inadimplentes da Base; e

(iii) Atualiza o status do Comitente como "parcialmente suspenso" no Sistema de Cadastro da Base.

Item VII. Se o Comitente pagar a dívida dentro do prazo, o Participante de Negociação Pleno, o Participante de Negociação ou o Participante de Liquidação deve comunicar à Base e o processo de inclusão é cancelado.

Item VIII. A exclusão de um Comitente do rol de Inadimplentes da Base ocorre quando ele cumpre todas as suas obrigações financeiras.

Item IX. A responsabilidade de solicitar a exclusão do Comitente do rol de Inadimplentes é do Participante de Negociação Pleno, do Participante de Negociação ou do Participante de Liquidação responsável pela inclusão do Comitente no rol de Inadimplentes da Base, que deve fornecer as informações necessárias à Base.

Item X. A Base apenas processa as exclusões com base nas informações fornecidas pelo Participante de Negociação Pleno, pelo Participante de Negociação ou pelo Participante de Liquidação e não tem responsabilidade por eventuais obrigações pendentes ou pela permanência do Comitente no rol de Inadimplentes.

Item XI. Para solicitar a exclusão, o Participante de Negociação Pleno, o Participante de Negociação ou o Participante de Liquidação deve enviar à Base as seguintes informações do Comitente:

(i) Nome ou razão social;

(ii) Número do documento (CPF/CNPJ/CVM);

(iii) Confirmação de que todas as obrigações foram cumpridas e que as Garantias foram liberadas; e

(iv) Caso as obrigações estejam ligadas a Garantias junto a um Banco Emissor de Garantias, a confirmação de que o banco também cumpriu suas obrigações.

Sujeito à aprovação regulatória

Item XII. Se não houver outros Participantes que ainda tenham o Comitente como Inadimplente, a Base:

(i) Informa os outros Participantes sobre a exclusão e atualiza o Sistema de Cadastro do Comitente; e

(ii) Remove o status de Inadimplente do sistema.

Item XIII. A inclusão do Comitente será válida por 5 (cinco) anos, e, após esse período, a exclusão será automaticamente comunicada aos envolvidos, caso não haja novas Inadimplências.

Sujeito à aprovação regulatória

Título XV. Custos e Encargos

Item I. Os custos e encargos cobrados pela Base estão descritos na Política Comercial, que é divulgada por meio de Comunicado Circular. A Base, a seu critério, pode oferecer descontos ou incentivos para categorias de Participantes.

Item II. Os custos são cobrados do Participante onde as Operações são liquidadas, ou seja, do Participante Destino em casos de Repasse de Operações.

Item III. A Base pode ajustar as tarifas a qualquer momento, mediante comunicação prévia ao mercado por meio de Comunicado Circular.

Item IV. A Base considera *day trade* quando Operações de compra e venda do mesmo Ativo são feitas no mesmo dia, pelo mesmo Participante, na mesma Conta de Posição e na mesma Câmara de Compensação e Liquidação.

Capítulo I. Divulgação dos Resultados de Custos e Encargos

Item I. O processo de divulgação dos resultados dos custos e dos encargos para cada Participante de Negociação Pleno e Participante de Liquidação é realizado diariamente, ao final do processamento, por meio de arquivos enviados pela Câmara.

Sujeito à aprovação regulatória

Título XVI. Plano de Recuperação

Item I. De acordo com o Regulamento de Pós-Negociação, a Base Clearing pode adotar procedimentos especiais caso seja necessário acionar o Plano de Recuperação, seja por falta de recursos da Estrutura de Salvaguardas da Câmara ou por problemas ligados à infraestrutura tecnológica proprietária ou de terceiros.

Item II. Este capítulo descreve os procedimentos de Liquidação que podem ser adotados pela Base Clearing em situações de ativação do Plano de Recuperação.

Item III. A Base Clearing comunicará previamente os Participantes sobre esses procedimentos.

Capítulo I. Postergação da Janela de Liquidação

Item I. Caso a Base Clearing decida postergar a Liquidação dos Saldos Líquidos Multilaterais em moeda nacional ou a Liquidação dos saldos em Ativos, a Câmara definirá um novo horário, considerando as restrições do Sistema de Transferência de Reservas (STR) e da Central Depositária.

Item II. A postergação da Janela de Liquidação, definida pela Câmara, estará sujeita à aprovação do BACEN.

Capítulo II. Falha da Infraestrutura Tecnológica da Câmara, da Central Depositária e/ou do Sistema de Transferência de Reservas (STR)

Item I. A Câmara pode adotar procedimentos especiais de Liquidação em caso de falhas na infraestrutura tecnológica proprietária, da Central Depositária ou do Sistema de Transferência de Reservas (STR). Esses procedimentos visam garantir a continuidade das Operações, exceto quando o BACEN ou a Central Depositária determinarem um método alternativo para o processamento da Liquidação financeira ou movimentação dos Ativos durante o período de indisponibilidade.

Item II. Na data de restabelecimento da infraestrutura:

(i) As negociações, o Empréstimo de Ativos com Garantia total ou parcial da Câmara serão retomados;

(ii) A Liquidação das obrigações que não foram liquidadas durante a suspensão das atividades será realizada;

(iii) Os procedimentos da Câmara serão retomados.

Sujeito à aprovação regulatória

Item III. Em caso de acionamento do PCN – Plano de Continuidade de Negócios da Base Clearing, conforme previsto no Regulamento de Pós-Negociação, a confirmação do Aceite das Operações poderá ocorrer em D+1.

Item IV. Os procedimentos descritos nesta seção referem-se ao tratamento de Falhas na Câmara em relação a Operações, Posições e Liquidações não realizadas no período de suspensão.

Seção I. Alocação de Operações

Item I. No primeiro Dia Útil após a retomada das atividades, a Câmara processará as negociações e Posições do mercado à vista de renda variável, relativas ao D+0, para Alocação ou cancelamento.

Seção II. Controle de Posição

Subseção I. Liquidação antecipada e renovação de contrato

Item I. Os processos relacionados à Liquidação antecipada em andamento ocorridos durante o período de suspensão das atividades da Câmara serão defasados em N dias das datas originalmente contratadas. Os prazos limites para renovação de contrato de Empréstimo e Liquidação antecipada de Empréstimo acompanharão a postergação dos vencimentos.

Subseção II. Vencimento de contrato

Item I. Os processos relacionados a vencimentos ocorridos durante o período de suspensão das atividades da Câmara serão defasados em N dias das datas de vencimento originalmente contratadas.

Subseção III. Eventos corporativos

Item I. Tratamento de Eventos Corporativos com impacto sobre Posições em aberto: Na ocorrência de Evento Corporativo durante o período de suspensão das atividades da Câmara, assume-se que a atualização das Posições ocorrerá simultaneamente à atualização do Ativo no Sistema de Negociação ou na Central Depositária, a depender do tipo de Posição.

Item II. Pagamento de Eventos Corporativos provisionados: Havendo previsão de pagamento de proventos durante o período de suspensão da Liquidação, sua Liquidação será postergada para data estabelecida pela Central Depositária.

Item III. Subscrição: Os prazos para o processo de subscrição de ações sobre posições com contrato de Empréstimo de Ativos serão postergados em N dias. A data de efetivação da subscrição deverá ser a mesma estabelecida pelo Emissor dos Ativos.

Sujeito a aprovação regulatória

Seção III. Processo de Liquidação

Subseção I. Autorização de entrega ou recebimento de Ativos

Item I. Na retomada de suas atividades, a Câmara não realizará a Compensação de Operações que tenham data de Liquidação originalmente distintas. No dia útil imediatamente seguinte ao fim da suspensão da Câmara, ou seja, em D+N+1, a Câmara não executará ou processará as instruções de Liquidação de Operações com entrega de Ativos em D+N passíveis de autorização de entrega ou recebimento de Ativos.

Subseção II. Liquidação de posições

Item I. As Posições com Liquidação por entrega de Ativos, originalmente prevista para ocorrer no período de suspensão das atividades da Câmara, ou seja, até D+N, inclusive, terão a Liquidação postergada por N dias das datas de Liquidação originalmente previstas. Os lançamentos financeiros referentes às Liquidações previstas para ocorrer até D+N+1, inclusive, serão postergados, não ocorrendo o acúmulo, em um único dia, de Liquidações financeiras referentes a datas distintas.

Item II. A Liquidação financeira de Posições que não envolvem Liquidação por entrega de Ativos, originalmente prevista para D+1, será postergada para D+N+1.

Item III. As instruções de Liquidação de Falha de Entrega, com data de Liquidação originalmente prevista para D+1 serão liquidadas em D+N+1. A aplicação de multa e a justificativa referente à Falha de Entrega serão processadas pela Câmara em D+N+1.

Sujeito à aprovação regulatória

Título XVII. Feriado Extraordinário

Item I. Este capítulo trata dos procedimentos especiais de Liquidação que a Câmara pode adotar em caso de feriado extraordinário.

Item II. Um feriado extraordinário é aquele decretado por uma autoridade, que não estava previsto no calendário oficial (nacional, estadual, municipal ou local) e que não foi refletido no calendário divulgado pela Base. Durante esse feriado, não é possível haver negociação no Mercado de Bolsa da Base Exchange nem a atuação da Câmara da Base Clearing.

Item III. No primeiro Dia Útil após o feriado extraordinário:

(i) As Operações de Empréstimo de Ativos serão retomadas;

(ii) As Liquidações pendentes serão processadas, seguindo os procedimentos normais.

Item IV. Os seguintes termos são utilizados como referência:

(i) N: Número de Dias Úteis do feriado extraordinário;

(ii) D+0: Último Dia Útil antes do início do feriado;

(iii) D+N: Último dia do feriado;

(iv) D+N+1: Primeiro Dia Útil após o fim do feriado;

(v) D+N+2 a D+N+4: Dias Úteis subsequentes ao feriado.

Item V. A Câmara comunicará aos Participantes pelos canais usuais sobre a ativação desses procedimentos.

Capítulo I. Alocação de Operações

Item I. No primeiro Dia Útil após o feriado (D+N+1), a Câmara processará as Operações do mercado à vista realizadas no último Dia Útil antes do feriado (D+0), que poderão ser alocadas ou canceladas.

Capítulo II. Controle de posição

Item I. Vencimento de contrato: Os vencimentos de contratos de Empréstimo de Ativos previstos para o período do feriado extraordinário serão adiados, no máximo, até o quarto Dia Útil após o feriado (D+N+4).

Sujeito a aprovação regulatória

Item II. Liquidação antecipada e renovação de contrato: As Liquidações antecipadas e renovações de contrato de Empréstimo de Ativos em andamento também serão adiadas.

Item III. Cobertura de Posição: Se houver cobertura de Posição sobre Ativos negociados no mercado à vista, essa cobertura permanecerá válida até que a Liquidação do mercado à vista seja concluída.

Capítulo III. Processo de Liquidação

Item I. Autorização de entrega ou recebimento de Ativos: Ao retomar suas atividades, a Câmara não compensará Operações com datas de Liquidação diferentes. As instruções de Liquidação pendentes de D+0 serão processadas no primeiro Dia Útil após o feriado.

Item II. Liquidação de posições: As Liquidações de entrega de Ativos, previstas para o período do feriado, serão adiadas. As Liquidações financeiras também serão reagendadas, sem acumular todas em um único dia.

Item III. Falhas de Entrega: As Liquidações não efetuadas, previstas para o primeiro dia após o feriado, serão processadas no segundo Dia Útil, incluindo a aplicação de multas.

Capítulo IV. Contratação de Empréstimo de Ativos

Item I. As Ofertas com vencimento durante o feriado extraordinário serão canceladas.

Sujeito à aprovação regulatória

Título XVIII. Disposições Gerais

Item I. O presente Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação é aprovado, e poderá ser revisado e alterado, sempre que necessário, pela Diretoria Colegiada da Base Clearing.

Item II. A área proprietária responsável pelo apoio na elaboração e revisão deste Manual é a Área de Operações.

Item III. Este Manual entra em vigor na data de sua aprovação pela Diretoria Colegiada.

Item IV. Este Manual e suas alterações serão publicados no Site da Base, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.

Item V. Os casos omissos e dúvidas de interpretação relativos a este Manual serão tratados pela Diretoria Colegiada, de acordo com a legislação vigente e o Ordenamento Base.

Item VI. Caso qualquer disposição deste Manual venha a ser considerada inválida, ilegal ou ineficaz, essa disposição será limitada na medida do possível para que a validade, legalidade e eficácia das disposições remanescentes deste Manual não sejam afetadas ou prejudicadas.

Item VII. No caso de conflito entre as disposições deste Manual e nos demais normativos da Base Clearing, deve prevalecer o normativo mais específico, considerando a matéria objeto de conflito. No caso de conflito entre as disposições deste Manual e o Estatuto Social da Base Clearing, prevalecerá o Estatuto Social. No caso de conflito entre as disposições deste Manual e da legislação e regulamentação vigente, prevalecerá o disposto na legislação e regulamentação vigente.

Item VIII. A Base Clearing e as pessoas subordinadas a este Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação obrigam-se a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na legislação e regulamentação em vigor, nas normas editadas pelo CMN, BACEN, CVM e no Ordenamento Base.

Item IX. As arbitragens serão conduzidas na Câmara FGV de Mediação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas de acordo com as regras previstas no Regulamento da referida Câmara, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, no idioma português.

Sujeito à aprovação regulatória

Anexo I – Grades de Horários

Capítulo I. Renda Variável

Renda Variável					
ID	Etapa	Descrição	Horário - De	Horário - Até	Observações
1	Aceite	Aceite de Operações	10:00	19:00	
2	Repasse	Indicação de Repasse (padrão) - Participante Origem indica o Repasse da Operação ao Participante Destino, **exceto os cenários abaixo**	-	20 (vinte) minutos após o Negócio	
2.1	Repasse	Indicação de Repasse a partir de Conta Admincon (alocação de ordem administrada concorrente) - Participante Origem indica Comitente Residente com Vínculo de Repasse	-	18h50 de D+0	
2.2	Repasse	Indicação de Repasse a partir de Conta Admincon (alocação de ordem administrada concorrente) - Participante Origem indica Comitente Não Residente com Vínculo de Repasse	-	13:20 de D+1	
3	Repasse	Aceite ou Rejeição de Repasse pelo Participante Destino	-	40 minutos após o Negócio, caso a indicação de Repasse ocorra no prazo previsto no item 2 e não seja caracterizada nos itens 2.1 e 2.2	A não manifestação do Participante Destino no prazo mencionado, caracteriza a confirmação automática do Repasse
3.1	Repasse	Aceite ou Rejeição de Repasse pelo Participante Destino nos cenários previstos nos itens 2.1 e 2.2	Após a indicação do Repasse	40 minutos	A não manifestação do Participante Destino no prazo mencionado, caracteriza a confirmação automática do Repasse

Sujeito à aprovação regulatória

3.2	Repasse	Aceite ou Rejeição de Repasse pelo Participante Destino, caso a indicação ocorra fora dos prazos definidos nesta tabela	Após a indicação do Repasse	40 minutos	
4	Alocação	Alocação para Comitente Residente	-	30 minutos após o Negócio ou a aprovação de Repasse (em caso de Participante Destino)	A Câmara pode, a qualquer momento, determinar a antecipação ou exigir a Alocação imediata, por razões de administração de risco de Operações.
5	Alocação	Alocação para Comitente Não Residente	-	15:00 de D+1	
6	Alocação	Indicação de Conta Máster sob PNP ou PL	-	60 minutos após o Negócio ou Aceite do Repasse	Operações que não tenham sido indicadas para uma Conta Máster, no prazo definido neste manual, não poderão ser alocadas para Comitentes vinculados a qualquer Conta Máster.
7	Alocação	Indicação de Comitente Residente vinculado à Conta Máster	-	20:00	Operações originalmente indicadas para determinada Conta Máster não poderão ser posteriormente alocadas para Comitente não vinculado à Conta Máster previamente indicada.
8	Alocação	Indicação de Comitente Não Residente vinculado à Conta Máster	-	15:00 de D+1	
9	Alocação	Indicação de Conta Admincon	-	30 minutos do Negócio	
10	Alocação	Indicação de Conta Máster ou Comitente Residente a partir de uma Conta Admincon	-	20:00	
11	Alocação	Indicação de Comitente Não Residente a partir de uma Conta Admincon	-	15:00 de D+1	
12	Alocação	Indicação de Conta Intermediária	-	30 minutos do Negócio	
13	Alocação	Indicação de Comitente Não Residente a partir de uma Conta Intermediária	-	15:00 de D+1	
14	Alocação	Indicação de Carteira de cobertura de venda à vista com interesse em participar da Liquidação Antecipada Facultativa	-	20:00 de D+0	

Sujeito à aprovação regulatória

15	Alocação	Aceite ou rejeição de entrega ou recebimento de Ativos pelo Custodiante com interesse em participar da Liquidação Antecipada Facultativa	A partir da indicação	20:30 de D+0	
16	Posição	Apuração das posições elegíveis para LAF (Liquidação Antecipada Facultativa) em D+1, mediante processo de compensação multilateral entre as instruções de débito e crédito elegíveis.	20:30 de D+0	21:00 de D+0	Momento em que a Câmara consolida as posições que vão compor a Liquidação Antecipada Facultativa a ser realizada em D+1, considerando as indicações e os aceites/rejeições realizados.
17	Alocação	Indicação de Carteira de cobertura de venda à vista para Liquidação no ciclo regular de D+2	-	15:00 de D+1	
18	Alocação	Aceite ou rejeição de entrega ou recebimento de Ativos pelo Custodiante para Liquidação no ciclo regular de D+2	A partir da indicação	20:30 de D+1	Caso o PNP ou PL faça uma realocação de Operações que impacte uma Instrução de Liquidação Líquida já autorizada, serão observados os procedimentos previstos no MPO.
18	Alocação	Autorização ou rejeição de entrega ou recebimento de Ativos pelo Custodiante para Liquidação no ciclo regular de D+2 – exceções autorizadas pela BASE	7:00 de D+2	9:30 de D+2	
20	Alocação	Alteração pelo Custodiante, em D+1, da Carteira indicada nas Instruções de Liquidação em Ativos	16:00	20:30	
21	Alocação	Alteração pelo Custodiante, em D+2, da Carteira indicada nas Instruções de Liquidação em Ativos	-	10:50	
22	Alocação	Alteração da Conta indicada na Operação (pelo PNP ou PL)	16:00 de D+1	20:00 de D+1	Desde que a Instrução de Liquidação em Ativos ainda não tenha sido autorizada pelo Custodiante.
23	Alocação	Alteração da carteira indicada na Instrução de Liquidação em Ativos (pelo Custodiante)	16:00 de D+1	20:30 de D+1	Apenas entre carteiras que aceitam compensação.
24	Alocação	Alteração da carteira indicada na Instrução de Liquidação em Ativos (pelo Custodiante)	-	10:50 de D+2	Apenas entre carteiras que aceitam compensação.

Sujeito a aprovação regulatória

25	Posição	Consulta de Posições	07:00	20:30	
26	Posição	Encerramento da janela de entrega de ativos a favor da Câmara para cumprimento de obrigações referentes ao clico de liquidação regular de D+2	-	12:00 de D+2	

Item I. A Câmara pode, a qualquer momento, determinar a antecipação ou exigir a Alocação imediata, por razões de administração de risco de Operações.

Item II. Além disso, a Câmara, a seu critério, pode antecipar ou postergar os horários limites para Alocação e aprovar a indicação de Custodiante. A comunicação aos Participantes será feita previamente, caso haja impacto nos processos.

Item III. A Câmara pode, a seu critério, determinar a antecipação do Repasse ou exigir o Repasse imediato da Operação.

Capítulo II. Liquidação pelo Saldo Líquido Multilateral

ID	Horário	Descrição	Mensagem no STR
1	06:30/06:45	Base avisa Abertura para Liquidação	LDL0028
2	07:00 às 07:30	Base informa prévia do Resultado Líquido de negociações para Membro de Compensação e Liquidante.	LDL0001
	07:35	Base informa prévia do Resultado Líquido de negociações para o STR	LDL0002
3	06:30 às 09:50	Base pode processar ciclicamente tentativas de transferência de Ativos da Conta de Depósito do Comitente devedor para a Conta de Liquidação de Ativos da Câmara mantida na Central Depositária.	
4	07:30 às 14:30	MC, PNP, PL e Comitentes indicam/depositam Garantias para atendimento de Chamada de Margem, de acordo com o disposto no Manual de Risco.	
5	Até 12:00 de D+2	Base / Custodiante envia débito da Conta de Depósito do Comitente devedor em Ativos e crédito na Conta de Liquidação de Ativos da Base mantida na Central Depositária (encerramento da janela de entrega definitiva de ativos).	Sistema Central Depositária
	12:00 às 12:30	Verificação para tratamento de Falhas de Entrega de Ativos	
6	14:30 às 14:35	Base informa Resultado Líquido em negociações definitivo para Membro de Compensação e Liquidante.	LDL0001
	14:40	Base informa Resultado Líquido em negociações definitivo par a o STR	LDL0002
7	14:30 às 14:50	Liquidante informa resultado líquido de negociações, confirma disponibilidade de recursos do Membros de Compensação	LDL0003

Sujeito a aprovação regulatória

8	Até 14:45	Membro de Compensação, Participante de Negociação Pleno, Participante de Liquidação e Custodiante podem solicitar Restrição de Ativos em fluxo de Liquidação	
9	Até 15:20	Liquidante requisita o débito da sua Conta de Liquidação ou Conta Reservas Bancárias e o crédito na Conta de Liquidação da Base no STR	LDL0004
		STR responde ao Liquidante confirmando o débito	LDL0004R1
		STR responde à Base sobre Transferência Resultado Líquido Negociação	LDL0004R2
10	15:20 às 16:29	Verificação e tratamento de Falhas de Pagamento	
11	16:30	Entrega contra pagamento (DVP)	
		Base instrui o débito da sua Conta de Liquidação no STR e o crédito na Conta de Liquidação ou Conta de Reserva Bancária do Liquidante credor em recursos financeiros	LDL0005
		STR confirma o débito para Base	LDL0005R1
		STR confirma o débito para Liquidante	LDL0005R2
		Base / Custodiante envia débito na Conta de Liquidação da Base mantida na Central Depositária e crédito na Conta de Depósito do Comitente credor em Ativos.	Sistema Central Depositária
12	06:30 às 18:15	Liquidante ou Base requisita devolução de créditos indevidos	LDL0006
13	Até 18:30	Membro de Compensação, Participante de Negociação Pleno, Participante de Liquidação e Custodiante podem solicitar o cancelamento da Restrição de Ativos em fluxo de Liquidação	
14	18:30	Base avisa fechamento para Liquidação	LDL0029

Capítulo III. Empréstimo de Ativos

Participante Executor			
Processo	Modalidade Pública		Modalidade Privada
	Liquidação em D+1	Liquidação em D+0	Liquidação em D+0
Inserção de Oferta	08:00 às 19:30	08:00 às 19:30	08:00 às 19:30
Inserção de Oferta com Repasse	08:00 às 18:50	08:00 às 18:50	08:00 às 18:50
Cancelamento de Oferta	08:00 às 19:30	08:00 às 19:30	08:00 às 19:30
Fechamento de Negócio	08:00 às 19:30	08:00 às 11:30	08:00 às 19:30
Fechamento de Negócio com Repasse	08:00 às 18:50	08:00 às 10:50	08:00 às 18:50

Sujeito à aprovação regulatória

Fechamento de Negócio com direcionamento de custódia	08:00 às 18:50	08:00 às 10:50	08:00 às 18:50

Participante Carrying			
Processo	Modalidade Pública		Modalidade Privada
	Liquidação em D+1	Liquidação em D+0	Liquidação em D+0
Aceitação / Rejeição de Oferta pelo Participante Carrying	08:00 às 19:30	08:00 às 19:30	08:00 às 19:30
Aceitação / Rejeição de Negócio pelo Participante Carrying	08:00 às 19:30	08:00 às 11:30	08:00 às 19:30

Custodiante			
Processo	Modalidade Pública		Modalidade Privada
	Modalidade Privada	Modalidade Privada	Modalidade Privada
Aceitação / Rejeição de Oferta com direcionamento de custódia pelo Custodiante	08:00 às 19:30	08:00 às 19:30	08:00 às 19:30
Aceitação / Rejeição de Negócio pelo Custodiante	08:00 às 19:30	08:00 às 11:30	08:00 às 19:30

ID	Etapa	Descrição	Horário	Observações
	Liquidação antecipada	Solicitação de Liquidação antecipada Doador D+2	08:00 às 11:30	
	Liquidação antecipada	Solicitação de Liquidação antecipada Doador D+3	10:30 às 19:15	
	Liquidação antecipada	Solicitação de Liquidação antecipada Tomador	08:00 às 19:15	
	Liquidação antecipada	Pedido de cancelamento da solicitação de Liquidação antecipada	08:00 às 19:15	
	Liquidação antecipada	Aprovação da solicitação de cancelamento do pedido de Liquidação antecipada	08:00 às 19:30	
	Liquidação antecipada	Aprovação de solicitação de Liquidação antecipada pelo Custodiante	08:00 às 19:30	

Sujeito a aprovação regulatória

	Alteração de contrato	Aprovação do novo Custodiante, caso seja realizada alteração de Custodiante	08:00 às 19:30	
	Alteração de contrato	Alteração de contrato a partir do Dia Útil seguinte à contratação (D+1) ou até o Dia Útil anterior ao vencimento do contrato (Dv-1)	08:00 às 14:00	
	Renovação de contrato	Solicitação a partir da data de carência do contrato até três dias úteis anteriores (Dv-3) ao vencimento do contrato.	08:00 às 14:00	
	Renovação de contrato	Aprovação, rejeição ou alteração de renovação, por parte do Participante executor da Posição de natureza oposta.	08:00 às 16:00	
	Renovação de contrato	No caso de alteração, aprovação ou rejeição da contraparte que iniciou o registro de renovação	16:00 às 16:30	
	Renovação de contrato	Aprovação ou rejeição dos Carryings parte e contraparte, após a aprovação mencionada nos dois itens acima.	08:00 às 17:00	
	Renovação de contrato	Aprovação ou rejeição do Custodiante, após a aprovação mencionada no item acima.	08:00 às 17:30	

Sujeito à aprovação regulatória

Anexo II - Empréstimo de Ativos

Capítulo I. Contrato de Empréstimo de Ativos – Negociação Privada

– Regras Gerais e Detalhamento –

Os termos com iniciais em maiúsculas e utilizados neste Contrato de Empréstimo de Ativos – Negociação Privada ("**Contrato de Empréstimo**"), que não estejam aqui expressamente definidos têm seu significado atribuído no Glossário.

1. Objeto do Contrato de Empréstimo

1.1. Ações admitidas à negociação na Base ("Ativo").

2. Execução e liquidação do Contrato de Empréstimo

2.1. O Contrato de Empréstimo é executado pelo intermediário na data em que o Doador e o Tomador aceitam as condições constantes do Empréstimo, cabendo ao Doador disponibilizar os Ativos objeto do Contrato de Empréstimo e ao Tomador depositar as Garantias a ele pertinentes, de acordo com o disposto no Ordenamento Base, que atua como Contraparte Central das Operações.

2.2. A Liquidação de Ativos no registro do Contrato de Empréstimo é realizada pela Câmara de Compensação e Liquidação por meio do módulo de Liquidação Bruta.

2.3. A Liquidação financeira e de Ativos no encerramento do Contrato de Empréstimo é realizada pela Câmara de Compensação e Liquidação pelo Saldo Líquido Multilateral.

3. Preço de referência

3.1. Preço médio do Ativo objeto do Contrato de Empréstimo na Sessão de Negociação anterior à data de execução ou renovação do Contrato de Empréstimo, ou o último preço médio disponível.

4. Taxa do Empréstimo

4.1. Trata-se da remuneração devida pelo Tomador ao Doador, livremente pactuada entre as partes, com cotação que deverá ser expressa em taxa de juros efetiva anual, base 252 Dias Úteis, com 5 (cinco) casas decimais.

5. Tamanho do Contrato de Empréstimo

Sujeito à aprovação regulatória

5.1. Quantidade de Ativo objeto do Contrato de Empréstimo, livremente pactuada entre as partes e sujeita aos limites estabelecidos pela Base.

6. Data de carência

6.1. Trata-se do Dia Útil imediatamente posterior à data de contratação ou renovação até a data de vencimento, momento no qual é possível solicitar a Liquidação antecipada ou renovação do Contrato de Empréstimo. Caso a data de vencimento não for um Dia Útil, haverá postergação para o próximo Dia Útil.

7. Data de vencimento

7.1. Livremente pactuada entre as partes, observado o período mínimo de 1 (um) Dia Útil e máximo de 254 (duzentos e cinquenta e quatro) dias, contados a partir de negociação.**8. Condições para Liquidação**

8.1. No vencimento do Contrato de Empréstimo: na data de vencimento do Contrato de Empréstimo, o Tomador deverá entregar o Ativo objeto do Contrato de Empréstimo, acrescido da Taxa de Empréstimo pactuada entre o Doador e o Tomador, conforme convencionado no Contrato de Empréstimo.

8.2. Liquidação antecipada solicitada pelo Tomador: O Tomador poderá entregar o Ativo objeto, em quantidade total ou parcial, antes da data de vencimento do Contrato de Empréstimo. A solicitação de Liquidação antecipada poderá ser feita a partir do término do período de carência até o 1º (primeiro) Dia Útil anterior à data de vencimento do Contrato de Empréstimo. Nesse caso, a Liquidação ocorrerá no Dia Útil seguinte à solicitação.

8.3. Liquidação antecipada solicitada pelo doador: O Doador poderá solicitar a Liquidação antecipada, total ou parcial do Contrato de Empréstimo, desde que haja previsão para tanto. O Tomador deverá entregar o Ativo objeto do Contrato de Empréstimo até o 2º (segundo) Dia Útil após a solicitação ou até o 3º (terceiro) Dia Útil posterior à data da solicitação, a depender do horário da solicitação, conforme estabelecido no Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

8.3.1. As regras e os procedimentos operacionais para liquidação dos Contratos de Empréstimo indicados nos itens (I), (II) e (III) acima constam do Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

8.4. Pagamento da Taxa de Empréstimo: O pagamento da Taxa de Empréstimo ocorrerá, quando da entrega, parcial, total ou renovação, dos Ativos objeto do Contrato de Empréstimo, pelo Saldo Líquido Multilateral. O valor da Taxa de Empréstimo será calculado conforme fórmula disponível no Site da Base.

Sujeito à aprovação regulatória

8.4.1. O valor de Liquidação será descontado do imposto de renda referente à transação, com base na natureza jurídica do Doador.

9. Cancelamento do Contrato de Empréstimo

9.1. O Contrato de Empréstimo poderá ser cancelado somente na data da sua contratação, mediante a solicitação de uma das partes e anuência da Contraparte e do Custodiante (caso aplicável), e autorização da Base, conforme estabelecido no Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

10. Alteração de características do Contrato de Empréstimo

10.1. São passíveis de alteração:

I. a data de carência;

II. a possibilidade de Liquidação antecipada solicitada pelo Doador; e

III. as informações relativas à Conta de Depósito para entrega ou recebimento do Ativo objeto do Contrato de Empréstimo.

10.2. As alterações de Contrato de Empréstimo podem ser solicitadas a partir do Dia Útil seguinte à data de contratação até 1 (um) Dia Útil anterior à data de vencimento do Contrato de Empréstimo. As características do Contrato de Empréstimo indicadas neste item podem ser alteradas conforme estabelecido no Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

11. Renovação do Contrato de Empréstimo

11.1. Na renovação do Contrato de Empréstimo são passíveis de alteração as seguintes características:

I. o tamanho igual ou menor do Contrato de Empréstimo original;

II. a data de vencimento, desde que seja posterior à data de vencimento inicial;

III. a Taxa do Empréstimo;

IV. a data de carência; e

V. as condições para Liquidação antecipada.

Sujeito à aprovação regulatória

11.3. A renovação poderá ser solicitada a partir da data de carência até o 3º (terceiro) Dia Útil anterior à data de vencimento.

11.4. As alterações das características do Contrato de Empréstimo em sua renovação constam do Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

12. Cobertura

12.1. É admitida a cobertura, parcial ou total, do Contrato de Empréstimo pelo Tomador, sendo obrigatória a cobertura no caso de insuficiência de margem em Garantia no momento do fechamento do Contrato de Empréstimo.

13. Margem

13.1. Será exigida margem do Tomador conforme estabelecido no Manual de Risco e no Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

14. Tratamento dos eventos corporativos

14.1. O tratamento de eventos corporativos está previsto no Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

15. Condições Especiais

15.1. Feriado Extraordinário

15.1.1. Para fins deste Contrato de Empréstimo, "Feriado Extraordinário" significa o dia de feriado estabelecido por autoridade competente que não esteja previsto em calendário nacional, estadual, municipal ou local aplicáveis à Base e, dessa forma, não previsto no calendário da Base, em que não haverá possibilidade de Sessão de Negociação na Base Exchange.

15.1.2. Na hipótese de decretação de Feriado Extraordinário em dia(s) previamente considerado(s) Dia(s) Útil(eis) durante a vigência do contrato, os processos relacionados ao Empréstimo de Ativos serão adiados pelo mesmo número de Dia(s) Útil(eis) referentes ao(s) dia(s) de Feriado Extraordinário.

15.1.3. Caso o Contrato de Empréstimo tenha seu vencimento (i) durante o Feriado Extraordinário ou (ii) até o 3º (terceiro) Dia Útil após o fim do Feriado Extraordinário, sua data de vencimento será prorrogada pelo número de Dias Úteis equivalentes ao período do Feriado Extraordinário, não

Sujeito a aprovação regulatória

ultrapassando, sob nenhuma circunstância, o 4º (quarto) Dia Útil após o término do Feriado Extraordinário em questão.

15.1.4. Os prazos-limite para Liquidação antecipada e renovação do empréstimo serão ajustados conforme a postergação da data de vencimento, de acordo com o disposto no Ordenamento Base.

15.2. Outras situações não previstas

15.2.1. Em situações não previstas por este Contrato de Empréstimo, incluindo, mas não se limitando a, aquelas resultantes de atos de entes governamentais, autoridades reguladoras ou órgãos competentes, ou de quaisquer outros eventos que afetem, direta ou indiretamente, a formação, apuração, representatividade, divulgação, disponibilidade ou continuidade do ativo-objeto ou de quaisquer variáveis deste contrato, a Base adotará, a seu exclusivo critério, as medidas que considerar necessárias para garantir a Liquidação, continuidade ou prorrogação do Contrato de Empréstimo em condições equivalentes.

16. Legislação e normativos aplicáveis

16.1. A Base, o Doador, o Tomador e os intermediários que integram este Contrato de Empréstimo obrigam-se a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na legislação e regulamentação em vigor, nas normas editadas pelo CMN, BACEN, CVM e no Ordenamento Base.

16.2. As arbitragens serão conduzidas na Câmara FGV de Mediação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, de acordo com as regras previstas no Regulamento da referida câmara, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, no idioma português.

16.3. Nos casos não abrangidos pelo presente Contrato de Empréstimo ou pelo Ordenamento Base que impactem a formação, a maneira de apuração ou a divulgação de variáveis do Contrato de Empréstimo, ou que impliquem, inclusive, sua descontinuidade, tais como decorrentes de medidas governamentais ou de quaisquer outros fatos, a Base tomará as medidas que entender necessárias, a seu critério, visando à Liquidação do presente Contrato de Empréstimo ou à sua continuidade em bases equivalentes.

Sujeito à aprovação regulatória

Capítulo II. Contrato de Empréstimo de Ativos – Negociação Pública com Liquidação em D+0

– Regras Gerais e Detalhamento –

Os termos com iniciais em maiúsculas e utilizados neste Contrato de Empréstimo de Ativos – Negociação Pública com Liquidação em D+0 ("Contrato de Empréstimo") que não estejam aqui expressamente definidos, têm seu significado atribuído no Glossário.

1. Objeto do Contrato de Empréstimo

1.1. Ações admitidas à negociação na Base Exchange ("Ativo").

2. Negociação e Liquidação do Contrato de Empréstimo

2.1. A negociação do Contrato de Empréstimo é realizada em sistema eletrônico e com a atuação da Base na qualidade de Contraparte Central das Operações e Liquidação pelo Saldo Líquido Multilateral, de acordo com o disposto no Ordenamento Base.

2.2. A Liquidação da negociação e do encerramento do Contrato de Empréstimo é realizada na Base pelo Saldo Líquido Multilateral, em D+0 da data de negociação.

3. Preço de referência

3.1. Preço médio do Ativo do Contrato de Empréstimo na Sessão de Negociação imediatamente anterior à data de negociação ou data de renovação do Contrato de Empréstimo, ou o último preço médio disponível.

4. Taxa de Empréstimo

4.1. Trata-se da remuneração devida pelo Tomador ao Doador, livremente pactuada entre as partes, com cotação que deverá ser expressa em taxa de juro efetiva anual, base 252 Dias Úteis, com 5 (cinco) casas decimais.

5. Tamanho do Contrato de Empréstimo

5.1. Quantidade de Ativo objeto do Contrato de Empréstimo, livremente pactuada entre as partes e sujeita aos limites estabelecidos pela Base.

6. Data de Carência

Sujeito à aprovação regulatória

6.1. Trata-se do Dia Útil imediatamente posterior à data de contratação ou renovação, momento no qual é possível solicitar a Liquidação antecipada ou renovação do Contrato de Empréstimo.

7. Data de vencimento

7.1. A data de vencimento será correspondente à data de liquidação da entrega dos ativos pelo Doador ou renovação do Contrato de Empréstimo acrescida do prazo-padrão de 21 (Vinte e Um)) dias úteis .

8. Condições para liquidação

8.1. Liquidação antecipada solicitada pelo Tomador: O Ativo poderá ser entregue pelo Tomador, totalmente ou parcialmente, anteriormente à data de vencimento do Contrato de Empréstimo. A Liquidação antecipada poderá ser solicitada a partir da data de carência até o 2º (terceiro) Dia Útil anterior à data de vencimento do Contrato de Empréstimo, hipótese em que a Liquidação será realizada no 1º (primeiro) Dia Útil seguinte à data do pedido.

8.2. Liquidação antecipada solicitada pelo Doador: O Doador poderá solicitar a Liquidação antecipada, total ou parcial do Contrato de Empréstimo. O Tomador deverá entregar o Ativo objeto do Contrato de Empréstimo, em linha com os prazos estabelecidos no Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação da Base.

8.2.1. As regras e os procedimentos operacionais para liquidação dos Contratos de Empréstimo indicados nos itens 8.1 e 8.2 acima constam do Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

8.3. Pagamento da taxa de empréstimo: A taxa de empréstimo será devida quando da entrega, parcial ou total, ou da renovação, dos Ativos do Contrato de Empréstimo, pelo Saldo Líquido Multilateral.

8.3.1. O valor da Taxa de Empréstimo será calculado conforme fórmula disponível no Site da Base.

8.3.2. O valor do imposto de renda referente à transação será descontado do valor resultante da Liquidação, com base na natureza jurídica do Doador.

9. Alteração de características do Contrato de Empréstimo

9.1. São passíveis de alteração as informações relativas à Conta de Depósito para entrega ou recebimento do Ativo.

Sujeito a aprovação regulatória

9.2. As modificações no Contrato de Empréstimo podem ser solicitadas a partir do 1º (primeiro) Dia Útil seguinte à data de negociação e até 1 (um) Dia Útil anterior à data de vencimento do Contrato de Empréstimo.

10. Renovação do Contrato de Empréstimo

10.1. Caso o Contrato de Empréstimo não tenha sido completamente liquidado até o último Dia Útil anterior ao vencimento, ocorrerá a sua renovação automática de acordo com as seguintes características:

I. o tamanho será igual à quantidade de Ativos ainda não liquidada;

II. a data de vencimento será 21 (vinte e um) dias úteis após a renovação; e

III. a Taxa de Empréstimo será a mesma do Contrato de Empréstimo original.

10.1.1. Todas as outras características deste tipo de Contrato de Empréstimo permanecerão inalteradas.

10.2. Dentro dos prazos estabelecidos no Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação, também é possível realizar a renovação manual.

10.3. No momento da renovação, as seguintes características deste tipo de Contrato de Empréstimo podem ser alteradas:

I. o tamanho do Contrato de Empréstimo, que pode ser igual ou menor do que o original;

II. a data de vencimento, que será a mesma estabelecida para contratos de natureza similar (Liquidação líquida D+0) negociados na mesma data; e

III. a Taxa de Empréstimo.

11. Cobertura

11.1. Admite-se a cobertura, total ou parcial, do Contrato de Empréstimo pelo Tomador.

12. Margem

12.1. A Base exigirá margem do Tomador, em linha com o disposto no Manual de Risco.

13. Tratamento dos eventos corporativos

13.1. O tratamento de Eventos Corporativos está previsto no Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

Sujeito à aprovação regulatória

14. Condições especiais

14.1. Feriado Extraordinário.

14.1.1. Para fins deste Contrato de Empréstimo, "Feriado Extraordinário" significa o dia de feriado estabelecido por autoridade competente que não esteja previsto em calendário nacional, estadual, municipal ou local aplicáveis à Base e, dessa forma, não previsto no calendário da Base, em que não haverá possibilidade de Sessão de Negociação na Base Exchange.

14.1.2. Na hipótese de decretação de Feriado Extraordinário em dia(s) previamente considerado(s) Dia(s) Útil(eis) durante a vigência do contrato, os processos relacionados ao Empréstimo de Ativos serão adiados pelo mesmo número de Dia(s) Útil(eis) referentes ao(s) dia(s) de Feriado Extraordinário.

14.1.3. Caso o Contrato de Empréstimo tenha seu vencimento (i) durante o Feriado Extraordinário ou (ii) até o 3º (terceiro) Dia Útil após o fim do Feriado Extraordinário, sua data de vencimento será prorrogada pelo número de Dias Úteis equivalentes ao período do Feriado Extraordinário, não ultrapassando, sob nenhuma circunstância, o 4º (quarto) Dia Útil após o término do Feriado Extraordinário em questão.

14.1.4. Os prazos-limite para Liquidação antecipada e renovação do Empréstimo serão ajustados conforme a postergação da data de vencimento, de acordo com o disposto no Ordenamento Base.

14.1.5. Para fins do cálculo da taxa de remuneração, comissões e taxas da Base aplicáveis às Operações de Empréstimo de Ativos, serão contados os Dias Úteis durante o prazo de vigência da Operação.

14.2. Outras situações não previstas.

14.2.1. Em situações não previstas por este Contrato de Empréstimo, incluindo, mas não se limitando a, aquelas resultantes de atos de entes governamentais, autoridades reguladoras ou órgãos competentes, ou de quaisquer outros eventos que afetem, direta ou indiretamente, a formação, apuração, representatividade, divulgação, disponibilidade ou continuidade do Ativo-objeto ou de quaisquer variáveis deste contrato, a Base adotará, a seu exclusivo critério, as medidas que considerar necessárias para garantir a Liquidação, continuidade ou prorrogação do Contrato de Empréstimo em condições equivalentes.

15. Legislação e normativos aplicáveis

Sujeito à aprovação regulatória

15.1. A Base, o Doador, o Tomador e os intermediários que integram este Contrato de Empréstimo obrigam-se a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na legislação e regulamentação em vigor, nas normas editadas pelo CMN, BACEN, CVM e no Ordenamento Base.

15.2. As arbitragens serão conduzidas na Câmara FGV de Mediação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, de acordo com as regras previstas no Regulamento da referida câmara, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, no idioma português.

15.3. Nos casos não abrangidos pelo presente Contrato de Empréstimo ou pelo Ordenamento Base que impactem a formação, a maneira de apuração ou a divulgação de variáveis do Contrato de Empréstimo, ou que impliquem, inclusive, sua descontinuidade, tais como decorrentes de medidas governamentais ou de quaisquer outros fatos, a Base tomará as medidas que entender necessárias, a seu critério, visando à Liquidação do presente Contrato de Empréstimo ou à sua continuidade em bases equivalentes.

Capítulo III. Contrato de Empréstimo de Ativos – Negociação Pública com Liquidação em D+1

– Regras Gerais e Detalhamento –

Os termos com iniciais em maiúsculas e utilizados neste Contrato de Empréstimo de Ativos – Negociação Pública com Liquidação em D+1 ("Contrato de Empréstimo"), que não estejam aqui expressamente definidos têm seu significado atribuído no Glossário.

1. Objeto do Contrato de Empréstimo

1.1. Ações admitidas à negociação na Base ("Ativo").

2. Negociação e Liquidação do Contrato de Empréstimo

2.1. A negociação do Contrato de Empréstimo é realizada em sistema eletrônico, com a atuação da Base na qualidade de Contraparte Central das operações e Liquidação pelo Saldo Líquido Multilateral, de acordo com o disposto no Ordenamento Base.

2.2. A Liquidação da negociação e do encerramento do Contrato de Empréstimo é realizada na Base pelo Saldo Líquido Multilateral, em D+1 da data de negociação.

3. Preço de Referência

Sujeito à aprovação regulatória

3.1. Preço médio do Ativo do Contrato de Empréstimo na Sessão de Negociação imediatamente anterior à data de negociação ou data de renovação do Contrato de Empréstimo, ou o último preço médio disponível.

4. Taxa do Empréstimo

4.1. Trata-se da remuneração devida pelo Tomador ao Doador, livremente pactuada entre as partes, com cotação que deverá ser expressa em taxa de juro efetiva anual, base 252 Dias Úteis, com 5 (cinco) casas decimais.

5. Tamanho do Contrato de Empréstimo

5.1. Quantidade de Ativos do Contrato de Empréstimo, livremente pactuada entre as partes e está sujeita aos limites estabelecidos pela Base.

6. Data de carência

6.1. Trata-se do Dia Útil imediatamente posterior à data de contratação ou renovação, momento no qual é possível solicitar a Liquidação antecipada ou renovação do Contrato de Empréstimo.

7. Data de vencimento

7.1. A data de vencimento será correspondente à data de liquidação da entrega dos ativos pelo Doador ou renovação do Contrato de Empréstimo acrescida do prazo-padrão de 21 (Vinte e um)) dias úteis.

8. Condições para liquidação

8.1. Liquidação antecipada solicitada pelo Tomador: O Ativo poderá ser entregue pelo Tomador, totalmente ou parcialmente, anteriormente à data de vencimento do Contrato de Empréstimo. A Liquidação antecipada poderá ser solicitada a partir da data de carência até o 3º (terceiro) Dia Útil anterior à data de vencimento do Contrato de Empréstimo, hipótese em que a Liquidação será realizada no 1º (primeiro) Dia Útil seguinte à data do pedido.

8.2. Liquidação antecipada solicitada pelo Doador: O Doador poderá solicitar a Liquidação antecipada, total ou parcial do Contrato de Empréstimo. O Tomador deverá entregar o Ativo-objeto do Contrato de Empréstimo, em linha com os prazos estabelecidos no Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

Sujeito a aprovação regulatória

8.2.1. As regras e os procedimentos operacionais para Liquidação dos Contratos de Empréstimo indicados no presente item e no item 8.1. acima constam do Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

8.3. Pagamento da Taxa de Empréstimo: A Taxa de Empréstimo será devida quando da entrega, parcial ou total, ou da renovação, dos Ativos do Contrato de Empréstimo, pelo Saldo Líquido Multilateral.

8.3.1. O valor da Taxa de Empréstimo será calculado conforme fórmula disponível no Site da Base.

8.3.2. O valor do imposto de renda referente à transação será descontado do valor resultante da Liquidação, com base na natureza jurídica do Doador.

9. Alteração de características do Contrato de Empréstimo

9.1. São passíveis de alteração as informações relativas à Conta de Depósito para entrega ou recebimento do Ativo.

9.2. As modificações no Contrato de Empréstimo podem ser solicitadas a partir do 1º (primeiro) Dia Útil seguinte à data de negociação e até 1 (um) Dia Útil anterior à data de vencimento do Contrato de Empréstimo.

10. Renovação do Contrato de Empréstimo

10.1. Caso o Contrato de Empréstimo não tenha sido completamente liquidado até o último Dia Útil anterior ao vencimento, ocorrerá a sua renovação automática de acordo com as seguintes características:

I. o tamanho será igual à quantidade de Ativos ainda não liquidada;

II. a data de vencimento será 21 (vinte e um) Dias Úteis após a renovação; e

III. a Taxa de Empréstimo será a mesma do Contrato de Empréstimo original.

10.1.1. Todas as outras características permanecerão inalteradas.

10.2. Dentro dos prazos estabelecidos no Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação, também é possível realizar a renovação manual.

10.3. No momento da renovação, as seguintes características deste tipo de Contrato de Empréstimo podem ser alteradas:

I. o tamanho do Contrato de Empréstimo, que pode ser igual ou menor do que o original;

Sujeito à aprovação regulatória

II. a data de vencimento, que será a mesma estabelecida para contratos de natureza similar (Liquidação líquida D+1) negociados na mesma data; e

III. a Taxa de Empréstimo.

11. Cobertura

11.1. Admite-se a cobertura, total ou parcial, do Contrato de Empréstimo pelo Tomador.

12. Margem

12.1. A Base exigirá margem do Tomador, em linha com o disposto no Manual de Risco.

13. Tratamento dos eventos corporativos

13.1. O tratamento de eventos corporativos está previsto no Manual de Procedimentos Operacionais de Pós-Negociação.

14. Legislação e normativos aplicáveis

14.1. A Base, o Doador, o Tomador e os intermediários que integram este Contrato de Empréstimo obrigam-se a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na legislação e regulamentação em vigor, nas normas editadas pelo CMN, BACEN, CVM e no Ordenamento Base.

14.2. As arbitragens serão conduzidas na Câmara FGV de Mediação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, de acordo com as regras previstas no Regulamento da referida câmara, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, no idioma português.

14.3. Nos casos não abrangidos pelo presente Contrato de Empréstimo ou pelo Ordenamento Base que impactem a formação, a maneira de apuração ou a divulgação de variáveis do Contrato de Empréstimo, ou que impliquem, inclusive, sua descontinuidade, tais como decorrentes de medidas governamentais ou de quaisquer outros fatos, a Base tomará as medidas que entender necessárias, a seu critério, visando à Liquidação do presente Contrato de Empréstimo ou à sua continuidade em bases equivalentes.

Sujeito a aprovação regulatória

Anexo III – Conteúdo Mínimo do Instrumento de Repasse

CONTEÚDO MÍNIMO DO INSTRUMENTO QUE ESTABELECE O VÍNCULO DE REPASSE

Os instrumentos que estabelecem o vínculo de Repasse celebrados pelo Participante de Negociação e Participante de Negociação Pleno deverão conter, no mínimo, cláusulas que especifiquem os seguintes pontos:

1. Modalidade *brokerage*

1.1. Identificação dos participantes.

1.2. Objeto: transferência de operação entre participantes, em que o participante-destino passa ao participante-origem, para cumprimento e subsequente devolução das operações, as ordens recebidas de terceiros, clientes do participante-destino.

1.3. Responsabilidade dos participantes.

a) Do participante-destino: registro da ordem do comitente, indicando que a ordem está associada a repasse da operação correspondente; compensação e liquidação da operação; e custódia e utilização de quaisquer ativos e valores;

b) Do participante-origem: registro da ordem do participante-destino, indicando que a ordem se destina a repasse da operação correspondente; execução da ordem nos Sistemas de Negociação da Base; registro e repasse da operação realizada, cumprindo-lhe observar as regras estabelecidas na legislação e regulamentação aplicáveis; e registro e repasse da operação realizada.

1.4. Remuneração.

1.5. Prazo.

2. Modalidade *tripartite*

2.1. Identificação dos participantes (e do cliente, se for o caso).

2.2. Objeto: transferência de operação entre participantes, em que o comitente emite ordens para o cumprimento por um participante-origem, cabendo a este promover o repasse das operações para o participante-destino, indicado pelo comitente, no qual serão mantidas as posições e, por intermédio do qual, serão efetuadas as correspondentes liquidações.

Sujeito à aprovação regulatória

2.3. Responsabilidades.

a) Do participante-destino: compensação e liquidação da operação e custódia e utilização de quaisquer ativos;

b) Do participante-origem: registro de ordem do comitente, indicando que a ordem destina-se a repasse da operação correspondente; execução da ordem nos Sistemas de Negociação da Base; registro e repasse da operação realizada;

c) Do participante-destino e do participante origem: cumprir as regras e as grades de horário de repasse estabelecidas nos normativos emitidos pela Base.

2.4. Remuneração.

2.5. Prazo.

Sujeito à aprovação regulatória